

MESTRADO

POLÍTICAS SOCIAIS E DINÂMICAS REGIONAIS

DAIANE SOFFIATTI PANIGALLI

MICRORREGIÃO DE XANXERÊ E O BANCO NACIONAL DE
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

Potencialidades para o desenvolvimento

DAIANE SOFFIATTI PANGALLI

**MICRORREGIÃO DE XANXERÊ E O BANCO NACIONAL DE
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL**

Potencialidades para o desenvolvimento

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Universidade Comunitária Regional de Chapecó, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Machado Maia

Chapecó, 2017.

Ficha catalográfica

P192m Panigalli, Daiane Soffiatti
Microrregião de Xanxerê e o Banco Nacional de
Desenvolvimento Econômico e Social : potencialidades para o
desenvolvimento / Daiane Soffiatti Pangalli. 2017.
114 p.: il.

Orientador: Prof. Dr. Claudio Machado Maia
Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas
Regionais) - Universidade Comunitária da Região de Chapecó, 2017
Inclui bibliografias

1. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
(Brasil). 2. Desenvolvimento econômico - Xanxerê (SC).
3. Planejamento regional - Xanxerê (SC). I. Maia, Claudio Machado.
II. Título.

CDD 23 -- 338.98164

Catálogo na fonte Bibliotecária Daniele Lopes CRB 14/989



UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ
Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Políticas Sociais e
Dinâmicas Regionais

MICRORREGIÃO DE XANXERÊ E O BANCO NACIONAL DE
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
Potencialidades para o desenvolvimento

Daiane Soffiatti Panigalli

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do grau de
Mestre em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais
sendo aprovada em sua forma final.

Prof. Claudio Machado Maia, Dr. em Desenvolvimento Rural
Orientador

BANCA EXAMINADORA

Prof. Carlos Aguedo Nagel Paiva, Dr. em Economia

Prof. Rógis-Juarez Bernardy, Dr. em Engenharia Civil

Prof. Myriam Aldana Vargas Santin, Dra. em Ciências Humanas

Chapecó, 27 de março de 2017.

Dedico este trabalho aos meus pais, Deonildo e Iraci, ao meu amado esposo, Diogo, e a pequena Maitê, que ainda não nasceu, mas também já é a razão do meu viver.

AGRADECIMENTOS

Felizmente tenho muitas pessoas a agradecer, e isso me faz tão feliz, pois mostra que não estive sozinha nessa caminhada e também o quanto sou abençoada por ter ao meu lado pessoas tão especiais e que fazem a diferença na minha vida. Assim, agradeço primeiramente a Deus.

Agradeço aos meus pais, Deonildo e Iraci, por terem proporcionado o primeiro passo na minha vida acadêmica, e depois terem continuado a me incentivar a seguir em frente. Eu sempre tenho em mente duas coisas que ouvi dos meus pais: tudo parece muito mais difícil de se executar antes de começarmos a fazê-lo; e que o tempo passa, passa mesmo que a gente não se dedique aos estudos. Obrigada pai e mãe por conselhos tão simples quanto verdadeiros.

Agradeço ao meu esposo Diogo, companheiro há mais de 13 anos, por ser meu incentivador, parceiro de todas as horas, meu porto seguro. Agradeço pela compreensão nos momentos de ausência, ou nos momentos de nervosismo que todo grande projeto traz. Agradeço por acreditar em mim e nos meus sonhos.

Também sou grata aos meus familiares e amigos por compreenderem os meus declínios a muitos convites, por entenderem o meu propósito, e terem se mantido ao meu lado mesmo quando não pude corresponder com igual dedicação. Agradeço aos meus colegas de mestrado, em especial minha querida amiga e colega Indianara pela parceria nesses dois anos, pelas caronas, pelas conversas que me deixam saudade, e por uma amizade genuína que pretendo preservar para toda a vida.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais, em especial ao meu orientador, Professor Claudio Machado Maia, pela disponibilidade em me orientar, pela paciência nos meus momentos de indecisão, pelos valiosos conselhos e ensinamentos, e por me mostrar que um pesquisador precisa expandir constantemente seus horizontes e conhecimentos. Finalmente, agradeço a UNOCHAPECÓ e ao FUMDES pelo apoio financeiro durante o mestrado.

RESUMO

Nos últimos tempos a discussão em torno do desenvolvimento e das desigualdades regionais tem sido intensa, sendo significativas as diversas teorias do desenvolvimento e as instituições públicas e privadas envolvidas nessa temática. É crescente a percepção de que diferentes países ou regiões enfrentam de modos distintos problemas sociais e econômicos, o que tem suscitado estudos sobre o desenvolvimento regional e suas especificidades. A questão regional também ganhou mais espaço na agenda do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), principal instituição estatal para o desenvolvimento do Brasil, criado em 1952. A atuação do BNDES com vistas a promoção do desenvolvimento e da redução das desigualdades regionais tem sido aprimorada nos últimos tempos com a implementação de programas que reconhecem a existência de disparidades intrarregionais, assim como, a existência de diferentes dinâmicas de desenvolvimento. Dentre os programas considerados inovadores, destaca-se o Programa de Dinamização Regional (PDR), o qual classificou as microrregiões segundo critérios de renda e dinamismo econômico. Segundo a tipologia do PDR, a Microrregião de Xanxerê, localizada na Mesorregião Oeste Catarinense, classifica-se como microrregião de Média Renda Superior, do tipo Estagnada. Neste sentido, este trabalho tem por objetivo analisar a dinâmica de desenvolvimento da Microrregião de Xanxerê de modo a verificar se a atuação do BNDES tem correspondido com as especificidades da Microrregião. Para tanto, o presente estudo realiza revisão teórica dos temas desenvolvimento regional e BNDES; analisa a atuação do BNDES por meio de seus desembolsos na Microrregião de Xanxerê, e realiza caracterização da Microrregião, com o resgate histórico do seu processo de ocupação e povoamento, análise da dinâmica populacional, estrutura fundiária e estrutura produtiva. A partir da análise da Microrregião de Xanxerê, verificou-se que a dinâmica da Microrregião é centrada, sobretudo, em atividades desenvolvidas desde o processo de ocupação e colonização da região Oeste, como extração de madeira, pecuária e agricultura. Confrontando-se com a atuação do BNDES, nota-se convergência de parte dos desembolsos com essas atividades, concluindo-se que o BNDES tem auxiliado no processo de desenvolvimento da Microrregião de Xanxerê.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Microrregião de Xanxerê.

ABSTRACT

In recent times, the discussion about regional development and inequalities has been intense, with many theories of development and many public and private institutions involved in this theme. There is a growing perception that different countries or regions face social and economic problems in different ways, which has led to studies on regional development and its specificities. The regional issue also gained more space on the agenda of the Brazilian Development Bank (BNDES), the main state institution for the development of Brazil, created in 1952. The BNDES's actions aimed at promoting the development and reduction of regional inequalities were improved in recent times with the implementation of programs that recognize the existence of intra-regional disparities, as well as the existence of different development dynamics. Among the programs considered innovative, the Regional Dynamization Program (PDR) stands out, which classified micro-regions according to income and economic dynamism criteria. According to the PDR typology, the Microregion of Xanxerê is classified as Upper Middle Income, Stagnated type. In this sense, this paper aims to analyze the development dynamics of the Xanxerê Microregion in order to verify if the BNDES performance has corresponded to the specifics of the microregion. In this way, the present study carries out theoretical revision of the themes regional development and BNDES; analyzes the performance of the BNDES in the Microregion of Xanxerê, and characterizes the Microregion, with the historic of its occupation process, analysis of population dynamics, land structure and productive. Based on the analysis, it was verified that the dynamics of the Microregion is mainly centered on activities developed since the occupation and colonization of the West region, like timber extraction, livestock and agriculture. Confronting the BNDES's performance, we note a convergence of part of the disbursements with these activities, concluding that the BNDES assists in the development process of the Xanxerê Microregion.

Keywords: Regional Development. Brazilian Development Bank. Microregion of Xanxerê.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADR	Agência de Desenvolvimento Regional de Santa Catarina
AMAI	Associação de Municípios do Alto Irani
AOI	Área de Operações Indiretas
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAR – IMA	Comitê de Arranjos Produtivos e Desenvolvimento Regional e Socioambiental
CMBEU	Comissão Mista Brasil-Estados Unidos
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
FINSOCIAL	Fundo Nacional de Investimento Social
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFC	Instituição Financeira Credenciada
IGP-DI	Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna
IOF	Imposto sobre Operações Financeiras
TEM	Ministério do Trabalho
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAI	Programa Amazônia Integrada
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor
PAT	Programa de Apoio ao Turismo
PCO	Programa Centro-Oeste
PIB	Produto Interno Bruto
PIS	Fundo do Programa Social
PNC	Programa Nordeste Competitivo
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico
PND	Programa Nacional de Desestatização
PDR	Programa de Dinamização Regional
PMAT	Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Básicos
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PROINCO	Programa de Investimentos Coletivos Produtivos
Q	Quociente Locacional

RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
Reconversul	Programa de Fomento e Reconversão Produtiva da Metade Sul do Rio Grande do Sul
SAR	Secretaria de Arranjos Produtivos Inovativos e Desenvolvimento Local
SIC	Serviço de Informação ao Cidadão
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento no Nordeste
VAB	Valor Adicionado Bruto

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Participação das empresas pública e privada no total aprovado pelo BNDES entre 1966 e 1978	33
Tabela 2 - Desembolsos anuais do BNDES por prioridade corporativa, período 2010-2014..	42
Tabela 3- Composição das operações analisadas na linha BNDES Finem, modalidades direta e indireta, no período 2002 a 2015	47
Tabela 4 - Quantidade consolidada de operações indiretas automáticas contratadas por setor de atividade CNAE no Estado de Santa Catarina, período 2002 a 2015.....	53
Tabela 5 - Quantidade de operações indiretas automáticas contratadas por setor de atividade CNAE, no âmbito da Microrregião de Xanxerê, período 2002 a 2015	54
Tabela 6 - Valor total contratado de operações indiretas automáticas, por setor de atividade CNAE, na Microrregião de Xanxerê, período 2002 a 2015	56
Tabela 7 - Participação percentual anual por setor de atividade CNAE quanto aos valores contratados em operações indiretas automáticas na Microrregião de Xanxerê, 2002 a 2015 ..	56
Tabela 8 - Operações Indiretas Automáticas por objetivo da operação, por setor de atividade, no âmbito da Microrregião de Xanxerê, período 2002 a 2015	61
Tabela 9 - Evolução das taxas de fecundidade e envelhecimento	74
Tabela 10 - Estrutura Fundiária de Santa Catarina, Mesorregião Oeste Catarinense e Microrregião de Xanxerê segundo a área dos estabelecimentos, 1985, 1995-1996 e 2006.....	76
Tabela 11 - Utilização das terras nos municípios da Microrregião de Xanxerê, 2006	78
Tabela 12 - Distribuição das subclasses da CNAE e respectivas classes	81
Tabela 13 - Indicadores de macrossetores produtivos das Microrregiões e do Estado de Santa Catarina, 2012.....	81
Tabela 14 - Indicadores de população e macrossetores produtivos da Microrregião de Xanxerê.....	82

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição regional dos desembolsos do BNDES, período 1995 a 2015.....	43
Gráfico 2 - Composição consolidada dos projetos financiados pelo BNDES Finem por ramo e gênero de atividade no âmbito da Microrregião de Xanxerê, período 2002 a 2015.....	50
Gráfico 3 - Quantidade de operações indiretas automáticas contratadas na Microrregião de Xanxerê e no Estado de Santa Catarina, período 2002 a 2015.....	53
Gráfico 4 - Valor total contratado de operações indiretas automáticas na Microrregião de Xanxerê, período 2002 a 2015.....	55
Gráfico 5 - Quantidade de operações <i>versus</i> Valor total contratado de operações indiretas automáticas, na Microrregião de Xanxerê, período 2002 a 2015.....	58
Gráfico 6 - Valor anual contratado por modalidade de produto da área de operações indiretas automáticas, na Microrregião de Xanxerê, período 2002 a 2015.....	59
Gráfico 7 - Evolução da População Urbana, Rural e Total na Microrregião de Xanxerê	72
Gráfico 8 - Taxa de crescimento populacional entre períodos censitários	73
Gráfico 9 - Distribuição percentual da população por grupos de idade – 2010	74
Gráfico 10 - Pirâmides Etárias, Microrregião de Xanxerê, 1991, 2000 e 2010	75
Gráfico 11 - Estrutura Fundiária de Santa Catarina, Mesorregião Oeste Catarinense e Microrregião de Xanxerê, segundo a Área dos Estabelecimentos – 2006	77
Gráfico 12 - Estrutura Fundiária dos Municípios da Microrregião de Xanxerê, segundo a Área dos Estabelecimentos – 2006.....	78
Gráfico 13 - Distribuição das operações do BNDES Automático por “setores” do ramo de atividade industrial, período 2011 a 2015.....	91

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da Microrregião de Xanxerê	18
Figura 2 - Tipologia Regional em 2005 de acordo com a classificação do Programa de Dinamização Regional do BNDES	40
Figura 3 - Caminho das Tropas	66
Figura 4 - Formação político-administrativa dos municípios da Microrregião de Xanxerê	70

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Os fatores de desenvolvimento	26
Quadro 2 - Classificação dos municípios segundo o Programa de Dinamização Regional (PDR) do BNDES	39
Quadro 3 - Projetos atendidos pelo BNDES Finem no âmbito da Microrregião de Xanxerê no período 2002 a 2015	48
Quadro 4 - A população indígena na Microrregião de Xanxerê	76

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 REGIÃO E DESENVOLVIMENTO.....	22
2.1 As Microrregiões Geográficas	22
2.2 Desenvolvimento Regional.....	23
2.2.1 Especialização produtiva e desenvolvimento regional.....	27
3 DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL E O PAPEL DO BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES)	30
3.1 Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	31
3.1.1 O BNDES e a questão regional	36
3.2 A atuação do BNDES na Microrregião de Xanxerê/SC no período 2002 a 2015	44
3.2.1 Procedimentos para a análise dos dados.....	44
3.2.2 Análise do BNDES Finem.....	46
3.2.3 Análise das Operações Indiretas Automáticas	51
3.2.3.1 Análise por objetivo das operações	58
4 A DINÂMICA DE DESENVOLVIMENTO DA MICRORREGIÃO DE XANXERÊ...	64
4.1 Processo de Ocupação do Território e Povoamento: a formação social e econômica da região	64
4.2 A Dinâmica Populacional e a Estrutura Fundiária da Microrregião de Xanxerê	71
4.2.1 Dinâmica populacional.....	71
4.2.2 Estrutura fundiária.....	76
4.3 Caracterização da Estrutura Produtiva da Microrregião de Xanxerê	79
5 A ATUAÇÃO DO BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL VERSUS A DINÂMICA DA MICRORREGIÃO DE XANXERÊ	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	93
REFERÊNCIAS	96
ANEXOS	101

1 INTRODUÇÃO

A discussão em torno do desenvolvimento e das desigualdades regionais é intensa, sendo significativas as diversas teorias do desenvolvimento e as instituições públicas e privadas envolvidas nessa temática. A crescente tomada de consciência de que alguns países ou regiões melhor enfrentam problemas econômicos e sociais crônicos estimulam uma reflexão específica sobre suas causas, bem como sobre o desenvolvimento regional e suas especificidades (TRENNEPOHL, 2011, p. 25).

O conceito de desenvolvimento, desde as primeiras concepções, tem passado por muitas mudanças, partindo de visões como a positivista, que conforme Martins (2002), associa o termo unicamente ao progresso material, e só o enxerga no crescimento de taxas e indicadores, até a concepções mais amplas, que consideram o desenvolvimento como multidimensional e pluridisciplinar.

Sendo a noção de desenvolvimento multidimensional, esse não pode ser reduzido à esfera econômica. Sendo pluridisciplinar, o processo de desenvolvimento não pode ser analisado somente pela ótica do saber econômico.

[...] o saber econômico em geral e, em particular, para o saber econômico regional que, ao reduzir a espécie humana e as demais espécies de recursos naturais (POLANY, 2000), esquece que deveria ser duplamente dependente de um conhecimento científico da biosfera (físico e biológico) “e das ciências sociais que poderíamos qualificar de ‘fundamentais’ (história, antropologia, sociologia, psicologia)” (Perret e Roustang, 1996, 257). Dessa forma, negam a condição de sujeito à espécie humana e às demais espécies, transformando a vida em coisa, ou melhor em mercadoria (BECKER, 2001, p. 10).

No que tange à ascensão da questão do desenvolvimento em nível local/regional, o movimento emerge como alternativa ao processo da globalização econômica e da realocação produtiva. Em um cenário de economia capitalista, cada vez mais concorrencial, as regiões encontram na cooperação e na valorização do espaço local uma forma de proteção, adaptação e integração à dinâmica de desenvolvimento em curso. O processo de globalização das relações econômicas, além de sua força de homogeneização, pode apresentar várias formas de diferenciação local e regional, com potencial de valorização de especificidades (TRENNEPOHL, 2011, p. 27).

No âmbito das novas concepções quanto ao processo de desenvolvimento, considerado como multidimensional e pluridisciplinar, o desenvolvimento regional não deve ser reduzido à esfera econômica de determinada região, pois compreende um processo complexo de mudanças

e transformações de ordem econômica, política e social. A noção de desenvolvimento regional inclui os aspectos como o social, o cultural, o ecológico, o territorial, o político, sendo concebido de forma coletiva, na qual os vários atores sociais [...] interagem de forma responsável com certo nível de interesses comuns (RIEDL et al, 2008, p. 67).

Também para Becker (2002, p. 88), o processo de desenvolvimento regional deixou de ser pura e simplesmente uma questão quantitativa e passou a adquirir crescentes dimensões qualitativas, por meio do pleno reconhecimento e do pleno desabrochar das diversidades regionais. Deste modo, pode-se inferir que no processo de desenvolvimento regional, o protagonismo reside nas especificidades do local e na interação das suas diferentes dimensões (econômica, social, ambiental, política, cultural, territorial).

Haddad (1993), ao discorrer sobre o tema, aponta que o desenvolvimento de uma região no longo prazo, e não somente seu crescimento econômico, é influenciado pela interação de três processos, sendo: participação relativa da região no uso dos recursos nacionais; o poder de influência que o quadro global das políticas nacionais exerce sobre a região; e a capacidade de organização social da região. Quanto ao último, a capacidade de organização social é colocada no sentido de a região conseguir transformar os impulsos de crescimento em processo de desenvolvimento, e esse processo depende de fatores como o aumento da autonomia de decisão da região, o aumento da retenção e reinvestimento do excedente de riqueza econômica gerada na região, e de um permanente e crescente progresso social, associado a uma preservação do meio ambiente.

Outros teóricos, como Putnam (2005), têm destacado a importância de um fator específico para o desenvolvimento de uma determinada região: a articulação de seus atores locais. Segundo o autor, a articulação e a participação da sociedade civil são muito importantes, e quando isso ocorre esta sociedade passa a ser uma comunidade cívica, participante ativa das decisões. Becker (2001) também valoriza a participação dos atores locais no processo de desenvolvimento regional, pois, este deve ser entendido como um processo de transformações econômicas, sociais e políticas, cuja dinâmica surge por iniciativa dos atores locais, e manifesta nas mudanças qualitativas que um desenvolvimento regional produz a partir das forças endógenas.

No processo de desenvolvimento endógeno, segundo Melo (2009, p. 501), a natureza territorial¹ do agente da mudança, ou melhor, a origem do impulso de crescimento é “de dentro” da região. Ainda de acordo com Melo (2009, p. 507), há três grupos principais de agentes locais

¹ Concepção de território como “espaço em que as relações sociais são conferidas historicamente” (PAIVA, 2013, p. 44).

do desenvolvimento, sendo: os empreendedores e as empresas; as administrações públicas; e as associações e agências de desenvolvimento.

O desenvolvimento regional, desta forma, abarca diversos âmbitos e atores, sendo os fatores endógenos os protagonistas no processo de desenvolvimento. Para Haddad (1993, p. 269), “[...] existem muitas ações que podem ser implementadas “de dentro para fora” numa região, as quais se constituem na condição básica do processo de seu próprio desenvolvimento sustentável, de natureza endógena”.

No Brasil as temáticas de desenvolvimento e desigualdades regionais têm sido trabalhadas por pesquisadores e governantes desde os anos 1950, período em que os planos de desenvolvimento nacional passaram a contemplar políticas compensatórias por meio de incentivos fiscais, crédito favorecido, e investimentos em infraestrutura, com o objetivo de atrair investimentos para as regiões mais pobres, de modo a fomentar o desenvolvimento das regiões. Contudo tais ações, em alguns casos, levaram a uma concentração de renda ainda maior. A questão do desenvolvimento regional a partir das potencialidades endógenas só passou a ser considerada algumas décadas depois.

Incorporada na Constituição Federal de 1988 com um dos eixos da estratégia de desenvolvimento nacional, a redução das desigualdades regionais passou a ser buscada mediante iniciativas de planejamento voltadas a valorizar o potencial endógeno de cada região. Ao reconhecer a distinção entre diversidade e desigualdade, os formuladores de políticas públicas apontam no sentido de aproveitar as diversidades existentes para elaborar estratégias alternativas de desenvolvimento para cada região (TRENNEPOHL, 2011, p. 27).

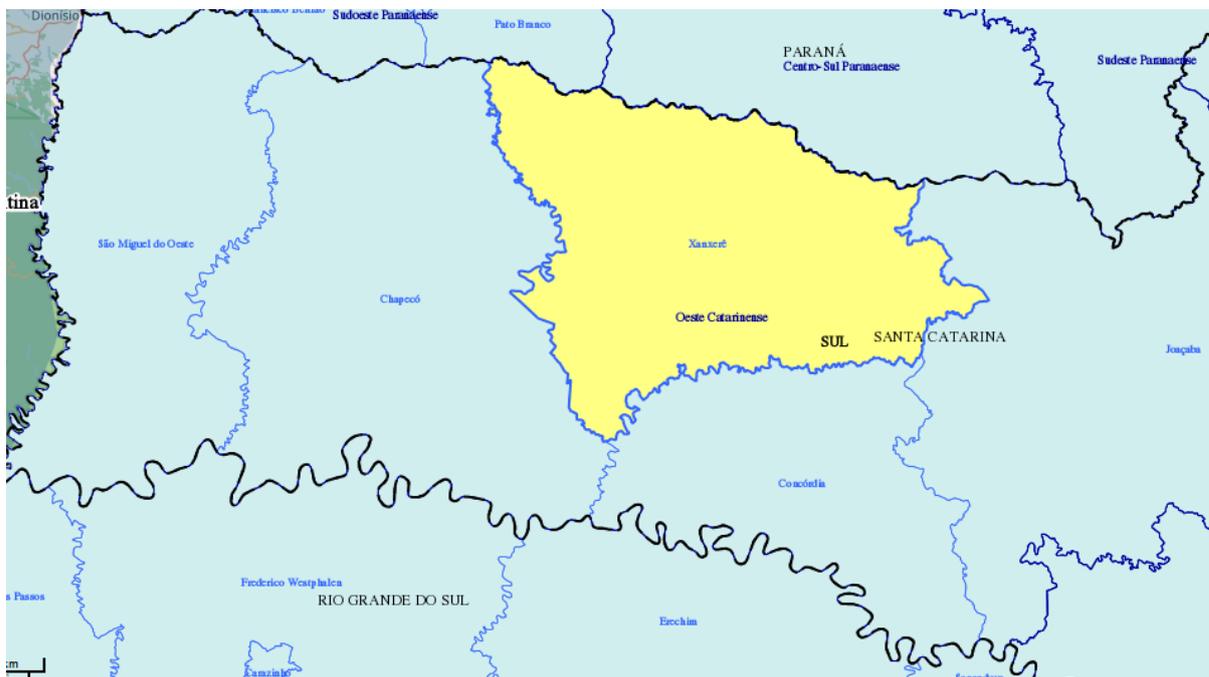
A questão regional também ganhou mais espaço na agenda do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O BNDES foi criado em 1952 com o objetivo de suprir a falta de uma instituição no Brasil que ofertasse crédito de médio a longo prazo, principalmente para projetos industriais de longa maturação. Atualmente, o BNDES é um dos maiores bancos de desenvolvimento do mundo, e principal instrumento do Governo Federal para o financiamento a longo prazo de diversos setores da economia, constituindo-se, desta forma, como uma das principais instituições estatais para o desenvolvimento do país.

Muito embora a questão regional tenha permeado direta ou indiretamente algumas ações e estratégias do BNDES desde sua fundação, nos dias atuais ela se faz muito mais presente, estando inclusive na missão e na assunção do compromisso pelo Banco de orientar suas ações para a redução das desigualdades sociais e regionais.

O Banco também tem mostrado ao longo do tempo avanços no que tange as características de seus programas de desenvolvimento regional, como no caso do Programa de Dinamização Regional (PDR), que segue critérios de delimitação microrregional. No PDR as microrregiões são classificadas de acordo com o nível de renda e dinamismo econômico - metodologia inspirada na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), implementada pelo Ministério da Integração Nacional, sendo que os municípios classificados como de baixa e média renda são contemplados com maior participação do Banco no valor financiável. Cabe salientar, que de acordo com a tipologia do PDR, a Microrregião de Xanxerê, objeto deste estudo, está classificada como Média Renda Superior Estagnada.

A Microrregião de Xanxerê está localizada na Mesorregião Geográfica do Oeste Catarinense, fazendo divisa no Norte com o Estado do Paraná, no Oeste com a Microrregião de Chapecó, no Leste com a Microrregião de Joaçaba, e no Sul com a Microrregião de Concórdia, conforme apresentado na Figura 1.

Figura 1 – Mapa da Microrregião de Xanxerê.



Fonte: IBGE (2015).

Os municípios que compõe a Microrregião de Xanxerê são: Abelardo Luz, Bom Jesus, Coronel Martins, Entre Rios, Faxinal dos Guedes, Galvão, Ipuacu, Jupιά, Lajeado Grande, Marema, Ouro Verde, Passos Maia, Ponte Serrada, São Domingos, Vargeão, Xanxerê e Xaxim. Quanto à população, de acordo com o Censo do IBGE de 2010, a Microrregião de Xanxerê, possui cerca de 152 mil habitantes.

Em análise a taxa de crescimento populacional entre os períodos censitários de 1991, 2000 e 2010, observa-se que a Microrregião tem apresentado variação populacional bastante abaixo dos números apresentados pelo Estado de Santa Catarina. No período 1991 a 2000, o estado catarinense apresentou crescimento de 17,88% da sua população e a Microrregião de Xanxerê exibiu incremento populacional de apenas 9,24%. Já no Censo Demográfico 2010, a população do Estado de Santa Catarina apresentou crescimento de 16,80%, enquanto que a Microrregião de Xanxerê registrou variação de 7,12%. Esse desempenho acende um alerta, haja vista que, segundo Paiva (2013, p. 74), municípios com taxa de crescimento populacional abaixo da média da região de referência estão sendo classificados pelos emigrantes como territórios menos dinâmicos do que aqueles municípios que recebem imigrantes e crescem a taxas acima da média.

Mas o que influencia no dinamismo de uma região? Para Paiva (2004), a sustentabilidade do crescimento é a primeira e principal determinação do que se denomina “potencial regional”, o qual pode ser compreendido como a capacidade de crescimento sustentável dos planos econômico, social e ecológico, da produção e da renda apropriada internamente.

Para Haddad (1993), é indispensável dimensionar as potencialidades internas da região, para induzir investimentos de infraestrutura econômica e investimentos diretamente produtivos, os quais poderão promover o crescimento dos níveis de emprego e de renda regional. Salienta também, que é inconcebível que a população de uma região possa usufruir de níveis adequados de qualidade de vida quando depende unicamente de transferência de subsídios públicos e de transferências privadas extra regionais por um longo período de tempo.

De acordo com Douglas North (1959), as regiões que não apresentam as condições favoráveis para um desenvolvimento bem-sucedido, que resulte no aumento da renda da região, são espaços para atuação de políticas governamentais destinadas a mudar tais condições. Entre as formas de atuação, pode-se citar investimentos em fomento, pesquisa, ensino, tecnologias, reestruturações fundiárias, assim como, por políticas de concessão de créditos e financiamentos.

Esta dissertação é desenvolvida no âmbito da linha de pesquisa Dinâmicas Territoriais e Desenvolvimento do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu (Mestrado Profissional) em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais, da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ). Considerando os aspectos levantados até o presente momento, chega-se ao seguinte problema de pesquisa: A atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), como instituição do governo para o fomento e redução das desigualdades regionais, tem convergido com a dinâmica de desenvolvimento da Microrregião de Xanxerê?

Para responder ao problema, este trabalho tem por objetivo analisar a dinâmica de desenvolvimento da Microrregião de Xanxerê de modo a verificar se a atuação do BNDES tem correspondido com as especificidades da Microrregião. Para atingir o objetivo proposto, o presente estudo revisita referenciais teóricos de desenvolvimento regional; apresenta aspectos históricos da atuação do BNDES, desde sua criação à aproximação mais efetiva à questão regional; analisa a atuação do BNDES na Microrregião de Xanxerê, tendo por base quase que a totalidade dos produtos operados pelo Banco na Microrregião no período 2002 a 2015²; e realiza caracterização da dinâmica de desenvolvimento da Microrregião de Xanxerê.

Para a realização da pesquisa, fez-se uso das seguintes técnicas:

Pesquisa bibliográfica: desenvolvida a partir de materiais já elaborados, como livros e artigos. A pesquisa bibliográfica foi empregada para a elaboração da fundamentação teórica, abrangendo neste estudo temas como região e desenvolvimento regional. De acordo com Gil (2008, p. 50), “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”.

Pesquisa documental: conforme Marconi e Lakatos (2006, p. 62), a pesquisa documental tem como característica a fonte de coleta de dados restritas a documentos, escritos ou não, de fontes primárias ou secundárias. No presente estudo, as fontes dos dados secundárias são compostas por documentos oficiais, banco de dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Ministério do Trabalho, BNDES e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

A partir da pesquisa bibliografia, foi realizado o levantamento da literatura combinando com a pesquisa documental a qual será uma fonte de apoio de dados e informações, bem como comentado por Farias Filho e Arruda Filho (2013):

Pesquisa bibliográfica: quando elaborada a partir de um material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e, atualmente, com material disponibilizado na Internet. Constitui a fase preliminar de levantamento da literatura. (...) Pesquisa documental: quando elaborada a partir de material que não recebeu tratamento analítico ou que pode ser reelaborado. Trata-se de material de “primeira mão”, que pode ser tratado analiticamente pelo pesquisador. (...) (FARIAS FILHO E ARRUDA FILHO, 2013, p. 64-66).

Por outro lado, Koche (2006) referencia que a pesquisa bibliográfica pode ser utilizada para diversos fins:

² O único produto não considerado na análise é o Cartão BNDES devido as informações serem disponibilizadas por Unidade da Federação.

a) Para ampliar o grau de conhecimento em uma determinada área, capacitando o investigador a compreender ou delimitar melhor um problema de pesquisa; b) para dominar o conhecimento disponível e utilizá-lo como base ou fundamentação na construção de um modelo teórico explicativo de um problema, isto é, como instrumento auxiliar na construção e fundamentação das hipóteses; c) para descrever ou sistematizar o estado da arte, daquele momento, pertinente a um determinado tema ou problema (KOCHE, 2006 apud CRUZ, 2009, p.69).

Deste modo, o presente estudo está estruturado em 5 capítulos, sendo este primeiro, composto pela introdução; o Capítulo 2 aborda temas como desenvolvimento regional, e especialização produtiva; o Capítulo 3 é dedicado ao estudo do BNDES, sendo composto por um breve histórico do Banco em suas diferentes fases, assim como, pela análise da sua atuação na Microrregião de Xanxerê, no período 2002 a 2015; o Capítulo 4 trata da Microrregião de Xanxerê, com uma revisão histórica sobre seu povoamento e ocupação; além de contar também com um breve estudo sobre a sua dinâmica populacional e estrutura fundiária, sendo finalizado com o estudo da sua estrutura produtiva atual.

2 REGIÃO E DESENVOLVIMENTO

O presente capítulo aborda questões teóricas inerentes aos estudos que tratam de região e desenvolvimento. Neste sentido está estruturado em dois itens, sendo que o primeiro diz respeito a como se deu a delimitação das microrregiões geográficas no Brasil, entendendo-se, nomeadamente, a microrregião como delimitação de estudo da presente dissertação, especificamente como objeto de estudo, a Microrregião de Xanxerê. Já o segundo item apresenta uma revisão teórica quanto ao desenvolvimento regional, com especial abordagem a questão do desenvolvimento regional endógeno e as especializações produtivas.

2.1 As Microrregiões Geográficas

Desde o ano de 1989 a divisão territorial do Brasil se dá por mesorregiões e microrregiões geográficas. Esse modelo de divisão territorial foi publicado em julho de 1989 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e instituída em 05 de junho de 1990, por meio da Resolução da Presidência do IBGE nº 11, em substituição a divisão territorial em mesorregiões e microrregiões homogêneas, vigente desde 1969, no qual, o espaço relativo era definido como forma de organização em torno da produção, expresso por combinações de fatos físicos, sociais e econômicos (IBGE, 2002, p.14).

De acordo com o IBGE (1990), no modelo de divisão territorial em mesorregiões e microrregiões geográficas as Unidades da Federação foram tomadas como universo de análise, sendo que, por meio de processo analítico, foram identificadas escalas de divisão territorial, sendo as mesorregiões e as microrregiões. Com relação as microrregiões, estas foram definidas como elementos das mesorregiões que apresentam especificidades quanto à organização do espaço (IBGE, 1990, p. 8).

Os critérios adotados para a definição das microrregiões geográficas foi a identificação de particularidades quanto à estrutura de produção industrial, agropecuária, extrativismo mineral e pesca. De acordo com o IBGE (1990),

Essas estruturas de produção diferenciadas podem resultar da presença de elementos de quadro natural ou de relações sociais e econômicas particulares a exemplo respectivamente das serras úmidas nas áreas sertanejas ou a presença dominante da mão de obra não remunerada numa área de estrutura social capitalista (IBGE, 1990, p. 8).

Além disso, também foram considerados aspectos de relação de vida em nível local, a partir da interação entre os espaços de produção, de beneficiamento, assim como, pela capacidade da prestação de serviços e comércio, e da existência de setores sociais básicos.

A inserção desse último critério é o que difere o modelo de divisão territorial em regiões geográficas do modelo anterior adotado pelo IBGE, pois, segundo Clemente e Higachi (2002, p. 18), ele procura aliar os critérios da homogeneidade a ideia de organização do espaço.

Para o IBGE (1990), na identificação das microrregiões geográficas, a estrutura de produção é totalmente contemplada, expressando desta forma, a organização do espaço a nível microrregional. Na presente pesquisa, a microrregião estudada é a Microrregião de Xanxerê, localizada no oeste do Estado de Santa Catarina. A caracterização socioeconômica é trabalhada no Capítulo 4.

2.2 Desenvolvimento Regional

O conceito de desenvolvimento, desde seu surgimento, tem agregado novas dimensões e aplicações, tornando-se um conceito multidimensional e pluridisciplinar. Atualmente, são vários os autores que consideram o desenvolvimento um processo atrelado às dimensões econômica, social, política, ambiental e cultural, tal como Paiva (2005, p. 3), que compreende o termo como “a ampliação sustentável (nos planos econômico, social e ambiental) da oferta e da apropriação de bens materiais e culturais por parte de uma determinada comunidade”.

Nas abordagens como a de Paiva (2005), a importância do fator endógeno é ressaltada. Essas abordagens emergiram entre os anos 1970 e 1980 como complementares ou até mesmo alternativas aos modelos anteriores, como por exemplo, os modelos de desenvolvimento exógeno.

Os modelos de desenvolvimento exógenos, segundo Veiga (2005), compreendiam o desenvolvimento como resultado único de fatores exógenos basicamente econômicos ou tecnológicos. Ainda de acordo com Veiga (2005, p. 69), prevalecia a entendimento de que o espaço nada mais era do que um suporte “sobre o qual se confrontavam forças, funções econômicas, que definiam as localizações e por essa via a hierarquização dos espaços econômicos”. Ou seja, as abordagens de desenvolvimento exógenas não atribuíam importância às especificidades de cada região e, muito menos, relevância às questões sociais particulares a cada território.

Haddad (1993, p. 263), expõe que as políticas de desenvolvimento regional em vários países em desenvolvimento foram fundamentadas em abordagens de desenvolvimento

exógenas, sobre o paradigma denominado “de cima para baixo” ou “centro-periferia”. Sob essa perspectiva, o crescimento econômico das regiões periféricas dependeria da identificação de recursos, sobretudo naturais, para que fosse estimulada e organizada uma base de exportação para outras regiões, de modo a explorar as vantagens competitivas inter-regionais. O “impulso” exógeno para tal consistia na transferência de capital e de tecnologia e de investimentos de infraestrutura.

As políticas concebidas a partir do paradigma “de cima para baixo” produziram diversas consequências nas regiões em que foram implantadas. Haddad (1993), cita as seguintes:

- a) os gastos governamentais ficaram, fundamentalmente, orientados no sentido de garantir os investimentos de infraestrutura econômica necessários para dar suporte à promoção de atividades produtivas nas áreas periféricas, o que minimizou a produção de serviços básicos de natureza social nessas áreas;
- b) por discriminar em favor dos grandes investimentos de infraestrutura e da formação de polos industriais, as políticas governamentais permitiram a desorganização e a desestruturação das atividades tradicionais produtoras de bens de consumo popular nas áreas periféricas;
- c) a modernização e a integração da economia das áreas periféricas criaram uma acentuada dependência em relação a fatores de produção e a componentes da demanda advinda de fora, agravando o problema do subemprego e dos “vazamentos” de renda;
- d) o efeito conjugado dessas ações resultou no agravamento da natureza dualística das economias regionais da periferia; no acréscimo dos diferenciais de renda e de produtividade entre as áreas urbanas e rurais; no aumento das desigualdades sociais entre grupos residentes nessas regiões; e no uso predatório de sua base de recursos naturais;
- e) ao se estenderem às áreas periféricas facilidades de treinamento e educação [...] ocorreu a emergência do reforço do sistema de valores, padrões e normas das áreas centrais para as menos desenvolvidas (HADDAD, 1993, p. 264).

Diante da constatação dos efeitos causados às regiões em que o modelo de desenvolvimento exógeno foi adotado, surgem sob novo paradigma, o “de baixo para cima”, os modelos de desenvolvimento endógeno. Nesta abordagem, os recursos locais (humanos, naturais, culturais) exercem papel central para o desenvolvimento de um determinado território. Os aspectos locais começam a ter sua importância reconhecida quando a unidade nacional perde relevância diante da globalização do sistema econômico e financeiro.

Sob a nova abordagem, Paiva (2005, p. 2), define desenvolvimento endógeno como “[...] processo de ampliação do bem-estar da população de um determinado território que se estrutura e se sustenta na melhoria do padrão de utilização dos recursos disponíveis do mesmo”.

Na concepção de Melo (2009), o desenvolvimento como um processo determinado a partir do paradigma “de baixo para cima” alude em reconhecer a importância de fatores locais, tais como: envolvimento dos atores, mobilização dos recursos produtivos, valorização de bens

e serviços produzidos localmente; os processos de inovação tecnológicos e a presença de um Estado que crie condições para transformar crescimento em desenvolvimento.

O elemento que diferencia se o desenvolvimento de uma região é endógeno ou exógeno é tão somente a origem dos recursos mobilizados para o incremento de produção e qualidade da vida da população local. Caso os recursos tenham origem externa a região, o seu desenvolvimento pode ser classificado como exógeno. Cabe salientar que sendo os recursos externos, a região não exercerá controle sobre os mesmos e conseqüentemente, de seu desenvolvimento. Contudo, sendo os recursos mobilizados pertencentes a região, o desenvolvimento é considerado endógeno.

Paiva (2005), aponta que todo o processo de desenvolvimento possui a contribuição de recursos exógenos e endógenos, contudo é necessário discernir o que são recursos movidos e recursos motores para uma adequada classificação de um processo de desenvolvimento.

Se uma economia cresce a taxas significativas durante um período expressivo sem contar com aportes expressivos de capital externo, seu desenvolvimento é endógeno. E continuará sendo ainda quando, por força da expansão do mercado interno para produtos e recursos produtivos, os aportes de capital externo crescerem significativamente. Mais: ainda que os capitais externos passem a constituir a maior parcela dos recursos produtivos aplicados, o desenvolvimento continuará sendo endógeno se – e somente se – estes aportes externos não se tornarem a condição *sine qua non* do desenvolvimento, mas persistirem no papel de meros alavancadores de um potencial que se estrutura sobre bases internas e que se imporia – ainda que num outro ritmo e padrão – mesmo com a cessação daqueles aportes (PAIVA, 2005, p. 4).

Neste aspecto, pode-se dizer que o desenvolvimento é considerado endógeno quando o crescimento da economia de uma dada região depende mais de seus fatores internos, e do “poder” de decisão e influência sobre seus recursos, do que dos fatores externos a ela. Para Haddad (1993 p. 266) existem alguns elementos considerados essenciais nas estratégias de desenvolvimento endógeno. Haddad (1993) destaca a importância da acessibilidade regional às funções urbanas e não somente aos mercados externos; a atenção prioritária aos projetos ligados as necessidades básicas da população, como habitação, saúde, serviços sociais, e com a utilização máxima dos recursos regionais; a questão da terra como principal fator de produção nas áreas rurais, bem como, uma maior autodeterminação às áreas rurais e periféricas quanto à utilização e a transformação do aparato institucional para a promoção de seu desenvolvimento a partir de seus próprios objetivos e, por fim, o desenvolvimento de atividades básicas para exportações, com prioridade aos projetos que utilizem intensamente os recursos regionais (naturais, humanos) e com aplicação tecnológica que garanta a utilização sustentável dos

recursos abundantes na região, e a competitividade nos mercados externos a partir de diferenciação qualitativa e não somente baseada em preços e escalas de produção.

Boisier (1999, apud NUNES e KARNOPP 2015, p. 210) defende que o desenvolvimento endógeno é função do nível e da interação de seis fatores, conforme Quadro 1, que seriam elementos presentes em qualquer território.

Quadro 1 – Os fatores de desenvolvimento

Ordem	Fatores de Desenvolvimento	Características
1º	Os atores sociais	Estão presentes no território; ocupam posições na malha social do território; e são de enorme amplitude e complexidade.
2º	As instituições	Confeccionam o “mapa institucional” do território; as instituições modernas possuem: - velocidade para racionar as trocas; - flexibilidade para dar respostas às diversas demandas do entorno; virtualidade e condição para realização de acordos de cooperação no espaço cibernético; e inteligência como capacidade de aprender com a própria experiência.
3º	A cultura	Cultura “local”, “regional”, “nacional” ou “territorial” em oposição a uma cultura universal que é discutível e incerta; como de uma ética (conjunto de normas que regem as relações entre os indivíduos de grupo, e entre este e sua base material de recursos ou meio ambiente).
4º	Os procedimentos utilizados	De caráter social que ocorre de três formas: procedimento que sustenta a gestão de desenvolvimento; procedimento de administração do governo; e procedimento de gerência das informações (como o governo encara seu papel como “reordenador e reestruturador do fluxo entrópico de informação”).
5º	O efeito ou estrutura familiar	Consiste nos recursos que se encontram no território: recursos materiais; recursos naturais e os recursos financeiros; recursos humanos; elementos psicossociais (autoconfiança coletiva, fé, confiança na capacidade social para construir o futuro, associatividade, perseverança, memória histórica coletiva, desejo de acumulação e, sobretudo, “gana de desenvolver-se”).
6º	O entorno ou meio externo	Multiplicidade de organismos sobre os quais não se tem controle; possui capacidade de influência; a articulação é necessária e deve ser permanente; a articulação refere-se ao tipo de relação: conflitiva ou cooperativa e à inserção da região aos laços de decisão do Estado.

Fonte: Nunes e Karnopp (2005). Os autores adaptaram da obra de Sérgio Boisier (1999).

Quanto ao primeiro fator - os atores locais, este é citado por vários teóricos e instituições internacionais como um dos principais elementos no processo de desenvolvimento regional. Bandeira (2009, p. 10), apresenta uma série de argumentos que justificam sua importância para a promoção do desenvolvimento seja ele em escala nacional ou regional. Os principais argumentos do autor são: a) a consulta às comunidades afetadas por programas e projetos de desenvolvimento, quando da sua concepção, elaboração e implantação, asseguram sua eficiência e sustentabilidade; b) a participação ativa da sociedade civil assegura a transparência

dos atos governamentais, e favorece ao combate a corrupção; c) a participação social eleva o capital social, que é entendido como a propensão dos atores a empreender ações coletivas. O capital social tem sido apontado como fator diferencial em regiões consideradas desenvolvidas; d) os mecanismos de participação na formulação e implementação de políticas públicas tendem a fortalecer a competitividade sistêmica de uma região; e, e) a participação social contribui ao processo de formulação e consolidação de identidades regionais, favorecendo a construção de conceitos básicos, necessários ao processo de desenvolvimento.

Desde modo, a participação da sociedade mostra-se como elemento central no processo de desenvolvimento de uma região. Para Becker (2001, p. 21) o processo de transformações econômicas, políticas e sociais, cujo alcance abrange as dimensões econômicas, sociais, ambientais, culturais e políticas, depende “da capacidade de articulação dos seus agentes sociais, econômicos e políticos em torno de um processo de desenvolvimento (socioambiental) regionalizado, próprio e específico, portanto, diferenciado e diferenciador”.

Dado que o desenvolvimento pode ser encarado com uma meta a ser alcançada, torna-se necessário o planejamento para o alcance do mesmo. Sendo que para isso, quanto mais próximo for o Estado e suas políticas à localidade, quanto mais atuante for a sociedade civil, e quanto melhor as potencialidades e gargalos de uma região forem identificados, maior será a probabilidade de um território ou região alcançar o desenvolvimento.

2.2.1 Especialização produtiva e desenvolvimento regional

São muitos os autores que dedicaram estudos com o objetivo de explicar como ocorrem os estágios de desenvolvimento das regiões. Contudo, cabe observar que cada processo de desenvolvimento regional pode apresentar particularidades diante dos fatores que o circundam, como o processo de povoamento, variáveis culturais, recursos disponíveis, entre outros.

A importância da análise quanto ao processo de desenvolvimento das regiões foi corroborada por North (1955), que criticava o fato de que as teorias de economia regional pouco tinham avançado quanto à análise histórica de crescimento das regiões dos Estados Unidos, mostrando pouca semelhança aos estágios observados no processo de desenvolvimento americano. Para North (1955, p. 298) “[...] a generalização dos teóricos da localização como discussão dos estágios feita pela teoria do desenvolvimento regional parecem ser, antes, transposições inadvertidas da experiência europeia”. North ancora suas objeções à teoria hegemônica da sequência de estágios e da centralidade da indústria para o desenvolvimento regional, em análises de processos de desenvolvimento de regiões dos Estados Unidos, como a

do Pacífico Noroeste, a qual, segundo o autor, não mostrou qualquer semelhança com os princípios teóricos de crescimento econômico regional até então vigentes, uma vez que, não observou na região a evolução gradual a partir da economia de subsistência, mas sim, um processo de desenvolvimento baseado na capacidade da região de produzir artigos exportáveis, com especial importância dos produtos primários, ou seja produtos agrícolas e de extração mineral.

Segundo North (1955, p. 299):

O desenvolvimento de um artigo de exportação refletia uma vantagem comparativa nos custos relativos da produção, incluindo os custos de transferência [...]. Do ponto de vista da região, a demanda pelo artigo de exportação era um fator exógeno, mas tanto o processamento, como o custo de transferência não o eram (NORTH, 1955, p. 299)³.

Segundo a teoria de North (1955), desde o começo as regiões buscam estabelecer sua base econômica na exportação dos produtos, uma vez que esse movimento gera transferência de renda de outros locais, contribuindo para o aumento da renda da região, elevando, conseqüentemente, o acesso da população a bens de consumo importados, e ao desenvolvimento de atividades atreladas à especialização produtiva da região, como mão de obra especializada, desenvolvimento de comércio e de indústrias afins. Esse processo conduz ao desenvolvimento regional.

À medida que as regiões cresciam em torno de uma base de exportação, desenvolviam-se as economias externas, o que melhorava a posição do custo competitivo dos artigos de exportação. O desenvolvimento de organizações especializadas de comercialização, os melhoramentos no crédito e no meio de transporte, uma força de trabalho treinada e indústrias complementares, foram orientadas para a base da exportação (NORTH, 1955, p. 300).

North (1955) ainda mostrou preocupação em explicar o progresso diferenciado no desenvolvimento de diferentes regiões. Para North (1959, p. 336) a existência de um único produto básico de exportação é um dos principais entraves ao desenvolvimento regional. Já a diversificação produtiva tende a tornar a região mais industrializada e urbanizada.

As regiões que permanecem ligadas a um único produto de exportação não alcançam, quase inevitavelmente, uma expansão sustentada. Não apenas ocorrerá um amortecimento da taxa de crescimento do setor, o que acarreta efeitos adversos para a região, como também o próprio fato de que ela continue presa a uma única indústria de exportação significará que a especialização e a diversificação do trabalho são

³ Entende-se por custo de transferência o custo do transporte dos produtos.

limitadas fora dessa indústria. Historicamente, isso significa que uma parcela da população tem permanecido fora da economia de mercado (NORTH, 1959, p. 336).

Tão importante quanto saber que a monocultura produtiva afeta o desenvolvimento de uma região, é conhecer os fatores limitadores para a multiespecialização produtiva. Para North (1959, p. 336) os motivos se assentam: “a) na dotação de recursos naturais da região (a um nível de tecnologia), b) no caráter da indústria de exportação; e c) nas mudanças tecnológicas e nos custos de transferência”.

De modo geral, North (1959, p. 341) elenca uma série de condições necessárias para que uma atividade agrícola seja bem-sucedida, de modo a constituir a base de exportação, e proporcionar um aumento de renda regional, sendo as seguintes:

1. Especialização e divisão do trabalho com a ampliação do mercado regional;
2. O crescimento dos serviços auxiliares e indústrias subsidiárias para produzir e comercializar eficientemente o produto de exportação;
3. O desenvolvimento de indústrias locais para servir ao consumo local, algumas das quais podem conduzir à ampliação da base de exportação em consequência da expansão dos mercados e do desenvolvimento de economias externas associadas com a indústria de exportação;
4. Como uma consequência natural das condições acima, o crescimento das áreas e serviços urbanos;
5. Um investimento crescente na educação e na pesquisa para ampliar o potencial da região.

Diante das constatações de Douglas North, fica evidente a importância da especialização produtiva para o desenvolvimento das regiões, uma vez que sua ocorrência é condição necessária para o aumento da renda regional, a qual proporcionará elevação na qualidade de vida e de bem-estar da população local.

Do mesmo modo, entende-se que o Governo possui papel decisivo para proporcionar às regiões condições necessárias ao seu desenvolvimento, pois há um vasto campo de atuação desde a reestruturação fundiária, a investimentos em pesquisa, inovação, tecnologia, educação, infraestrutura, entre outros.

3 DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL E O PAPEL DO BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES)

O Brasil é uma das maiores economias mundiais, mas também é um dos países mais desiguais no mundo, tanto em termos sociais como regionais. Quanto aos desequilíbrios regionais no Brasil, de acordo com Diniz (2011, p. 3), a primeira interpretação teórica deu-se na década de 1950, através do relatório do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), redigido por Celso Furtado, que partia das referências históricas da colonização regional como determinantes da conjuntura social da região nordestina. Passadas algumas décadas, a Região Nordeste ainda se configura como uma das regiões que concentra a maior parte dos espaços deprimidos no Brasil.

Contudo, as desigualdades regionais no Brasil não existem somente na região nordestina e nem se expressam exclusivamente em escala macrorregional. São nítidas as diferenças de desempenho socioeconômico encontrados em escala intrarregional, mesmo no âmbito de regiões que apresentam maior carência, como Norte e Nordeste.

São várias as consequências causadas pelos desequilíbrios regionais para a sociedade e para a economia brasileira. Dentre os principais danos podem-se destacar a migração populacional em direção aos espaços mais dinâmicos, ampliando os problemas atrelados à metropolização desordenada como de favelização, pobreza e violência; chances de crescimento pessoal diminuídas aos cidadãos que nascem em regiões menos dinâmicas em razão do baixo acesso à educação, à saúde, a empregos melhores, que exijam maior qualificação, assim como, de um conjunto de serviços e oportunidades existentes em regiões mais desenvolvidas. Além disso, o aproveitamento produtivo do país fica comprometido, deixando de gerar empregos, renda e bem-estar.

Neste contexto, são vários os autores que apontam que a atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), principal instrumento de fomento para o desenvolvimento do governo brasileiro, possui influência sobre o ordenamento territorial nacional, e sobre os diferentes níveis de desenvolvimento das regiões brasileiras. Esse entendimento parece ser comungado pelo próprio Banco, uma vez que esse, em sua história mais recente, tem agregado a sua estratégia de atuação elementos ligados à questão do desenvolvimento regional.

Nesse aspecto, o presente capítulo apresenta a trajetória do BNDES, desde sua fundação em 1952, a aproximação às questões regionais, até a sua atuação na Microrregião de Xanxerê no período 2002 a 2015.

3.1 Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é um dos maiores bancos de desenvolvimento do mundo, além de ser o principal instrumento do Governo Federal para o financiamento a longo prazo de diversos setores da economia, constituindo-se, desta forma, como uma das principais instituições estatais para o desenvolvimento do país. O BNDES tem por missão “a promoção do desenvolvimento sustentável e competitivo da economia brasileira, com geração de emprego e redução das desigualdades sociais e regionais” (BNDES, 2016).

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) foi fundado em 1952 com o objetivo de suprir a falta de uma instituição que oferecesse crédito a médio e longo prazo, sobretudo, para investimentos em projetos industriais de longa maturação (PLAMPLONA, 201, p. 99)⁴. A criação da instituição foi uma exigência do Banco Mundial com base no diagnóstico da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU), formada oficialmente em julho de 1951, com o intuito de analisar projetos para possíveis financiamentos⁵. O diagnóstico da CMBEU indicou a necessidade de se realizar de forma urgente um projeto de infraestrutura no país, recomendando a implementação de um Plano de Reparcelamento Econômico que incluía a formação de um fundo com recursos do governo norte-americano em parceria com o Banco Mundial e com o Eximbank, do Ministério da Fazenda e outros recursos externos (PLAMPLONA, 2011; COSTA, 2004).

Deste modo, o Banco surgiria como:

[...] instrumento importante tanto para elaborar análises de projetos como para ser o braço do governo na implementação das políticas consideradas fundamentais à decolagem da industrialização. O Banco atuaria como órgão formulador e executor da política nacional de desenvolvimento econômico (BNDES, 2002, p. 3).

Todavia, os US\$ 300 milhões de recursos externos esperados pelo governo brasileiro não foram liberados. O BNDE, deste modo, contou como sua principal fonte de recursos para operação, os relativos ao Fundo de Reparcelamento Econômico, suprido a partir de um adicional de 15% sobre o imposto de renda de pessoas físicas e jurídicas. De acordo com Costa (2004, p. 4), mesmo com a sua atuação prejudicada diante da inexistência de recursos externos, o objetivo inicial do BNDE em ser o provedor da infraestrutura para o desenvolvimento

⁴ O BNDE foi criado em 2 de junho de 1952, no segundo governo de Getúlio Vargas, e foi instituído pela Lei nº 1.628. A denominação social somente foi incorporada em 1982.

⁵ A CMBEU teve duração de dois anos, encerrando-se em 31 de julho de 1953.

econômico do país não foi desviado. Segundo Pamplona (2011, p. 101), os setores priorizados no início da atuação do BNDE foram os setores de energia elétrica e transportes, os quais corresponderam entre os anos de 1953 e 1955, em média mais de 80% do total dos financiamentos aprovados (CURRALERO, 1998)⁶.

É importante ressaltar, entretanto, que a trajetória do BNDES desde sua criação é permeada por diversos e distintos contextos históricos. De acordo com Quaglio (2013, p. 101), desde a fundação do Banco, esse apresentou confluência com os ditames e rumos da superação do desenvolvimento e forte adequação às decisões de política econômica nacional. Esses fatos fizeram com que, em alguns momentos, o BNDES se afastasse de seu papel original.

Considerando os diferentes contextos, e tendo por base os trabalhos de Quaglio (2013), Currallero (1998), Costa (2004) e Pamplona (2011), o presente estudo apresentará a trajetória do Banco dividida em quatro fases de atuação. A primeira fase abrangendo o período 1952 a 1979, é caracterizada pelos grandes planos de desenvolvimento, tendo o BNDES como principal agente de fomento; a segunda fase, período 1980 a 1993, é marcada pela desaceleração da economia brasileira, e a atuação do BNDES passa a ser mais de agente privatizador; a terceira fase, período 1994 a 2002, é caracterizada pelo começo da estabilização macroeconômica e também pela intensificação do BNDES como agente das privatizações; e finalmente, a quarta fase abrange o período mais recente, de 2003 a 2015, e é marcada pelo redirecionamento estratégico do BNDES e retomada de seu papel de agente de fomento.

Quanto à primeira fase, segundo Quaglio (2013), esta compreende duas subdivisões, sendo uma de 1952 a 1964, e outra de 1964 a 1979. No primeiro período, os investimentos do BNDE estiveram focados no “cliente” setor público (PAMPLONA, 103, p. 2011). A atuação do Banco nos primeiros anos foi voltada ao reaparelhamento da malha ferroviária nacional, e a investimentos no setor energético. Já a partir de 1956, sob o comando do governo Juscelino Kubitschek, o BNDE empreendeu investimentos na estruturação do setor siderúrgico nacional, tendo destinado ao setor 23% dos recursos totais aprovados no período 1956/1960, e 56% no período 1961/1964⁷. Ainda no governo Kubitschek, o Banco exerceu importante papel na elaboração e execução do Plano de Metas, o qual tinha por objetivo principal acelerar o desenvolvimento econômico do país⁸.

⁶ Os setores de energia elétrica e de transportes foram apontados como prioritários pela CMBEU.

⁷ Dados obtidos na obra de Currallero (1998).

⁸ De acordo com Currallero (1998, p. 18), na década de 1950, o BNDES firmou acordos e grupos de estudo com a CEPAL, a FGV, e o Conselho Nacional de Economia, atuando como uma “Secretaria de Planejamento”. No Plano de Metas, a atuação do BNDES foi muito além da função de instituição de fomento, tendo atuado ativamente no planejamento e coordenação do plano.

De 1964 a 1979, a atuação do Banco passou a ser mais diversificada, com a ampliação dos setores atendidos e direcionamento da atuação do BNDE voltada ao financiamento de projetos do setor privado, conforme pode ser observado na Tabela 1.

Tabela 1 – Participação das empresas pública e privada no total aprovado pelo BNDES entre 1966 e 1978. (Em %)

Ano	Segmento		Ano	Segmento	
	Pública	Privado		Pública	Privado
1966	58	42	1973	19	81
1967	65	35	1974	34	66
1968	46	54	1975	23	77
1969	40	60	1976	19	81
1970	35	65	1977	21	79
1971	34	66	1978	13	87
1972	29	71			

Fonte: Curralero (1998).

A expansão creditícia ao setor privado deve-se em grande parte a atuação do BNDE como principal instrumento financeiro do segundo Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico (II PND)⁹. Neste período, o Banco concedeu um grande volume de crédito subsidiado ao setor privado nacional, enquanto as empresas públicas, que até pouco tempo constituíam a principal clientela do Banco, buscaram crédito no exterior (CURRALERO, 1998, p. 33).

No tocante a mobilização de recursos da instituição, até 1964 os recursos provenientes de um adicional do imposto de renda constituíam a principal fonte do Banco. Após 1968, o BNDE deixou de receber esses recursos, e passou a operar com os recursos do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), dotações orçamentárias do governo, e também a partir do estoque de recursos emprestados. Contudo, segundo Quaglio (2013) e Curralero (1998), as fontes eram bastante instáveis, de forma que comprometiam o desempenho das ações da instituição.

⁹ O II PND foi uma política industrial instituída em 1974, no governo Ernesto Geisel, e de acordo com Castro (1985) e Fonseca e Moreira (2012), o plano era bastante audacioso. As áreas prioritárias do II PND eram as relacionadas a insumos básicos (metais não ferrosos, exploração de minérios, petroquímica, fertilizantes e defensivos agrícolas, papel e celulose); infraestrutura e energia (investimentos para ampliação da prospecção de petróleo, energia nuclear, ampliação da capacidade hidrelétrica, substituição de energia do petróleo por energia elétrica e álcool, expansão das ferrovias e a utilização de carvão); e bens de capital (a partir de incentivos fiscais e creditícios, políticas de preço e reserva de mercado).

Somente após 1974, o Banco passou a contar com uma estabilidade nos fluxos dos recursos a partir da incorporação do Fundo do Programa Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor (PASEP), além da expansão da captação de recursos externos.

Na segunda fase de atuação do BNDES, de 1980 a 1993, a economia brasileira foi afetada por uma forte crise, causada por desequilíbrios de ordem macroeconômica, em muito decorrentes do endividamento externo contraído nos anos setenta, durante o chamado “Milagre Econômico”, quando o país registrou elevados índices de crescimento. Em relação ao período de crescimento econômico a crise dos anos 1980, Pamplona (2011) diz que:

O Brasil vivenciou um dos mais acelerados processos de crescimento econômico no período 1930-1980, ao passo em que se tornou um país com um dos mais altos níveis de desigualdade sociais em nível mundial. A crise econômica contribuiu para aprofundar o quadro de pobreza e miséria no país, tanto nos grandes centros, que atraíram contingentes numa escala acima que podiam absorver mão de obra, quanto nas regiões interioranas, em especial nas regiões Norte e Nordeste (PAMPLONA, 2011, p. 103).

Diante de um contexto de agravamento da pobreza e das desigualdades sociais, o governo federal criou o Fundo Nacional de Investimento Social (FINSOCIAL) destinado a custear investimentos de caráter assistencial em alimentação, habitação popular, saúde, educação, justiça e amparo ao pequeno agricultor¹⁰. A administração do Fundo coube ao BNDE, o qual agregou as suas atribuições o desenvolvimento social, passando a ser denominado BNDES.

Ainda no começo da década de 1980, o Banco manteve sua atuação condicionada ao II PND, tendo concluído ações relativas aos investimentos do Plano. Além disso, o BNDES contribuiu para a estratégia de substituição de importações e saneamento de empresas estatais. Quanto à atuação do Banco no período, para Curralero (1998, p. 48), esta “inseriu-se no esforço de ajuste implementado pelo governo, atendendo demandas surgidas no contexto de crise”.

Na década de oitenta, o BNDES foi gradativamente perdendo suas características de instituição financeira de desenvolvimento, abandonando ações específicas de integração produtiva nacional, e intensificando o caráter compensatório de suas ações (CURRALERO, 1998; QUAGLIO, 2013). De acordo com Pamplona (2011, p. 104), em 1983, as operações de saneamento financeiro representavam praticamente um terço dos desembolsos da instituição, sendo as empresas estatais as principais beneficiárias, recebendo mais de 50% do total desembolsado no período 1982 a 1986.

Já no final da década de oitenta, o planejamento estratégico do BNDES para o biênio

¹⁰ O FINSOCIAL foi instituído em 1982 pelo Decreto-Lei nº 1.940.

1988-1990 apontou para a necessidade de uma “integração competitiva”, com o objetivo de apoiar investimentos que melhorassem a competitividade das empresas nos mercados nacional e internacional, e aprimorassem o potencial exportador da indústria brasileira. O Plano Estratégico 1988-1990, que enaltecia a importância da expansão do setor privado e a necessidade de enxugamento do Estado, para Costa (2004), significou a maior e mais significativa mudança nos preceitos da instituição, tendo estremecido e dificultado a manutenção de seus princípios e valores iniciais. Segundo Currello (1998, p. 76), neste período ganharam espaço as operações de desinvestimento e as privatizações no âmbito do Sistema BNDES. A atuação do Banco como agente privatizador foi elevada na década de 1990, durante o governo Fernando Collor de Mello, quando a instituição assumiu a coordenação do Programa Nacional de Desestatização (PND), sendo essa a sua principal atribuição ao longo do período¹¹.

A orientação do BNDES como agente de privatizações perdura e se intensifica no período 1994 a 2002, considerada a terceira fase da trajetória do Banco. Nesta fase, segundo Quaglio (2013, p. 102), o BNDES tem reduzida a sua capacidade em pautar e influenciar a agenda governamental mediante uma estratégia de desenvolvimento nacional, outrora bastante proeminente. Além disso, sua atuação é condicionada aos propósitos do governo federal, estando voltada aos objetivos da política macroeconômica. Neste período também, o BNDES alterou normas e diretrizes estatutárias para poder financiar empresas brasileiras no exterior.

Por fim, a fase mais recente da trajetória do Banco é caracterizada por uma mudança de orientação a partir de 2003, no governo Luiz Inácio Lula da Silva, com a retomada da questão desenvolvimentista, deixada à parte na última década. A atuação do BNDES como instituição financeira de fomento foi intensificada com ações voltadas às micro e pequenas empresas, à inovação, ao mercado de capitais, à infraestrutura e às exportações.

Quanto ao apoio às exportações, destaca-se a atuação do Banco na internacionalização de grandes empresas brasileiras, chamadas de “campeãs nacionais”¹². Dentre as empresas beneficiadas estão as pertencentes ao Grupo EBX; a operação de fusão dos frigoríficos JBS-Friboi e Bertin; a formação da Brasil Foods (BRF), resultado da fusão entre Sadia e Perdigão; a Fibria, resultado da aquisição da Aracruz Celulose pela Vontorantim Celulose; e a fusão entre as operadoras de telefonia Oi (Telemar) e Brasil Telecom, formando a Brasil Telecom-Oi.

Para Fonseca (2006, p. 24), o BNDES apresentou-se nos primeiros anos desta última

¹¹ Entre os anos de 1987 e 1989, o BNDES geriu a privatização de empresas como Sibra, Aracruz Celulose, Siderúrgica Nossa Senhora Aparecida, etc. Costa (2004) destaca que as privatizações foram iniciativa do BNDES e não do governo Sarney. Esclarece também que quando o PND foi instituído em 1990, o BNDES foi o órgão escolhido para coordená-lo por ser considerado o mais apto, uma vez que era o único a ter experiência no processo.

¹² A estratégia de internacionalização das empresas nacionais foi adota em 2007 pelo BNDES.

fase, como o polo desenvolvimentista do governo não submetido à política macroeconômica e as suas metas. Contudo, em 2008 o BNDES volta a aproximar-se da política macroeconômica quando passa a agregar as suas atribuições o de ser instrumento contra cíclico diante das crises internacionais, recebendo R\$ 180 bilhões de aportes do Tesouro Nacional para estimular a economia¹³.

Nesta última fase também, o BNDES passou a demonstrar maior preocupação com as dimensões “inovação”, “socioambiental” e “desenvolvimento regional e local”, incluindo-as como novas diretrizes no Planejamento Corporativo para os anos de 2009 a 2014. A trajetória de atuação do BNDES sobre a questão do desenvolvimento regional e local será trabalhada no item a seguir.

3.1.1 O BNDES e a questão regional

O BNDES é a principal instituição financeira de desenvolvimento do país, tendo impacto decisivo na ordenação territorial e desenvolvimento regional. Em análise a atuação do Banco desde a sua fundação em 1952, é possível verificar que a questão regional permeou direta ou indiretamente algumas ações e estratégias da instituição. Atualmente, a questão regional no BNDES se faz mais destacada por meio das suas diretrizes de atuação, estando presente em sua missão e na assunção do compromisso de orientar suas ações “para a redução das desigualdades sociais e regionais com geração de emprego e renda, e melhoria da qualidade de vida” (BNDES, 2016).

Segundo Lastres *et al* (2014), o rebatimento espacial dos desembolsos do BNDES, desde sua criação, deu-se em função dos projetos nacionais vigentes. Nos primeiros anos de existência do Banco, no período do Plano de Metas, os desembolsos para o setor energético e de transportes concentraram os recursos na região Sudeste. Já na década seguinte, os investimentos financeiros da instituição apresentaram melhor distribuição regional em razão do II PND. Neste período, de acordo com Lastres *et al* (2014), a região Nordeste recebeu uma parcela de investimentos relativamente proporcional à sua contribuição com o PIB nacional. Contudo, a tendência de redistribuição regional dos desembolsos retrocedeu nos anos 1990, e somente nos anos 2000 voltou a apresentar maior variação na desconcentração regional. Cabe destacar que, de modo geral, a trajetória dos desembolsos do Banco acompanhou a concentração do crescimento econômico no polo dinâmico do Centro-Sul do país, sobretudo, a

¹³ Crise norte-americana em 2008 e europeia em 2011. O aporte foi instituído pela Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009.

região Sudeste (SILVA Jr., 2009).

Quanto ao tratamento da questão regional, ainda na década de 1970, a implantação de alguns instrumentos diferenciados segundo as regiões indica o fortalecimento da questão na atuação do Banco (QUAGLIO, 2013; LASTRES *et al*, 2014). Entre as iniciativas pode-se citar a criação de um escritório em Recife, que conjuntamente com a Superintendência de Desenvolvimento no Nordeste (SUDENE), o Banco do Nordeste e o Banco do Brasil, contribuiu para a criação de linhas específicas de investimentos para a região.

No entanto, a atuação do BNDES na dimensão do desenvolvimento regional somente se tornou mais explícita nos anos 1990, quando o Banco concedeu financiamentos a milhares de pequenos e médios produtores rurais do Rio Grande do Sul, a fim de incorporar e difundir novos conhecimentos no setor agropecuário. Nesta época também, o BNDES implementou diversos programas regionais com o objetivo de promover maior desconcentração de seus desembolsos, tais como: Programa Nordeste Competitivo (PNC), Programa Amazônia Integrada (PAI), Programa de Fomento e Reconversão Produtiva da Metade Sul do Rio Grande do Sul (Reconversul), Programa de Apoio ao Turismo (PAT), e o Programa Centro-Oeste (PCO).

Em relação ao PNC, o programa tinha por objetivo promover o aumento do nível de emprego e renda na região Nordeste, por meio do apoio a projetos em quatro setores (turismo; fruticultura irrigada; beneficiamento de pedras ornamentais; e indústria têxtil de confecções), com a concessão de financiamentos em condições vantajosas. De acordo com o BNDES (1994), os setores apoiados foram definidos por apresentarem na região Nordeste, vantagens competitivas, dinamismo, além de potencial de expansão e de geração intensiva de empregos. Do mesmo modo o PAI, programa instituído em 1994, também tinha por intuito a geração de emprego e de renda em consonância com as potencialidades regionais, neste caso, com a seleção de projetos ligados às potencialidades dos recursos naturais da região Norte e da Amazônia Legal.

Quanto ao Reconversul, o programa foi criado em 1996 a partir da demanda do Estado do Rio Grande do Sul, que já havia implementado o programa no âmbito estadual. A operação do programa se deu pela disponibilização de financiamentos para a aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas, incentivos ao progresso técnico, capital de giro, entre outros, localizados na metade Sul do estado gaúcho.

Já em 1999, surgem três novas iniciativas ligadas ao desenvolvimento regional, sendo: a Secretaria de Desenvolvimento Regional, criada com o objetivo de ampliar o apoio do BNDES nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste; o PCO, implementado com condições de

financiamento idênticas às praticadas nos demais programas de desenvolvimento regional (PNC, PAI e Reconvertul); e o PAT, com o objetivo de estimular o aproveitamento do potencial turístico do país (BNDES, 2000).

Embora esses programas, como apontam Gaspar e Ramos (2011, p. 2), tiveram o mérito de explicitar as preocupações sobre o tema desenvolvimento regional, eles falharam em ter como pressuposto que o acesso ao crédito, isoladamente, seria suficiente para sanar as questões de desigualdade e de desenvolvimento regional. Para Pamplona (2011), os incentivos destes programas eram pequenos¹⁴, e diante da dimensão macrorregional, as diferenças intrarregionais foram desconsideradas. Outro ponto relevante é que esses programas não eram integrados ou coordenados com outra política, fato que segundo Gaspar e Ramos (2011) contribuiu para a “guerra fiscal” entre os estados brasileiros. Os autores também elencam a questão da predeterminação de setores beneficiados como outro defeito da política.

Aparece aí o primeiro problema: eleger, *a priori*, os setores. Com isso, reforçou-se o apoio às empresas que já tinham algum acesso a recursos; setores que não induziam o fortalecimento das cadeias produtivas; que não possuíam nenhum vínculo com políticas regionais do governo Federal; e que não se coordenavam com os estados da Federação [...] (GASPAR e RAMOS, 2011, p. 2).

A partir de 2003, esses programas regionais foram substituídos pelo Programa de Dinamização Regional (PDR), e também foram definidas prioridades no âmbito do Fundo Social¹⁵, com a criação do Programa de Investimentos Coletivos Produtivos (PROINCO). Ambos os programas, de acordo com Gaspar e Ramos (2011, p. 3), trouxeram uma inovação em termos de formulação de política de desenvolvimento, pois reconheciam as desigualdades entre as regiões do país, bem como, as desigualdades intrarregionais, além de considerarem que as microrregiões possuem distintos dinamismos.

O PROINCO tinha por objetivo atender as demandas de aglomerações produtivas, apoiando a projetos de propriedade compartilhada, tais como associações, fundações, cooperativas e arranjos produtivos, que no exercício de suas ações fossem capazes de influenciar no desenvolvimento econômico e social de uma região ou localidade. Segundo Gaspar e Ramos (2011, p. 3), o desempenho do programa foi aquém do esperado em razão da alta complexidade operacional. Contudo, ainda segundo Gaspar e Ramos (2011), o fato de o BNDES admitir que seriam necessários novos procedimentos para a implementação de uma

¹⁴ Os incentivos do PNC, PAI, Reconvertul e PCO era composto por um aumento de 5% na participação do BNDES no financiamento do projeto e redução na taxa de juros anual de até 1% (PAMPLONA, 2011).

¹⁵ O Fundo Social foi criado em 1997, para o apoio financeiro não reembolsável de projetos de caráter social.

política de apoio a pequenas organizações, fez com que o PROINCO se tornasse o embrião de novas políticas.

Em relação ao PDR, diante do desempenho insatisfatório dos programas de desenvolvimento regional que tinham por característica a delimitação geográfica macrorregional, o BNDES reformulou sua abordagem, resultando na criação do novo programa em 2005, que segue critérios de delimitação microrregional (BNDES, 2006). O PDR oferece condições diferenciadas para investimentos em municípios classificados como de baixa e média renda, que são contemplados com maior participação do Banco (de 5% a 45% do valor financiável), dependendo do nível de renda e dinamismo econômico dos municípios, determinados por um critério de classificação.

O critério de classificação¹⁶ foi inspirado na metodologia desenvolvida para a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), implementada pelo Ministério da Integração Nacional¹⁷. A metodologia baseia-se em duas dimensões: renda e dinamismo. A primeira analisa a faixa de renda da microrregião a partir do indicador da renda domiciliar média *per capita* do censo de 2000, classificando as microrregiões como renda baixa, renda alta, renda média superior e renda média inferior. Já a segunda dimensão analisa o grau de dinamismo das microrregiões a partir da taxa anual média do Produto Interno Bruto (PIB), e as gradua entre dinâmica ou estagnada. O cruzamento das duas dimensões resulta em um quadro bidimensional, conforme apresentado no Quadro 2, com sete tipologias de região, sendo: Alta renda, Média renda superior Dinâmica, Média renda superior Estagnada, Média renda inferior Dinâmica, Média renda inferior Estagnada, Baixa renda Dinâmica e Baixa renda Estagnada.

Quadro 2 - Classificação dos municípios segundo o Programa de Dinamização Regional (PDR) do BNDES.

		Nível de renda domiciliar <i>per capita</i>			
		Alta (4º quartil)	Média superior (3º quartil)	Média inferior (2º quartil)	Baixa (1º quartil)
Variação do PIB	Alto (25% superiores)	Alta renda	Média renda superior dinâmica	Média renda inferior dinâmica	Baixa renda dinâmica
	Médio		Média renda superior estagnada	Média renda inferior estagnada	Baixa renda estagnada
	Baixo (25% inferiores)				

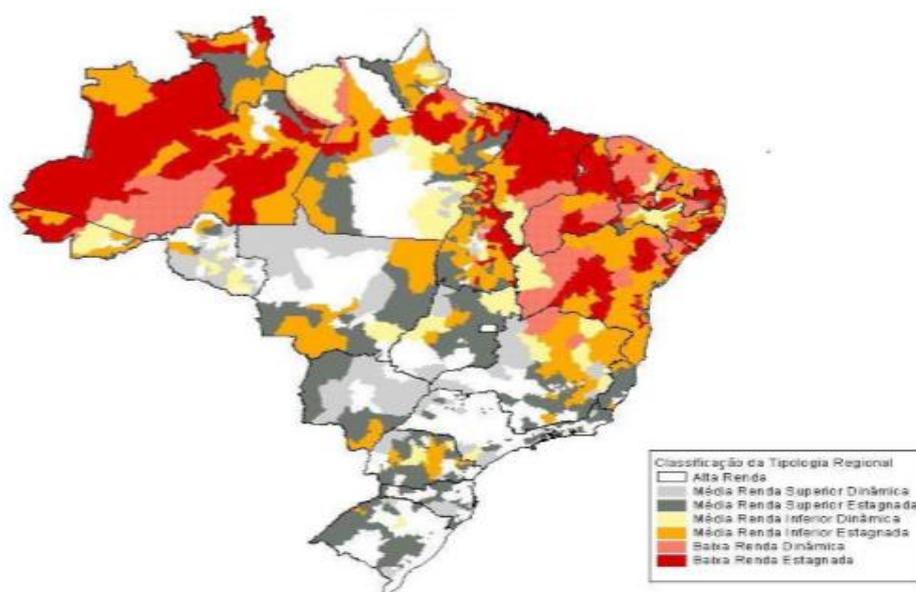
Fonte: BNDES (2016).

¹⁶ Para mais informações, acesse o documento PDR – Critério de classificação de microrregiões, disponível em: <https://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/.../bndes.../PDR_criterio_classificacao.pdf>.

¹⁷ A PNDR atualmente está em fase de reformulação.

A Figura 2, demonstra as regiões brasileiras de acordo com a tipologia do PDR. É flagrante as desigualdades macrorregionais existentes, assim como, as diferenças de renda e dinamismo intrarregionais presentes no território brasileiro.

Figura 2 – Tipologia Regional em 2005 de acordo com a classificação do Programa de Dinamização Regional do BNDES.



Fonte: BNDES (2016).

Embora o PDR tenha refletido uma nova proposta de configuração para os programas de desenvolvimento regional, este apresentou problemas e repetiu algumas falhas já apresentadas nos programas regionais implementados anteriormente.

O PDR (como os outros programas do passado) não contemplava estímulos ao adensamento das cadeias produtivas nas regiões carentes. Dessa forma, ainda que alguma empresa decidisse investir no Norte ou no Nordeste, não havia estímulo para que a cadeia de fornecedores fosse desenvolvida nessas regiões. O PDR também oferecia estímulo em participação e taxas de juros para setores nos quais o fator locacional é determinado pelo próprio tipo do negócio, como os setores de mineração, cimento e papel e celulose. Nesses casos, o Programa apenas reduzia as margens do BNDES, não representando estímulo para a localização do investimento (GASPAR e RAMOS, 2011, p. 4-5).

Neste sentido, as avaliações dos resultados do PDR sinalizaram para a necessidade de estratégias mais elaboradas, de forma que refletissem em mudanças qualitativas na atuação no BNDES nas regiões. Isso porque, a experiência revelou que condições facilitadas de financiamentos para atrair novos investimentos não são suficientes para que sejam alcançados

resultados positivos no que tange o desenvolvimento regional (LEMOS, 2015). Também fica nítida, a importância de se estabelecer parcerias entre agentes públicos e privados em diferentes níveis, no sentido de elaborar agendas para o desenvolvimento regional.

Os aspectos levantados (necessidade de alteração na tática de atuação do BNDES e maior relacionamento com agentes públicos e privados) se justificam porque a realidade depressiva em muitas regiões é bastante complexa e transpassa a limitação do crédito para investimento, englobando restrições como agentes não preparados para investir, mercado consumidor estagnado, custos de operação elevados, entre outros.

A questão regional no âmbito do BNDES passou a ser mais fortalecida a partir de 2007, quando o Banco a incorporou em seu planejamento corporativo, suas estratégias e sua estrutura organizacional. Quanto à última, destaca-se a criação da Secretaria de Arranjos Produtivos Inovativos e Desenvolvimento Local (SAR), vinculada à Presidência, e do Comitê de Arranjos Produtivos e Desenvolvimento Regional e Socioambiental (CAR - IMA).

Já no Planejamento Corporativo 2009-2014, a questão regional foi elevada a tema transversal juntamente com a inovação e a questão socioambiental, com o desígnio de prover maior sustentabilidade ao desenvolvimento econômico. Lastres *et al* (2014) enfatiza o estabelecimento de dois vetores para o desenvolvimento integrado das regiões e de seus territórios, sendo o do entorno de grandes empreendimentos estruturantes, e as regiões historicamente menos atendidas pelo Banco. O primeiro tem por objetivo diminuir os impactos negativos com a implantação de grandes projetos, assim como, a partir do impulso do desenvolvimento, estimular a formação de cadeias de fornecedores e de arranjos produtivos locais. Quanto ao segundo, o objetivo é o de priorizar regiões menos contempladas tradicionalmente e mais carentes, com o intuito de promover e dinamizar os territórios. Para Gaspar e Ramos (2011, p. 13), um dos elementos mais importantes da nova política é a participação dos Estados no processo de planejamento regional, que passaram a participar dos processos de priorização e definição dos investimentos nos seus territórios.

A Tabela 2 apresenta a evolução dos desembolsos anuais por prioridade corporativa, no período de 2010 a 2014. É possível observar que os desembolsos destinados ao Desenvolvimento regional evoluíram de R\$ 29 bilhões, em 2010, para R\$ 38,2 bilhões, em 2014. Entretanto, os desembolsos destinados a outras prioridades apresentaram maior crescimento, como Infraestrutura e Socioambiental.

Tabela 2 – Desembolsos anuais do BNDES por prioridade corporativa, período 2010-2014 (em R\$ bilhões correntes).

INDICADOR	2010	2011	2012	2013	2014	VARIAÇÃO 2010-2014
Infraestrutura: energia, logística, mobilidade e saneamento	23,8	26,8	32,5	37,8	42,2	77%
Bens de capital	57,2	59,1	51,3	77,4	74,0	29%
MPEs e pessoas físicas	31,9	35,3	36,4	47,4	44,6	40%
Inovação	1,4	2,7	3,3	5,2	5,9	333%
Socioambiental	26,1	24,5	35,7	42,0	46,6	79%
Desenvolvimento regional	29,0	29,7	34,4	38,6	38,2	32%
Total prioridades estratégicas*	101,7	106,3	115,4	150,0	150,6	48%
Total desembolsos	168,4	138,9	156,0	190,4	187,8	12%

Fonte: BNDES (2015)¹⁸.

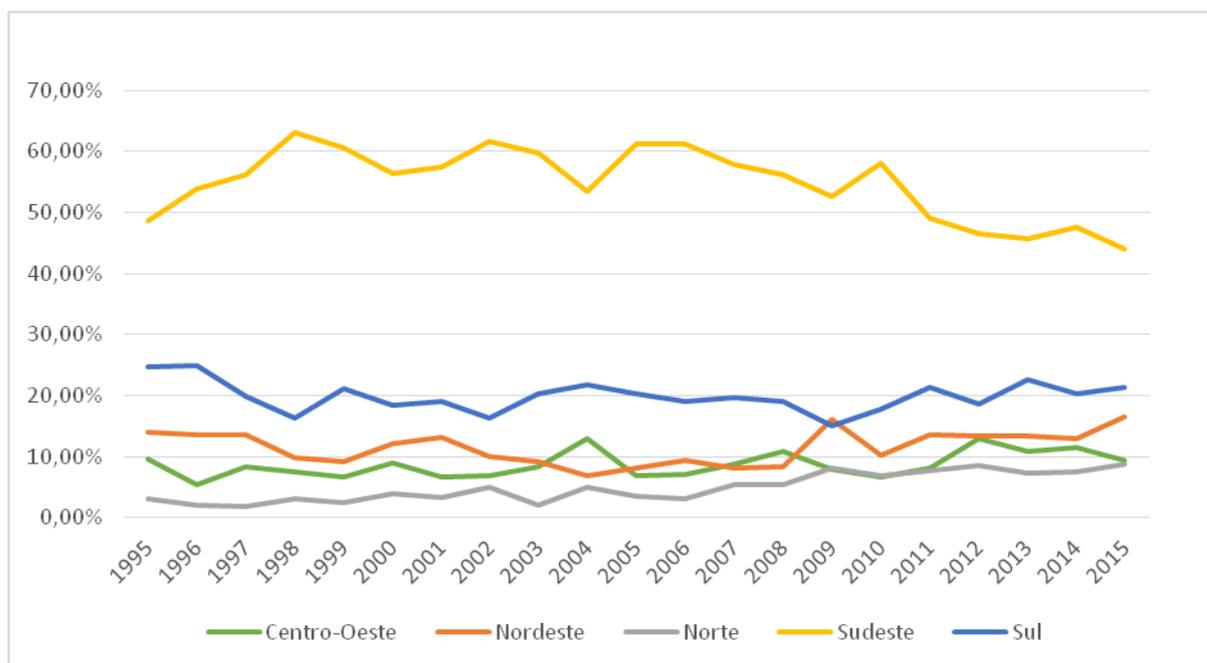
Os esforços do BNDES empregados em ações e programas regionais, mesmo que não suficientes para sanar as grandes disparidades, levaram a uma distribuição regional dos desembolsos mais equilibrada, no que tange as respectivas contribuições ao PIB nacional. O Gráfico 1, apresenta a distribuição regional dos desembolsos do BNDES para o período de 1995 a 2015.

A partir de uma análise superficial dos desembolsos do BNDES por região geográfica, referente a série histórica de 1995 a 2015, conforme Gráfico 1, percebe-se uma tendência de maior distribuição dos recursos. De 1995 até 2005, a região Centro Oeste apresentou uma participação média de 8,04%, enquanto que no período de 2006 a 2015, a média percentual de participação da região nos desembolsos do BNDES evoluiu para 9,45%. Do mesmo modo, as regiões Norte e Nordeste apresentaram evolução na participação nos desembolsos, passando de 3,26% e 10,9%, no período de 1995 a 2005, para 6,89% e 12,24% entre 2006 e 2015, respectivamente. Por outro lado, os desembolsos destinados às regiões Sul e Sudeste apresentaram um declínio. Entre 1995 e 2005 a participação média da região Sul era de 20,32%, já no período de 2006 a 2015, a média reduziu para 19,53%. Quanto à região Sudeste, região historicamente mais contemplada pelos desembolsos do BNDES, chegando a receber 63,13% do total desembolsado pelo Banco em 1998, teve sua participação média reduzida de 57,47%

¹⁸ O somatório dos desembolsos das prioridades estratégicas, conforme apresentado na Tabela 2, desconsidera interseções entre as prioridades.

de 1995 a 2005, para 51,88% de 2006 a 2015. Cabe destacar inclusive, que desde 2011 os valores desembolsados a região representaram menos de 50,0% do total, passando a 43,90% em 2015.

Gráfico 1 – Distribuição regional dos desembolsos do BNDES, período 1995 a 2015.



Fonte: Elaboração da autora com base nos dados do BNDES (2016).

Entre as principais ações e programas responsáveis pela maior distribuição dos desembolsos, autores como Pamplona (2011), Gaspar e Ramos (2011), e Lastres *et al* (2014) destacam o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que contou com obras de grande vulto localizadas, sobretudo, na região Norte e Nordeste, o Cartão BNDES, que aumentou a capilaridade dos financiamentos a partir de 2002, assim como, a linha de financiamento BNDES-Estados, que elevou a cesta de produtos oferecidos aos Estados da Federação, aumentando a base de clientes, e proporcionando o acesso às linhas do Banco àqueles que possuem economias menos diversificadas, e conseqüentemente, como menos demandantes das linhas setoriais (GASPAR e RAMOS, 2011).

De acordo com o exposto até o presente momento, a questão regional paulatinamente tem ganhado espaço na atuação do BNDES. Muito embora, grande parte das ações do Banco destinadas ao desenvolvimento regional seja trabalhada em escala macrorregional, ignorando, desta forma, as diferenças intrarregionais, assim como, a questão do desenvolvimento em nível local - fato que pode reforçar as desigualdades regionais, o advento da PDR em 2005, com a proposição de classificar as microrregiões em diferentes faixas a partir do nível de renda e

dinamismo para a concessão de recursos, pode ser entendido como um compromisso do BNDES com o aspecto regional, assim como, o seu reconhecimento do quão complexa é a realidade no que tange ao desenvolvimento e as disparidades regionais no Brasil.

Tendo em vista a crescente valorização do espaço local na ação do BNDES, o próximo item trata da atuação do Banco na Microrregião de Xanxerê/SC em sua trajetória mais recente, período 2002 a 2015.

3.2 A atuação do BNDES na Microrregião de Xanxerê/SC no período 2002 a 2015

O presente item trata da atuação do BNDES na Microrregião de Xanxerê/SC no período de 2002 a 2015. Para tanto, está subdividido em três partes, sendo que a primeira aborda os procedimentos adotados para a análise dos dados; a segunda realiza análise quanto as operações do BNDES no âmbito da Microrregião de Xanxerê por meio da modalidade não automática, chamada de BNDES Finem; por último, a terceira parte trata da análise das operações indiretas automáticas, englobando toda a gama de produtos dessa área.

3.2.1 Procedimentos para a análise dos dados

Para analisar a atuação do BNDES no âmbito da Microrregião de Xanxerê, no período 2002 a 2015, o presente estudo apreciou as formas de apoio relativas aos produtos BNDES Finem e pelas Operações Indiretas Automáticas¹⁹, as quais contempla produtos como Finame, Finame Agrícola, Finame Leasing e BNDES Automático. Convém informar, que a Política de Dinamização Regional (PDR) é operacionalizada por meio do BNDES Finem e BNDES Automático, contudo, nas informações disponibilizadas pelo BNDES não há diferenciação entre as operações, impossibilitando identificar as operações que receberam condições diferenciadas em virtude da localização do projeto.

A modalidade BNDES Finem é voltada ao financiamento de empreendimentos de valor igual ou superior a R\$ 20 milhões, salvo algumas exceções²⁰, sendo destinado a investimentos

¹⁹ As operações referentes ao Cartão BNDES não puderam ser utilizadas em nível microrregional, uma vez que, o BNDES informou por meio do Serviço de Informação ao Cidadão, que é impedido de disponibilizar informações privadas e individualizadas de clientes ou agentes emissores do cartão, conforme Art. 6º, do I do Decreto 7.724/2012. Deste modo, a informação disponibilizada foi em nível estadual.

²⁰ Em alguns casos podem ser apoiados projetos com valor de financiamento inferior a R\$ 20 milhões, tais como: apoio a empresas ou cooperativas que atuem em Arranjos Produtivos Locais, apoio a projetos de eficiência energética, apoio a investimentos sociais a empresas vinculadas aos projetos financiados pelo BNDES, apoio a reflorestamento, recuperação e uso sustentável das florestas, apoio à modernização da administração pública estadual e distrital e apoio à inovação.

para implantação, ampliação, recuperação e modernização de ativos fixos nos setores da indústria, infraestrutura, comércio, serviços e agropecuária (BNDES, 2016). Cabe ressaltar, que o apoio a projetos de determinados setores e localizados em municípios contemplados pela PDR²¹, no valor entre R\$ 1 milhão e R\$ 10 milhões, também pode ser concedido a partir do BNDES Finem. O apoio às operações de financiamento nessa modalidade pode ocorrer nas formas direta e indireta, sendo que na primeira o cliente pode solicitar a operação de financiamento diretamente ao BNDES, enquanto que na forma indireta, a operação é intermediada por meio de instituições financeiras credenciadas.

Quanto aos produtos da Área de Operações Indiretas (AOI), o BNDES Automático é direcionado ao financiamento de projetos de investimento, com valores de financiamento inferiores ou iguais a R\$ 20 milhões. As operações ocorrem na forma indireta, e atendem projetos de investimento para implantação, ampliação, recuperação e modernização de ativos fixos, assim como projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, nos setores de indústria, infraestrutura, comércio, serviços, agropecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (BNDES, 2016).

Já o BNDES Finame é dividido em três produtos: Finame, Finame Agrícola e Finame Leasing. O primeiro é destinado ao financiamento para a produção e aquisição de máquinas, equipamentos, bens de informática e automação que sejam novos e de fabricação nacional. Já o Finame Agrícola, atende ao financiamento de máquinas, equipamentos, implementos agrícolas, caminhões, bens de informática e de automação, para clientes que exerçam atividade econômica nos setores agropecuário, de produção florestal, de pesca e aquícola. Por último, o Finame Leasing se dedica ao financiamento da aquisição de máquinas e equipamentos destinados a operações de arrendamento mercantil. O valor máximo para financiamento dos produtos BNDES Finame é de R\$ 20 milhões, contudo, podem ser viabilizadas operações de maior valor desde que a Instituição Financeira Credenciada (IFC) envie consulta prévia ao BNDES quanto à operação pretendida.

No que tange à obtenção das informações, as do produto BNDES Finem foram coletadas no site do BNDES na área “Dados Sobre Financiamentos do BNDES”, já os dados das

²¹ Os empreendimentos e projetos que podem se beneficiar da PDR são aqueles localizados em municípios em que a Microrregião seja classificada como de baixa renda estagnada, baixa renda dinâmica, média renda inferior estagnada, média renda inferior dinâmica, média renda superior estagnada, média renda superior dinâmica, de acordo com o critério de classificação da PDR. Assim, como, aqueles localizados nos municípios da Região Norte e Nordeste que sejam classificados como alta renda, e nos municípios de menor nível de renda integrantes das 49 aglomerações urbanas identificadas pelo Projeto de Pesquisa, Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil, localizados no entorno de um município de alta renda.

Operações Indiretas Automáticas foram obtidos a partir de solicitação realizada ao Banco, com base na “Lei de Acesso à Informação”.

A escolha do período de análise, 2002 a 2015, deve-se ao fato de o mesmo contemplar as mudanças mais recentes na trajetória do BNDES, possibilitando a análise da atuação do Banco nos períodos anterior e posterior a criação da PDR em 2005.

3.2.2 Análise do BNDES Finem

O BNDES Finem é uma modalidade de financiamento não automático, ou seja, sua liberação depende de análise do BNDES. A contratação do BNDES Finem é operacionalizada de duas formas: a direta e a indireta.

Na modalidade de operação direta o financiamento é contratado diretamente com o BNDES. Neste caso, segundo o BNDES (2016) o proponente precisa apresentar o pedido à instituição, a qual passa por uma consulta prévia para que se realize o enquadramento do pretense financiamento diante das políticas operacionais do Banco. Nesta etapa são requeridas informações sobre a empresa e o empreendimento por meio do envio dos seguintes documentos: carta de solicitação de financiamento, Consulta Prévia (com informações sobre a empresa, administração, caracterização da empresa, controle do capital, dados econômico-financeiros e o projeto), informações e documentos para elaboração da classificação de risco, questionário de informações ambientais, questionário de informações sociais, questionário de aspectos quanto à inovação, e relatório ou balanço social.

Sendo o projeto acolhido, segue-se para a etapa de análise. Nesta etapa são encaminhadas as informações e documentos relativos ao projeto, e enfim, o BNDES analisa o pedido de apoio financeiro. A participação do BNDES é de 50%, e pode ser acrescida em razão das características de cada operação. Atualmente, a PDR eleva o nível de participação em 10% para os municípios localizados nas regiões Norte e Nordeste, e 10% para projetos localizados em municípios de baixa renda e média renda inferior, podendo ser somados, de modo a elevar a participação em até 20%.

Já na modalidade indireta, a contratação é realizada com a intermediação de uma Instituição Financeira Credenciada (IFC). As características da modalidade indireta, público alvo, entre outros, são as mesmas às da modalidade direta, e embora haja o intermédio de uma instituição financeira credenciada, as solicitações não são automáticas, passando necessariamente pela análise do BNDES.

Os dados disponibilizados no site do BNDES quanto às operações não automáticas (Finem Direto e Indireto) apresentam o nome do cliente, CNPJ, descrição do projeto, unidade federativa, informações do contrato (valor, prazo, taxa, etc.), ramo de atividade, área operacional, modalidade e forma de apoio. Os dados, ao oposto do BNDES Automático, não informam o município da operação, contudo, a identificação dos municípios foi possibilitada após a seleção das operações realizadas no Estado de Santa Catarina no período 2002 a 2015 - que totalizaram 1.001 operações, e análise da descrição do projeto, que na maior parte contempla o município de localidade do projeto. Nos casos em que a informação estava omissa, procedeu-se com consultas do CNPJ junto ao site da Receita Federal, e ainda, em busca nos sites das empresas. A Tabela 3, apresenta a composição das operações analisadas.

Tabela 3 – Composição das operações analisadas na linha BNDES Finem, modalidades direta e indireta, no período 2002 a 2015.

Total de Operações	Forma de apoio direta	Forma de apoio indireta	Total com especificações de local	Passíveis de especificação de local (por município ou exclusão da Microrregião de Xanxerê) *	Não passíveis de especificação de local**
1001	810	191	617	342	42

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do BNDES (2016).

* Foram consideradas as operações passíveis de especificação as que não comprometeriam a realização deste estudo, seja pela possibilidade de identificação do município ou pela exclusão de que a operação tenha beneficiado diretamente a algum município da Microrregião de Xanxerê. Por exemplo, no caso de empresas com várias filiais, foi certificado que nenhuma delas estava presente em um município da Microrregião de Xanxerê. Da mesma forma procedeu-se com as cooperativas de crédito, procurando identificar a existência de agências nos municípios da microrregião.

**Das operações não passíveis de especificação estão contempladas 6 operações para cooperativas de crédito que possuem unidades de atendimento em algum município da Microrregião de Xanxerê, 10 operações contratadas pelo Estado de Santa Catarina com finalidades diversas, e 6 para a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A BADESC.

Entre as 1001 operações que contemplaram o território catarinense no período 2002 a 2015, foram identificadas 32 operações relativas a 18 projetos localizados em municípios da Microrregião de Xanxerê. O Quadro 3, apresenta os projetos atendidos. Cabe salientar que nos anos de 2002 e 2015 não foi identificada nenhuma operação do BNDES Finem que contemplasse a municípios da Microrregião de Xanxerê.

Quadro 3 – Projetos atendidos pelo BNDES Finem no âmbito da Microrregião de Xanxerê no período 2002 a 2015.

Ano	Descrição do Projeto	Município sede do beneficiário	Local de execução projeto	Natureza jurídica do beneficiário	Ramo/Gênero de Atividade	Forma de Apoio	Valor Contratado R\$
2003	Programa emergencial e excepcional de apoio as concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica	Xanxerê	Marema, Xaxim, Xanxerê, Lajeado Grande, Entre Rios, Bom Jesus	Sociedade Empresarial Ltda	Comércio e Serviços/ Eletricidade e Gás	Direta	281.543
2004	Programa de modernização da administração tributária e da gestão dos setores sociais básicos	Xaxim	Xaxim	Município	Comércio e Serviços/ Adm. Pública	Direta	411.420
	Programa de modernização da administração tributária e da gestão dos setores sociais básicos	Vargeão	Vargeão	Município	Comércio e Serviços/ Adm. Pública	Direta	63.000
2005	Programa de modernização da administração tributária e da gestão dos setores sociais básicos	Xanxerê	Xanxerê	Município	Comércio e Serviços/ Adm. Pública	Direta	563.760
2006	Implantação de Pequena Central Hidrelétrica	Ipaçu	São Domingos, Abelardo Luz, Ipaçu	Sociedade Anônima Fechada	Comércio e Serviços/ Eletricidade e Gás	Direta	72.147.600
	Implantação de Pequena Central Hidrelétrica	Florianópolis	Faxinal dos Guedes, Ouro Verde	Sociedade Anônima Fechada	Comércio e Serviços/ Eletricidade e Gás	Direta	40.820.650
2007	Implantação de indústria	Xanxerê	Abelardo Luz	Sociedade Empresarial Ltda	Agropecuária e Pesca/ Agropecuária	Indireta	16.417.319
2008	Financiamento (2008) e Suplementação (2010) para Pequena Central Hidrelétrica	São Paulo	São Domingos, Ipaçu	Sociedade Anônima Fechada	Comércio e Serviços/ Eletricidade e Gás	Indireta	91.350.000
2009	Implantação de Pequena Central Hidrelétrica	São Paulo	Xanxerê, Arvoredo	Sociedade Anônima Fechada	Comércio e Serviços/ Eletricidade e Gás	Direta	45.342.698
	Implantação de loja agropecuária e supermercado*	Chapecó	Ipaçu	Cooperativa	Indústria de Transformação/ Produtos Alimentícios	Indireta	10.974.400
2010	Financiamento (2008) e Suplementação (2010) para Pequena Central Hidrelétrica	São Paulo	São Domingos, Ipaçu	Sociedade Anônima Fechada	Comércio e Serviços/ Eletricidade e Gás	Indireta	32.372.617

2011	Implantação de Pequena Central Hidrelétrica	Caçador	Passos Maia	Sociedade Anônima Fechada	Comércio e Serviços/ Eletricidade e Gás	Direta	86.564.000
2012	Aquisição de 01(um) caminhão, 01(um) tanque isotérmico e 8(oito) resfriadores de leite para uso coletivo pelas famílias de menor renda	Entre Rios	Entre Rios	Cooperativa	Indústria de Transformação /Produtos Alimentícios	Direta	270.000
2013	Implantação de fábrica de rações para bovinos	Chapecó	Bom Jesus	Cooperativa	Comércio e Serviços/ Comércio	Indireta	30.000.000
	Aquisição de um incubatório*	Chapecó	Xaxim	Cooperativa	Indústria de Transformação /Produtos Alimentícios	Indireta	83.860.000
	Subcrédito A - Investimentos gerais Subcrédito B – Armazenagem *	Campo Mourão	Xanxerê	Cooperativa	Comércio e Serviços/ Comércio	Indireta	37.631.000
2014	Aquisição de 1(um) frigorífico de aves de propriedade da Aves do Parque Ltda	Chapecó	Abelardo Luz	Cooperativa	Indústria de Transformação /Produtos Alimentícios	Indireta	45.662.000
	Implantação de uma unidade de recebimento, armazenamento e beneficiamento de sementes.	Chapecó	Xanxerê	Cooperativa	Comércio e Serviços/ Comércio	Indireta	24.967.000

Fonte: Elaboração própria a partir de informações do BNDES (2016).

* As operações englobaram mais de um projeto de investimento, sendo alguns com implantação em municípios não pertencentes a Microrregião de Xanxerê. Devido a impossibilidade de identificar somente os valores aplicados em municípios da Microrregião (buscou-se contato com os tomadores, mas não houve retorno, e também a identificação dos valores por meio dos relatórios de gestão das cooperativas, contudo os investimentos também não estão discriminados por município de aplicação) os valores constantes na tabela são relativos ao total contratado pelas operações.

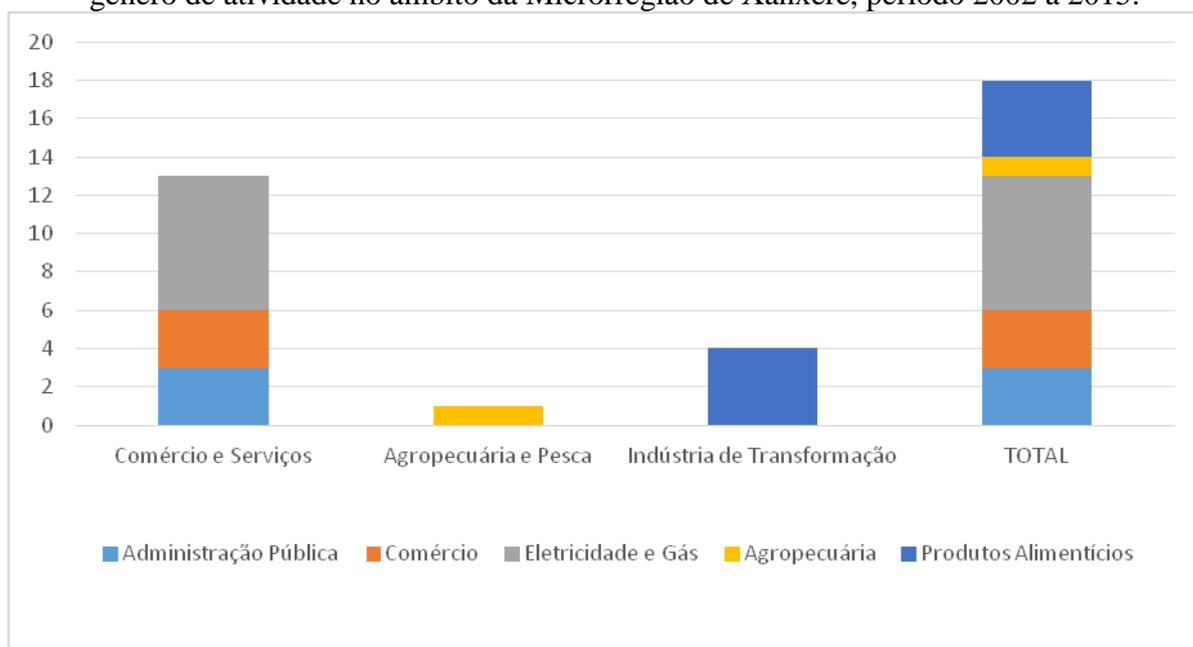
Notas: i) os anos 2002 e 2015 não apresentaram operações do BNDES Finem para projetos localizados na Microrregião de Xanxerê; ii) alguns projetos têm seu valor subdividido em diversas operações celebradas, em sua maioria, na mesma data. Essas operações podem diferir em custo financeiro, juros, prazo de carência do contrato e prazo de amortização. Para a elaboração deste estudo as operações realizadas para atender a um mesmo projeto (descrição do projeto idêntica em todas as operações), dentro do mesmo exercício financeiro, foram somadas.

Dos 18 projetos financiados pelo BNDES, observa-se que 07 tomadores possuem sede (matriz de operação) em municípios da Microrregião de Xanxerê. E dos 11 tomadores com a matriz localizada em outras regiões do Brasil, 07 situam-se no Estado de Santa Catarina, sendo 06 na Região Oeste e 01 na Região da Grande Florianópolis; 01 situa-se no Estado do Paraná; e outros 03 no Estado de São Paulo. Quanto ao local de execução dos projetos, verifica-se que 06 projetos apresentam implementação que abrange a mais de um município. Destes projetos, 05 são relativos a projetos de implantação de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) - algo bastante comum uma vez que estes projetos são implantados em rios, os quais normalmente delimitam as áreas geográficas de municípios e estados. Já o outro projeto é referente ao apoio

a concessionária de serviços públicos de energia elétrica, cuja sede é em Xanxerê, e que presta o serviço a diversos municípios da Microrregião de Xanxerê.

No que tange ao ramo e gênero de atividade dos projetos implementados na Microrregião de Xanxerê, o Gráfico 2 apresenta a composição dos projetos financiados pelo BNDES Finem no período 2002 a 2015.

Gráfico 2 – Composição consolidada dos projetos financiados pelo BNDES Finem por ramo e gênero de atividade no âmbito da Microrregião de Xanxerê, período 2002 a 2015.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BNDES (2016).

Conforme pode ser observado no Gráfico 2, o ramo de atividade que concentra a maior parte dos projetos financiados é o de Comércio e Serviços, contando com 13 projetos, seguido pelo ramo da Indústria de Transformação, com 04 projetos, e finalmente, com apenas 01 projeto, o ramo de Agropecuária e Pesca. Quanto ao gênero de atividade, as operações realizadas para o ramo de Comércio e Serviços foram destinadas as atividades da Administração Pública (3 projetos), Comércio (3 projetos) e Eletricidade e Gás (7 projetos). Cabe salientar que esta última atividade respondeu por 53% do total de projetos financiados pelo BNDES Finem para a Microrregião de Xanxerê, no período 2002 a 2015.

Já as operações destinadas às atividades da Administração Pública tiveram por objetivo a modernização da administração tributária e da gestão dos setores básicos, sendo que apoio para este tipo de projeto se deu pelo Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Básicos (PMAT). O PMAT pode ser solicitado por qualquer município

brasileiro, e sua modalidade de apoio é a reembolsável²². Cabe informar que o percentual de municípios da Microrregião de Xanxerê que foram beneficiários do PMAT, cerca de 17%, foi muito similar ao registrado pelo Estado de Santa Catarina, que apresentou um total de quarenta e seis municípios beneficiários do programa, correspondendo a cerca de 16% dos municípios catarinenses.

Em relação aos 03 projetos destinados a atender empreendimentos da atividade de Comércio, cujas operações foram contratadas a partir de 2013, observa-se que mesmo enquadrando-se no ramo de comércio e serviços, todas possuem ligação com o setor agropecuário, uma vez que um empreendimento trata da implantação de uma fábrica de ração bovina, e os outros dois estão relacionados à armazenagem de grãos. Além disso, a natureza jurídica dos três beneficiários das operações é a cooperativa.

O ramo Agropecuária e Pesca registrou somente 01 projeto na atividade agropecuária, relativo à implantação de uma indústria (frigorífico) no município de Abelardo Luz, no ano de 2007. É importante ressaltar que esta mesma indústria foi adquirida com apoio do BNDES Finem no ano de 2014, por outro tomador do ramo de indústria de transformação.

Em relação aos empreendimentos apoiados do ramo de Indústria de Transformação, os 04 empreendimentos são relativos à atividade de produtos alimentícios, sendo que, assim como verificado nas operações destinadas a projetos da atividade de comércio, em todos os casos os beneficiários do ramo de Indústria de Transformação têm natureza jurídica cooperativa.

A partir da análise das informações levantadas sobre os empreendimentos financiados pelo BNDES Finem, constata-se a presença de três momentos distintos, sendo o primeiro no período 2003 a 2005, com operações destinadas a suprir, sobretudo, o setor público, via a concessão de financiamentos para as prefeituras municipais, e o apoio emergencial a concessionária de energia pública. Já o segundo período abrange os anos de 2006 a 2011, e é marcado pela presença massiva de projetos destinados à implantação de empreendimentos ligados à geração de energia hidrelétrica. Finalmente, o último período (2012 a 2014), é caracterizado pelo apoio a projetos da atividade de comércio e da indústria de transformação, todos propostos por cooperativas.

3.2.3 Análise das Operações Indiretas Automáticas

²² Na modalidade apoio reembolsável o beneficiário precisa devolver ao Banco os recursos financeiros em condições contratadas previamente (custo financeiro, taxa de juros, prazo etc.)

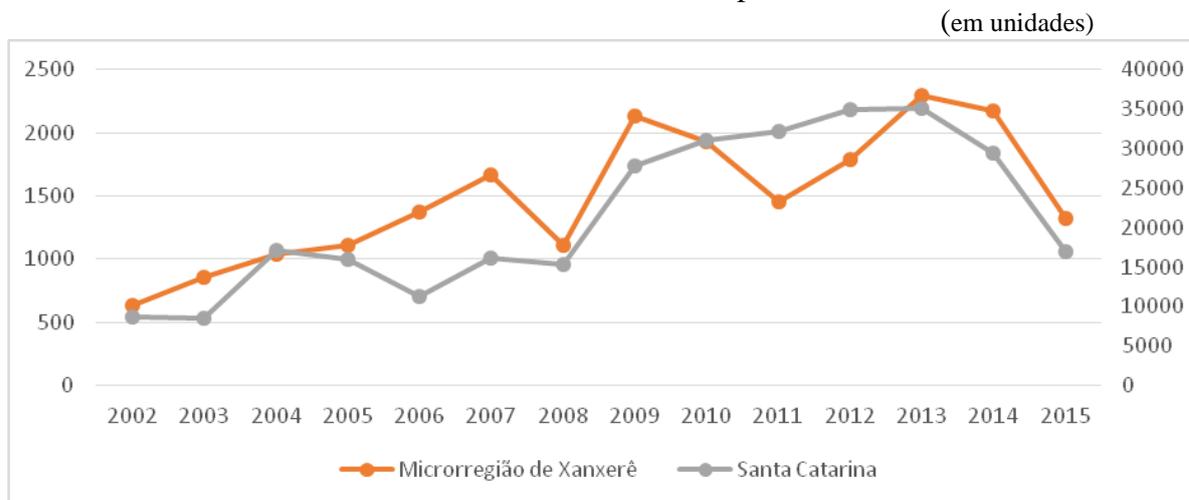
Diferentemente do BNDES Finem, a integralidade das operações realizadas nos produtos da Área de Operações Indiretas (AOI) não é disponibilizada no site do BNDES, de modo que as informações foram obtidas através de solicitação aberta junto ao Serviço de Informação ao Cidadão (SIC). O arquivo cedido pela instituição apresenta todas as operações realizadas para o Estado de Santa Catarina com os seguintes dados: data de contratação, produto, programa, CNPJ do cliente, nome do cliente (em caso de pessoa física o CPF não está informado, e o nome está substituído pelo termo ‘Pessoa Natural’), objetivo da operação, nome do município, ramo de atividade e valor contratado.

No período 2002 a 2015, no estado catarinense, foram realizadas 300.564 operações relativas aos produtos Finame, Finame Agrícola, Finame Leasing e BNDES Automático, perfazendo um total contratado superior a R\$ 147 bilhões em valores correntes. No mesmo período, na Microrregião de Xanxerê, foram realizadas 20.898 operações que juntas somaram cerca de R\$ 2,3 bilhões contratados, em valores correntes.

Realizando-se uma breve análise quanto a representatividade das operações da Microrregião de Xanxerê no total operado pelo Estado de Santa Catarina, observa-se que a quantidade de operações realizadas no âmbito da Microrregião de Xanxerê significou 6,95% do total registrado no Estado de Santa Catarina, enquanto que em relação ao montante contratado, a representatividade foi de apenas 1,58%. Esse dado demonstra que o valor médio por operação da Microrregião de Xanxerê é bastante inferior ao valor médio por operação do estado catarinense. Entre os produtos analisados (Finame, Finame Agrícola, Finame Leasing e BNDES Automático), os valores médios registrados no produto BNDES Automático nas operações destinadas aos ramos da agropecuária e da indústria da transformação foram os mais dispares em relação aos valores médios estaduais.

Quanto às operações realizadas na Microrregião de Xanxerê, observa-se a partir do Gráfico 3, que a quantidade de operações aumentou consideravelmente entre 2002 e 2015, passando de 635 operações em 2002, para 1.323 operações em 2015, uma elevação de aproximadamente 108%, e superior ao crescimento registrado por Santa Catarina, na ordem de 96%. Contudo, o crescimento registrado não foi linear ao longo do período. Enquanto de 2002 a 2007 o número de operações contratadas apresentou tendência crescente, a partir de 2008 a quantidade de operações passou a apresentar grandes oscilações, ora de reduções acentuadas, como nos anos de 2008, 2011 e 2015, ora de crescimentos expressivos, como em 2009, quando o número de operações subiu mais de 92% em relação ao ano anterior, totalizando 2.133 operações. Já, a maior quantidade de operações contratadas foi registrada em 2013, com um total de 2.301 operações.

Gráfico 3 – Quantidade de operações indiretas automáticas contratadas na Microrregião de Xanxerê e no Estado de Santa Catarina, período 2002 a 2015.



Fonte: Elaborado própria a partir de dados do BNDES (2016).

Nota-se a partir do Gráfico 3, que o comportamento nas quantidades de operações contratadas pela Microrregião de Xanxerê e pelo Estado de Santa Catarina divergiu em alguns anos da análise, como em 2006, quando as operações realizadas por Santa Catarina registram queda em relação a 2005, enquanto a Microrregião de Xanxerê apresentou quantidade ascendente de operações contratadas. Em contrapartida, no ano de 2011, as operações da Microrregião de Xanxerê não acompanharam o crescimento apresentado pelo Estado de Santa Catarina.

Quanto à distribuição das operações por setor de atividade CNAE, a Tabela 4 apresenta a composição consolidada das operações contratadas no Estado de Santa Catarina entre 2002 a 2015.

Tabela 4 - Quantidade consolidada de operações indiretas automáticas contratadas por setor de atividade CNAE no Estado de Santa Catarina, período 2002 a 2015.

Unidade	Agropecuária	Comércio e Serviços	Indústria da Transformação	Indústria Extrativa
Quantidade	142.756	125.772	30.902	1.134
Percentual	47,50%	41,85%	10,28%	0,38%

Fonte: Elaboração própria a partir de informações do BNDES (2016).

Já as operações realizadas no âmbito da Microrregião de Xanxerê e sua distribuição por setor de atividade CNAE, ao longo do período 2002 a 2015, são apresentadas na Tabela 5.

Tabela 5 - Quantidade de operações indiretas automáticas contratadas por setor de atividade CNAE, no âmbito da Microrregião de Xanxerê, período 2002 a 2015.

Ano	Agropecuária	Comércio e Serviços	Indústria da Transformação	Indústria Extrativa
2002	496	122	17	
2003	631	191	40	
2004	819	201	18	
2005	782	302	23	
2006	1213	149	8	
2007	1448	208	13	
2008	814	262	33	1
2009	1760	340	33	
2010	1267	623	45	1
2011	823	584	48	
2012	1236	455	98	
2013	1476	698	125	2
2014	1503	573	94	
2015	961	314	47	1
TOTAL	15229	5022	642	5
Percentual	72,87%	24,03%	3,07%	0,02%

Fonte: Elaboração própria a partir de informações do BNDES (2016).

Comparando-se a Tabela 4 e a Tabela 5 quanto à distribuição por setor de atividade CNAE, no período consolidado de 2002 a 2015, verifica-se que o setor Agropecuário foi o que concentrou a maior parcela das operações contratadas, tanto em nível estadual, quanto em nível microrregional. Contudo, no âmbito da Microrregião de Xanxerê, a participação foi bastante superior ao registrado pelo Estado de Santa Catarina, apresentando participação percentual de mais de 72% da quantia total contratada no período do estudo.

É possível verificar também que a representatividade das operações realizadas na Microrregião de Xanxerê para atender os setores de Comércio e Serviços e Indústria de Transformação apresentaram percentuais de participação aquém dos exibidos pelo Estado de Santa Catarina, com 24,03% e 3,07%, frente a 41,85% e 10,28%, respectivamente.

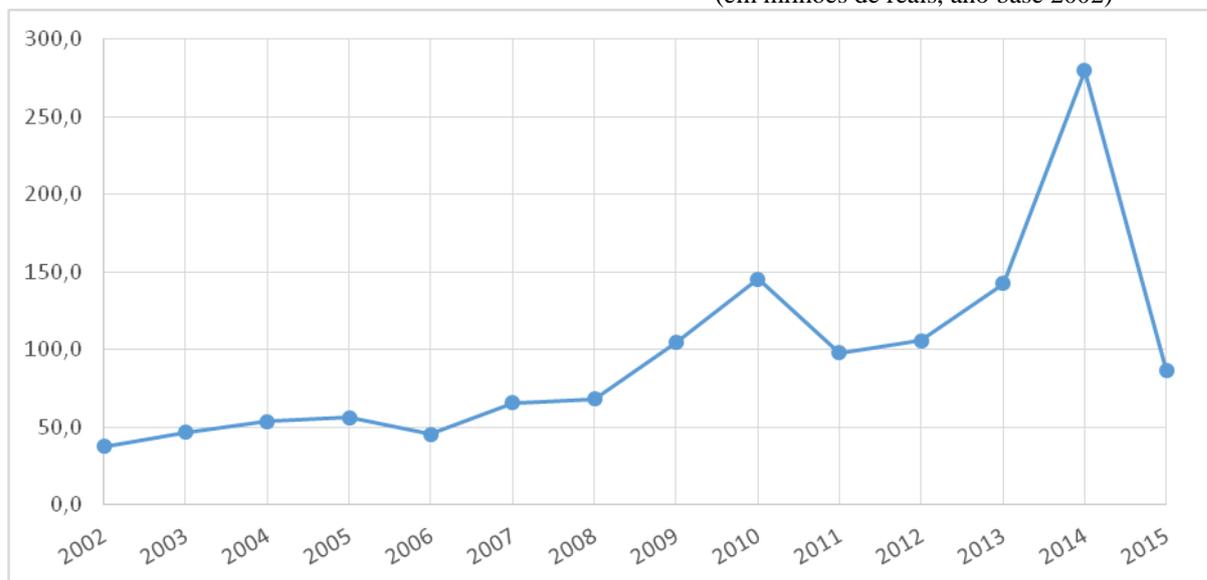
O setor de Indústria Extrativa mostrou-se pouco relevante em relação a quantidade de operações nos níveis estadual e microrregional, sendo o setor com menor participação sobre a quantia total contratada de 2002 a 2015.

No tocante aos valores desembolsados pelo BNDES à Microrregião de Xanxerê através das operações indiretas automáticas, o Gráfico 4 apresenta os valores anuais relativos ao período 2002 a 2015. Tendo em vista o período de abrangência e de a inflação de preços

registrada no Brasil ser significativa, optou-se por deflacionar a série pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), ano base 2002.

Gráfico 4 – Valor total contratado de operações indiretas automáticas na Microrregião de Xanxerê, período 2002 a 2015.

(em milhões de reais, ano base 2002)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BNDES (2016).

* Valores deflacionados pelo IGP-DI (ano base 2002).

A partir do Gráfico 4, é possível observar que o valor total contratado em 2015 foi superior ao registrado em 2002, passando de R\$ 37.389.718,75 para R\$ 86.853.825,83, uma variação de aproximadamente 132%. Verifica-se também que a taxa de crescimento do valor contratado aumentou consideravelmente a partir de 2008, tendo atingido o primeiro ápice em 2010, quando a soma das operações foi superior a R\$ 145 milhões. Em 2011, o valor reduziu para R\$ 97.721.750,33, contudo, voltou a crescer já no ano seguinte, tendo atingido o maior valor contratado em 2014, com um montante de R\$ 279.957.167,65. Já em 2015, o valor contratado reduziu consideravelmente, tendo registrado o menor valor operado desde 2008, com o montante de R\$ 86.853.825,83.

No tocante aos valores contratados por setor de atividade CNAE, a Tabela 6 apresenta o montante anual de cada setor, no período 2002 a 2015. Os valores apresentados foram deflacionados pelo IGP-DI, ano base de 2002.

Tabela 6 – Valor total contratado de operações indiretas automáticas, por setor de atividade CNAE, na Microrregião de Xanxerê, período 2002 a 2015.

(em reais, ano base 2002)

Ano	Agropecuária	Comércio e Serviços	Indústria da Transformação	Indústria Extrativa
2002	19.606.576,15	10.035.296,79	7.747.845,81	-
2003	20.843.226,18	21.677.450,75	3.956.363,15	-
2004	23.411.383,28	26.238.267,41	4.123.407,35	-
2005	22.594.675,15	25.592.064,06	7.999.954,08	-
2006	15.987.360,45	26.800.043,91	2.655.892,69	-
2007	32.263.588,69	28.759.041,95	4.560.622,74	-
2008	24.412.252,94	35.395.864,84	7.977.805,43	224.933,88
2009	51.035.537,47	42.521.387,65	10.850.604,64	-
2010	51.800.061,35	87.473.250,59	6.066.579,08	92.710,87
2011	26.368.143,12	49.716.952,31	21.636.654,90	-
2012	36.219.506,31	47.216.445,70	22.187.800,77	-
2013	38.866.781,63	85.314.339,48	18.245.256,37	212.288,11
2014	44.750.019,61	215.716.218,80	19.490.929,24	-
2015	40.773.875,50	39.750.809,06	6.247.154,92	81.986,35
TOTAL	448.932.987,83	742.207.433,30	143.746.871,17	611.919,21

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BNDES (2016).

* Valores deflacionados pelo IGP-DI (ano base 2002).

Nota-se a partir da Tabela 6, que o setor de atividade de Comércio e Serviços foi o que apresentou maior valor contratado no período de análise, somando o total de R\$ 742.207.433,30. O setor Agropecuário, primeiro em número de operações contratadas, foi o segundo em valor, com um montante de R\$ 448.932.987,83. Já as operações contratadas pelo setor da Indústria da Transformação registram o valor de R\$ 143.746.871,17, correspondendo a pouco mais de 10% do valor total contratado no período. Finalmente, o setor da Indústria Extrativa, assim como no número de operações contratadas, foi o que apresentou o menor montante, registrando um valor pouco acima de R\$ 600 mil. As participações percentuais por setor são apresentadas na Tabela 7.

Tabela 7 - Participação percentual anual por setor de atividade CNAE quanto aos valores contratados em operações indiretas automáticas na Microrregião de Xanxerê, 2002 a 2015.

Ano	Agropecuária	Comércio e Serviços	Indústria da Transformação	Indústria Extrativa
2002	52,44%	26,84%	20,72%	-
2003	44,78%	46,70%	8,52%	-
2004	44,67%	49,07%	6,25%	-
2005	40,21%	45,55%	14,24%	-
2006	35,18%	58,97%	5,84%	-
2007	49,19%	43,85%	6,95%	-
2008	35,88%	52,03%	11,76%	0,33%
2009	48,88%	40,73%	10,39%	
2010	35,07%	59,22%	5,65%	0,06%

2011	27,53%	51,91%	20,56%	-
2012	34,29%	44,70%	21,01%	-
2013	27,25%	59,81%	12,79%	0,15%
2014	16,25%	76,81%	6,94%	-
2015	47,00%	45,82%	7,09%	0,09%
TOTAL	33,62%	55,58%	10,76%	0,05%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BNDES (2016).

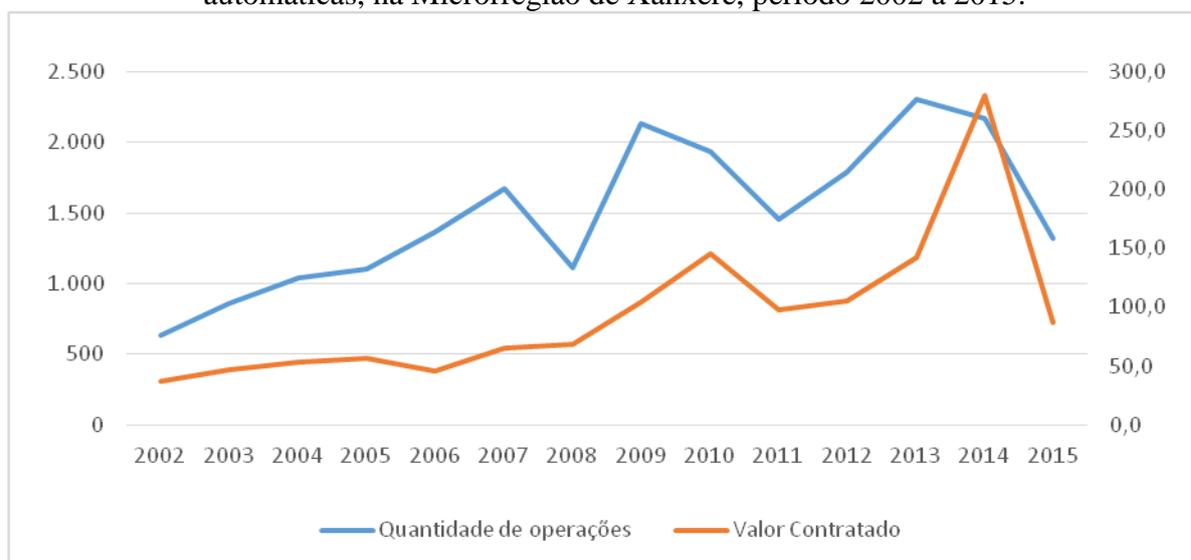
Observa-se na Tabela 7, que de 2002 a 2006, a participação no valor anual contratado pelo setor Agropecuário foi decrescente, tendo reduzido sua participação de 52,44%, em pouco mais de 35,0%. O decréscimo na participação do setor Agropecuário neste período foi acompanhado por um aumento considerável na participação relativa do setor de Comércio e Serviços, a qual passou 26,84% para 58,97%.

A partir de 2007, a participação percentual relativa aos setores Agropecuário e Comércio e Serviços oscilou bastante. A maior diferença entre a participação percentual desses setores ocorreu em 2014, quando o valor contratado pelo setor Agropecuário representou apenas 16,25%, menor percentual registrado na série, e a participação relativa ao setor de Comércio e Serviços foi de 76,81%, maior participação registrada entre os setores de atividade econômica no período analisado. Este fato justifica-se pela contratação de uma única operação realizada pelo setor de Comércio e Serviços, no valor de R\$ 258,4 milhões (valor corrente), sendo equivalente a 44,15% do total contratado pela Microrregião de Xanxerê no ano de 2014.

Em relação ao setor da Indústria da Transformação, a participação relativa no total contratado anual foi bastante irregular, tendo apresentado períodos com percentual acima de 20,0%, como nos anos 2002, 2011 e 2012, e períodos com participação inferior a 10,0%, como nos anos 2006 e 2010, quanto os percentuais foram inferiores a 6,0%. Quanto ao setor da Indústria Extrativa, o setor apresentou participação em apenas 4 períodos, e sua participação foi pouco relevante.

Considerando as informações apresentadas até o momento quanto às quantidades de operações e aos valores contratados anualmente, no período 2002 a 2015 na Microrregião de Xanxerê, nota-se que o acréscimo no número de operações contratadas não refletiu necessariamente em aumentos correspondentes dos valores contratados. A situação pode ser observada no Gráfico 5, uma vez que o mesmo confronta as informações quanto à quantidade de operações contratadas e a valores.

Gráfico 5 – Quantidade de operações *versus* Valor total contratado de operações indiretas automáticas, na Microrregião de Xanxerê, período 2002 a 2015.



Fonte: elaborado pela autora a partir de dados do BNDES.

Nota: a quantidade de operações está em unidades, e o valor contratado está em milhões de reais (ano base de 2002).

Não coincidentemente, os anos que registraram picos na quantidade de operações (2007, 2009 e 2013), mas que não foram acompanhados por aumento correspondente nos valores contratados, foram os anos em que as operações destinadas ao setor agropecuário ascenderam consideravelmente. Isso ocorre por que dentre as operações destinadas ao setor Agropecuário, 98,0% foi realizada por pessoas físicas, cujo valor médio de contrato é muito inferior aqueles efetuados por pessoas jurídicas. Deste modo, a média do valor por operação pelo setor Agropecuário, no período 2002 a 2015, correspondeu em torno a 1/5 do valor médio das operações contratadas pelo setor de Comércio e Serviço, setor em que a operações destinadas a pessoas físicas foi pouco mais de 8,0%, e a 1/7 em relação ao setor da Indústria de Transformação, cujas operações contratadas por pessoas físicas foi inferior a 1,0%.

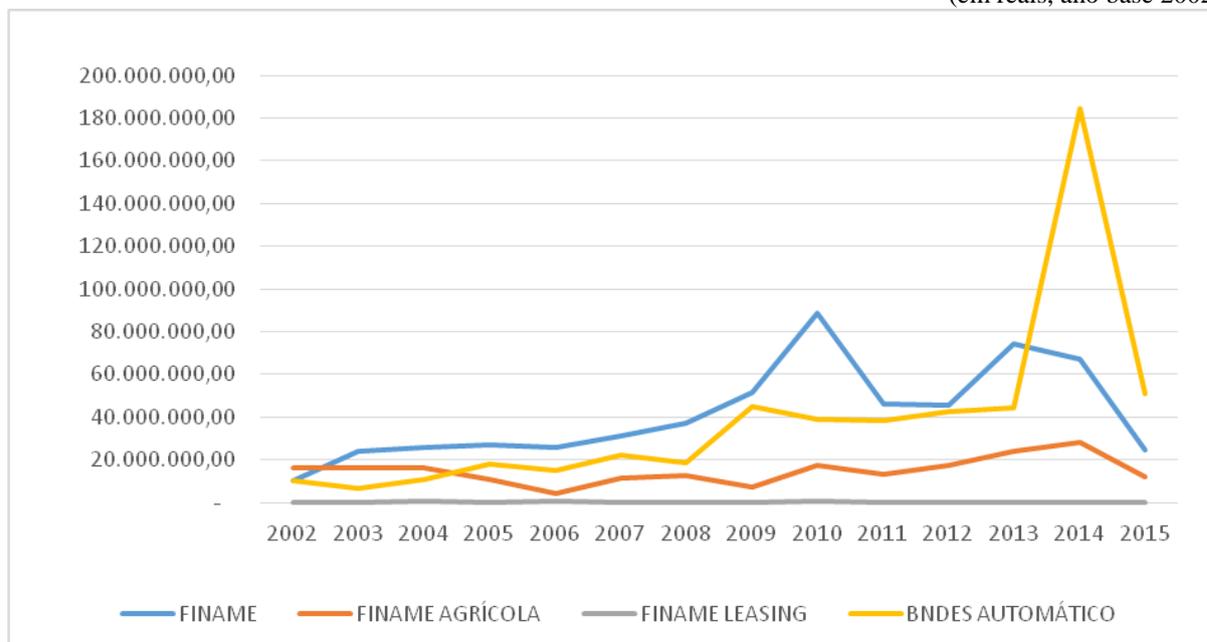
3.2.3.1 Análise por objetivo das operações

Na área das Operações Indiretas Automáticas (OIA) do BNDES foram registrados quatro produtos disponibilizados aos municípios da Microrregião de Xanxerê, sendo o Finame, o Finame Agrícola, o Finame Leasing e o BNDES Automático, sendo este último um dos produtos relacionados à PDR. Como informado no item 3.3.1, esses produtos diferenciam-se entre si pelos seus objetivos de operação.

O Gráfico 6, apresenta o valor anual contratado por modalidade de operação, no âmbito da Microrregião de Xanxerê, para o período 2002 a 2015.

Gráfico 6 – Valor anual contratado por modalidade de produto da área de operações indiretas automáticas, na Microrregião de Xanxerê, período 2002 a 2015.

(em reais, ano base 2002)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BNDES (2016).

Verifica-se no Gráfico 6, que no ano de 2002 o produto que registrou o maior valor operado foi o Finame Agrícola com um montante de R\$ 16,3 milhões, seguido pelo BNDES Automático e pelo Finame, com cifras aproximadas a R\$ 10,4 milhões, e finalmente, pelo BNDES Leasing, com valor contratado pouco acima dos R\$ 200 mil.

Já no período seguinte, o valor registrado nas operações do Finame Agrícola pouco evoluíram, sendo que de 2005 em diante o produto passou a terceira posição em valor anual contratado. Em contraposição, as operações do Finame apresentaram trajetória ascendente, sendo este o produto mais representativo em valor anual contratado no período 2003 a 2013.

Quanto ao BNDES Automático percebe-se aumento considerável ao longo do período de análise, sendo o produto que apresentou o maior crescimento entre 2002 e 2015. Enquanto o valor operado em 2002 foi de R\$ 10,4 milhões, em 2015 o valor superou a cifra de R\$ 50,7 milhões. Cabe destacar que o alto valor registrado em 2014 é explicado por um único contrato com o objetivo de implantação, no setor de comércio e serviços, cujo valor representou 44,15 % do total contratado pela Microrregião de Xanxerê no ano de 2014.

Como apontado no item 3.3.1, a operação da PDR se deu pelos produtos BNDES Finem e BNDES Automático, contudo, nas informações disponibilizadas pelo BNDES não há diferenciação nas operações que foram beneficiadas pela PDR. De qualquer modo, observa-se que o valor médio anual operado de 2005 a 2009 (18,4 milhões) foi bastante superior ao registrado no período que antecedeu a PDR, de 2002 a 2004 (9,2 milhões).

Com o intuito de melhor compreender as operações contratadas no âmbito da Microrregião de Xanxerê, a Tabela 8 apresenta a participação percentual das operações, segundo o objetivo da operação e setor de destino das contratações.

Tabela 8 – Operações Indiretas Automáticas por objetivo da operação, por setor de atividade, no âmbito da Microrregião de Xanxerê, período 2002 a 2015. (em %)

Objetivo da Operação	Agrop.	Com. e Serv.	Ind. de Transf.	Total	Agrop.	Com. e Serv.	Ind. de Transf.	Total	Agrop.	Com. e Serv.	Ind. de Transf.	Total	Agrop.	Com. e Serv.	Ind. de Transf.	Total
	2002				2003				2004				2005			
Capital de Giro	-	0,05	-	0,05	-	0,20	-	0,20	-	-	-	-	-	-	1,05	1,05
Capitalização de Instituição Financeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Desenvolvimento Tecnológico-Inovação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Operação de Custeio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Projeto de Expansão	4,89	2,34	0,54	7,76	3,28	4,22	0,13	7,63	2,44	0,39	0,21	3,04	4,11	-	0,30	4,41
Projeto de Implantação	0,74	0,06	-	0,80	1,66	-	-	1,66	0,47	-	3,52	3,99	-	4,93	-	4,93
Projeto de Modernização	1,85	-	-	1,85	0,20	-	-	0,20	-	-	-	-	-	-	-	-
Projeto de Racionalização	1,09	1,58	14,84	17,52	4,01	-	-	4,01	11,89	1,36	0,00	13,25	16,35	4,78	-	21,13
Projeto de Relocalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Refinanciamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FINAME - Financiamento a compradora de máquina/Equip. ou Serv.	43,87	22,80	5,34	72,02	35,63	42,29	8,39	86,31	29,87	47,33	2,52	79,72	19,76	35,84	12,89	68,49
FINAME - Financiamento a Fabricante Comercializar Maq./Eq. ou Serviço	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL				100,00												

Objetivo da Operação	Agrop.	Com. e Serv.	Ind. de Transf.	Total	Agrop.	Com. e Serv.	Ind. de Transf.	Total	Agrop.	Com. e Serv.	Ind. de Transf.	Total	Agrop.	Com. e Serv.	Ind. de Transf.	Total
	2006				2007				2008				2009			
Capital de Giro	-	-	0,17	0,17	-	-	0,32	0,32	0,95	-	3,85	4,80	9,08	-	-	9,30
Capitalização de Instituição Financeira	2,62	-	-	2,62	1,00	-	-	1,00	0,01	-	-	0,01	1,51	-	-	1,51
Desenvolvimento Tecnológico-Inovação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Operação de Custeio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Projeto de Expansão	5,12	0,14	3,52	8,77	5,30	1,42	0,19	6,90	5,48	1,72	0,09	7,28	9,44	0,79	-	10,30
Projeto de Implantação	0,44	-	-	0,44	0,08	1,10	2,23	3,40	0,01	1,40	-	1,41	11,79	-	-	11,79
Projeto de Modernização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Projeto de Racionalização	18,01	3,15	-	21,16	16,21	0,29	-	16,50	10,94	-	-	10,94	10,16	-	-	10,16
Projeto de Relocalização	-	-	-	-	-	-	0,66%	0,66	-	-	-	-	-	-	-	-
Refinanciamento	0,29	-	-	0,29	9,08	-	-	9,08	-	-	-	-	-	-	-	-
FINAME - Financiamento a compradora de máquina/Equip. ou Serv.	8,71	55,68	2,16	66,55	17,52	41,05	3,56	62,13	18,49	48,91	7,82	75,22	6,90	39,72	10,31	56,93
FINAME - Financiamento a Fabricante Comercializar Maq./Eq. ou Serviço	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL				100,00				100,00				99,67				100,00

(continua)

(continuação)

Objetivo da Operação	Agrop.	Com. e Serv.	Ind. de Transf.	Total	Agrop.	Com. e Serv.	Ind. de Transf.	Total	Agrop.	Com. e Serv.	Ind. de Transf.	Total	Agrop.	Com. e Serv.	Ind. de Transf.	Total
	2010				2011				2012				2013			
Capital de Giro	5,24	1,41	0,26	6,91	-	0,59	10,24	10,83	1,50	2,06	13,12	16,68	-	0,69	2,43	3,12
Capitalização de Instituição Financeira	0,28	-	-	0,28	0,34	0,01	-	0,35	0,64	0,02	-	0,66	0,48	0,13	-	0,62
Desenvolvimento Tecnológico-Inovação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Operação de Custeio	-	-	-	-	-	-	-	-	0,04	-	-	0,04	1,07	-	-	1,07
Projeto de Expansão	7,49	0,23	-	7,71	9,45	0,33	0,44	10,22	6,10	0,23	-	6,33	4,54	0,71	0,72	5,96
Projeto de Implantação	4,43	1,93	-	6,36	0,71	1,93	-	2,64	2,31	-	-	2,31	-	7,42	-	7,42
Projeto de Modernização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Projeto de Racionalização	5,30	0,21	-	5,52	3,41	-	-	3,41	6,40	-	-	6,40	3,22	-	-	3,22
Projeto de Relocalização	-	0,05	-	0,05	0,03	1,86	-	1,89	-	-	-	-	-	-	0,07	0,07
Refinanciamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FINAME - Financiamento a compradora de máquina/Equip. ou Serv.	12,33	55,39	5,31	73,03	13,59	47,20	9,88	70,66	17,30	42,39	7,88	67,57	17,94	50,86	9,57	78,37
FINAME - Financiamento a Fabricante Comercializar Maq./Eq. ou Serviço	-	-	0,08	0,08	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL				99,94				100,00				100,00				99,85

Objetivo da Operação	Agrop.	Com. e Serv.	Ind. de Transf.	Total	Agrop.	Com. e Serv.	Ind. de Transf.	Total
	2014				2015			
Capital de Giro	0,29	0,31	0,17	0,77	-	6,67	4,72	11,39
Capitalização de Instituição Financeira	0,29	0,01	-	0,30	0,03	-	-	0,03
Desenvolvimento Tecnológico-Inovação	-	-	-	-	-	-	0,31	0,31
Operação de Custeio	0,73	-	-	0,73	3,01	-	-	3,01
Projeto de Expansão	1,59	1,45	0,13	3,17	16,04	2,71	0,20	18,95
Projeto de Implantação	0,71	51,05	-	51,76	1,97	8,71	-	10,68
Projeto de Modernização	-	0,01%	-	0,01	-	-	-	-
Projeto de Racionalização	2,46	0,11	-	2,57	12,02	0,08	-	12,10
Projeto de Relocalização	-	-	-	-	-	-	-	-
Refinanciamento	-	-	-	-	-	-	-	-
FINAME - Financiamento a compradora de máquina/Equip. ou Serv.	10,18	23,88	6,39	40,44	13,92	27,66	1,85	43,44
FINAME - Financiamento a Fabricante Comercializar Maq./Eq. ou Serviço	-	-	0,25	0,25	-	-	-	-
TOTAL				100,00				99,91

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BNDES (2016).

Notas: a) os valores representam a participação percentual sobre o total contratado no ano. b) não considera os valores referentes ao setor da indústria extrativa em razão de a representatividade ser inferior a 1%.

A partir da Tabela 8, observa-se que as operações indiretas automáticas contemplaram 12 objetivos distintos, sendo 10 contratados através do produto BNDES Automático (capital de giro, capitalização de instituição financeira, desenvolvimento tecnológico-inovação, operação de custeio, projeto de expansão, projeto de modernização, projeto de racionalização, projeto de realocação e refinanciamento), e outros 2 relativos aos produtos Finame (Finame, Finame Agrícola e Finame Leasing), sendo o financiamento ao comprador de máquinas e equipamentos ou serviços, e o financiamento ao fabricante ou comercializador de máquinas, equipamentos ou serviços.

Verifica-se na Tabela 8 que as operações que tiveram por objetivo o FINAME-Financiamento ao comprador de máquinas e equipamentos ou serviços foram as mais representativas ao longo do período 2002 a 2015, sendo que a exceção do ocorrido em 2002, o principal setor beneficiário destas operações foi o de Comércio e Serviços, seguido pelos setores Agropecuário e Indústria da Transformação.

Quanto às operações do BNDES Automático, cabe destaque as que tiveram por objetivo atender a projetos de expansão, uma vez que este apresentou significância acima de 5% em quase todo o período de análise. Do mesmo modo, os projetos de racionalização mostraram grande representatividade, sobretudo entre 2002 e 2009. A partir do ano de 2010, a participação das operações destinadas a projetos de racionalização decaiu consideravelmente, mas voltou a apresentar maior participação sobre o total operado em 2015. Em relação aos setores beneficiados com as operações, tanto os projetos de expansão, quanto os de racionalização foram destinados, em sua grande maioria, ao setor Agropecuário.

No que tange aos projetos de implantação, a participação sobre o total operado anual foi bastante intermitente, ora com valores abaixo de 2%, como nos anos de 2002, 2003, 2006 e 2008, ora com percentual acima de 10%, a exemplo do registrado em 2009, 2014 e 2015. O principal setor beneficiado por essas operações foi o de Comércio e Serviços, sobretudo a partir de 2013. Por outro lado, as operações relativas a projetos de implantação contemplaram o setor da Indústria da Transformação somente no ano de 2007. Ainda em relação ao setor da Indústria da Transformação, as operações contratadas pelo setor tiveram por objetivo, principalmente, a obtenção de capital de giro.

4 A DINÂMICA DE DESENVOLVIMENTO DA MICRORREGIÃO DE XANXERÊ

O presente estudo está focado na Microrregião de Xanxerê, que compreende 17 municípios (Abelardo Luz, Bom Jesus, Coronel Martins, Entre Rios, Faxinal dos Guedes, Galvão, Ipuacu, Jupiá, Lajeado Grande, Marema, Ouro Verde, Passos Maia, Ponte Serrada, São Domingos, Vargeão, Xanxerê e Xaxim) cuja área territorial é de 4.806 km². As Microrregiões Geográficas, segundo o IBGE,

[...] foram definidas como parte das mesorregiões que apresentam especificidades quanto à organização do espaço. Essas especificidades não significam uniformidade de atributos, nem conferem às microrregiões autossuficiência e tampouco o caráter de serem únicas, devido à sua articulação a espaços maiores, quer à mesorregião, à Unidade da Federação, quer à totalidade nacional. Essas especificidades se referem à estrutura de produção: agropecuária, industrial, extrativismo mineral ou pesca. Essas estruturas de produção diferenciadas podem resultar da presença de elementos do quadro natural ou de relações sociais e econômicas particulares (IBGE, 1990, p.8).

Para melhor compreender e caracterizar a região de estudo, o presente capítulo está dividido em três partes, sendo: o processo de ocupação do território e povoamento da Microrregião de Xanxerê; a dinâmica populacional e a estrutura fundiária da Microrregião; por último, a estrutura produtiva da Microrregião de Xanxerê.

A estrutura proposta é fundamentada em literaturas acerca de planejamento, desenvolvimento e dinâmicas regionais, as quais tutelam que a configuração e a dinâmica de uma região são formadas a partir da interação de diferentes aspectos, desde comportamentos sociais às transações mercantis. Cabe ressaltar que o item 4.3 foi baseado na metodologia proposta por Paiva (2013).

4.1 Processo de Ocupação do Território e Povoamento: a formação social e econômica da região

Muito antes do processo colonização do Oeste Catarinense²³, ocorrido no começo do século XX, a região já era ocupada. Segundo Corazza (2013):

²³ Para Silva e Rosa (2010, p. 141) a região Oeste de Santa Catarina costuma ser identificado como o território equivalente à área de jurisdição política-administrativa do município de Chapecó, quando da sua criação em 1917, que tinha por limites no Leste, o município de Cruzeiro (atual Joaçaba); no Oeste, a República da Argentina; no Norte, o Estado do Paraná; e no Sul, o Estado do Rio Grande do Sul. Contudo, como destacam alguns autores, como Bourdieu (2002), as regiões são construções históricas, configuradas a partir da vida dos homens, seus símbolos, usos e controle da natureza.

A primeira incursão externa pelas terras indígenas do Oeste Catarinense teria sido feita por Ulrich Schmidel, um militar alemão a serviço do Governo paraguaio, que, seguindo os caminhos indígenas chamados “Peabirus”, chegou ao rio Peperi-Guaçu, entre os anos de 1552 e 1553. [...] entre os anos 1628 e 1630, bandeirantes paulistas estiveram visitando a região à procura de minas de ouro e de índios. [...] As incursões de bandeirantes paulistas pela região se estendem ao longo do século XVIII. Assim, por volta de 1720, passa por ali o bandeirante Zacarias Dias Cortes, e depois, em 1736, o Major José de Andrade Pereira. No final do século XVIII, por volta de 1775, uma comissão mista de Portugal e Espanha também percorreu a região visando colocar em prática o Tratado de Tordesilhas, assinado em 1750 (CORAZZA, 2013, p. 2).

Contudo, é a partir da passagem das tropas que conduziam o gado do Rio Grande do Sul para São Paulo para suprir a alimentação dos trabalhadores do café e da mineração que a ocupação do território do Oeste Catarinense se inicia. O primeiro “Caminho das Tropas”, aberto por volta de 1728, teria sofrido alterações em 1738, passando a ser realizado pela região serrana. Esta rota ficou conhecida como Estrada Real, ou Caminho Real de Viamão, sendo que se iniciava na região de Viamão no Rio Grande do Sul, passando pelos campos de Lages, e se destinando à região de Sorocaba em São Paulo. No trajeto das tropas foi se dando a ocupação do território através de fazendas de criação de gado e o estabelecimento de vilas.

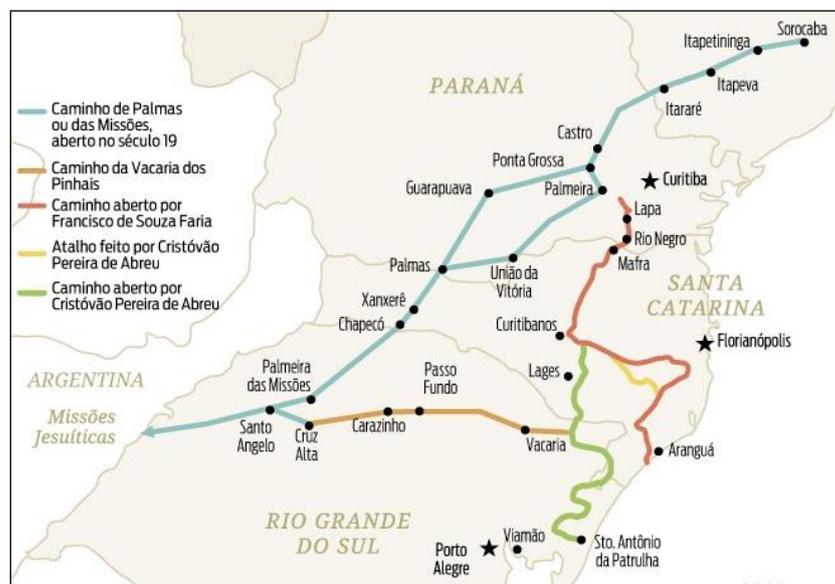
Segundo Corazza (2013) a ocupação do território motivada pelo Caminho Real de Viamão perdurou por quase um século, sendo que até 1838 os campos de Guarapuava e de Palmas, que na época pertenciam ao Estado de São Paulo, já contavam com inúmeras fazendas. Por volta de 1839 a região Oeste Catarinense passou a ser ocupada pelos fazendeiros de Guarapuava e de Palmas.

A partir de então, a ocupação do território do Oeste só aumentou. Isso por que, além do avanço natural das fazendas para o oeste, Lages que até 1820 pertencia à província de São Paulo, foi incorporada à Santa Catarina, e começou a cobrar um pedágio para a passagem do gado. Esses dois fatores conduziram a abertura de um novo caminho para as tropas, o Caminho de Palmas ou das Missões, conforme exhibe a Figura 3.

Segundo Poli (1995, p. 155) “os pousos, ao longo dessa nova estrada, transformaram-se em pontos de povoamento, ao mesmo tempo que tornaram mais atrativas as terras, que eram ricas em ervais e madeiras nobres”. Contudo, para Poli (1995, p. 156), que denomina a fase de formação das fazendas e abertura dos caminhos como “fase pecuária”, embora a estrada tenha gerado a mais profunda penetração populacional na região Oeste, e até tenha se convertido num dos maiores argumentos do Brasil para a manutenção do seu domínio sob o território, ela não conseguiu trazer o efetivo povoamento e ocupação da região. Sendo que, mais tarde, com o objetivo de assegurar os domínios brasileiros, foram implantadas as Colônias Militares do

Chapecó, localizada na Campina do Xanxerê, e Chopim, situada na região dos Campos de Palmas, onde situa-se atualmente o município de Chopinzinho.

Figura 3 – Caminho das Tropas.



Fonte: Gazeta do Povo (2014).

Quanto à chamada “fase pecuária”, Corazza (2013) destaca que a atividade no Oeste Catarinense se desenvolveu de modo diverso ao ocorrido no Estado do Rio Grande do Sul, onde predominavam a indústria de charque e de couro. Conforme Corazza (2013, p. 4), no Oeste Catarinense, o ciclo da pecuária foi marcado pelo latifúndio e pela expulsão da população indígena que ali habitava.

Além da pecuária, é importante destacar a importância da exploração da erva-mate para o povoamento e para o desenvolvimento do Oeste Catarinense. A atividade, realizada de forma nômade e extensiva, atraiu caboclos e estimulou a ocupação de zonas de mata. A erva-mate era um produto de exportação, quase que totalmente comercializada para o Paraná, o Rio Grande do Sul e, principalmente, para a Argentina. Corazza (2013, p. 5) acentua que o ciclo da erva-mate como atividade econômica relevante foi extenso, pois o desenvolvimento da indústria se iniciou ainda no final do século XIX e se estendeu, aproximadamente, até os anos de 1930.

Cabe ressaltar, que a exploração da erva-mate era realizada pela população cabocla, a qual levava uma vida bastante simples, quase nômade (até mesmo em função da exploração da erva-mate), com o cultivo de pequenas roças de subsistência, e criação de alguns animais soltos como, gado, porcos e galinhas. Os caboclos viviam de forma isolada em pequenas comunidades

mata adentro, distante das leis, da justiça ou qualquer outra assistência. Viviam abandonados à própria sorte (CORAZZA, 2013, p. 6).

Como apontado por Poli (1995), o governo brasileiro não julgou o povoamento por caboclos, ocorrido por meio das atividades da pecuária e da erva-mate, como segura ou eficiente para a ocupação da região, que ainda no século XIX era disputada pela Argentina. Deste modo, o governo brasileiro instalou Colônias Militares na região, a Colônia Militar do Chapecó e do Chopim.

A Colônia Militar do Chapecó foi criada em 1859, mas sua instalação ocorreu anos depois, mais precisamente em 1882, na Campina do Xanxerê, sob o comando do Capitão José Bernardino Bormann. A Colônia abrangia uma área de quarenta e oito léguas, compreendendo os atuais municípios de Xanxerê, Xaxim e Faxinal dos Guedes, todos pertencentes à Microrregião de Xanxerê.

Segundo Piazza (1982), citado por Poli (1995, p. 159), a evolução apresentada pela Colônia Militar do Chapecó foi bastante significativa. Em 1884, a Colônia contava com 58 casas; em 1885 já eram 74 casas, somando 190 pessoas, mais o destacamento militar. No ano de 1886 funcionavam duas escolas, sendo uma diurna para cerca de 22 crianças, e outra noturna para 22 praças de destacamento. Já em 1893, a Colônia possuía 124 casas de colonos e 11 edifícios públicos.

No processo de povoamento e da formação socioeconômica do Oeste Catarinense há de se destacar o papel da ferrovia que cortou a região no começo do século XX. Para alguns autores, sua construção foi um dos acontecimentos mais importantes na história do Oeste Catarinense, pois além do seu papel militar para a defesa do território, a estrada de ferro promoveu a integração do Oeste ao território nacional, tendo contribuído para o avanço do processo de colonização da região e para o desenvolvimento da indústria ervateira e madeireira.

Corazza (2013, p. 6) destaca que antes da construção da ferrovia, a exploração da madeira por caboclos e colonos era realizada de forma artesanal, sendo beneficiada apenas para fins de utilização doméstica. Já a madeira bruta era comercializada para a Argentina, sendo transportada através de jangadas nos períodos de cheia do rio Uruguai. Com a ferrovia, a maior parte da madeira explorada passou a ser vendida para centros consumidores do Brasil, sobretudo, São Paulo e Rio de Janeiro; e numa quantia bastante inferior, parte da produção ainda se destinava para a Argentina e Uruguai.

O processo de colonização do Oeste Catarinense iniciado no final do século XIX, por meio da implantação de colônias militares, foi aprofundado na década de 1920 com a atuação de companhias colonizadoras privadas, alcançando seu auge nas décadas de 1940 e 1950, com

a chegada de um grande contingente de colonos (italianos, alemães e poloneses) vindos do Rio Grande do Sul. Segundo Brandt (2015), a migração foi seletiva, sendo direcionada a grupos específicos, com experiência no cultivo da terra, que se adequassem aos padrões do governo estadual e das próprias companhias colonizadoras, para que o povoamento e a colonização do Oeste Catarinense ocorressem de forma ordeira. Brandt (2015, p. 22) ainda acrescenta que “a escolha, por parte dos colonizadores, de colonos “ordeiros” e “trabalhadores” não incidiu sobre a população cabocla, mas sim sobre teutos e ítalo-brasileiros”.

Nos dias atuais, os colonizadores migrantes do Rio Grande do Sul são considerados por muitos como desbravadores do sertão Catarinense, entretanto, Poli (1995, p. 151) expõe que o levantamento de registros dos casamentos realizados no começo do século XX, em Xanxerê, Abelardo Luz, Xaxim, Chapecó e Modelo comprovam que os verdadeiros pioneiros foram os luso-brasileiros, comumente chamados de caboclos. Poli (1995) ainda acrescenta que ao passo que o povo caboclo formava suas comunidades, as companhias colonizadoras encontravam caminho aberto para adentrar a região e vender terras já desbravadas.

O modo de vida e concepção de trabalho dos caboclos e dos colonos apresentava muitas diferenças. O estudo de Renk (1996), elaborado a partir de pesquisa documental e de campo, realizada nos municípios de Ponte Serrada e Vargeão, traz à tona uma série de diferenças que por vezes dificultaram o convívio entre colonos e caboclos, a exemplo de a criação de animais soltos, sem cercas, pelos caboclos, prática não comum aos colonos. Este fato, aliado a “ocupação indevida” por meio da posse, serviam de argumentos para a expropriação dos caboclos, os quais eram considerados inferiores pelos colonos, além de desordeiros e preguiçosos.

O processo de ocupação e povoamento na região Oeste Catarinense resultou em uma formação populacional com vários elementos. Segundo Poli (1995, p. 175), na região de Xanxerê (podendo ser estendida a diversas comunidades da região Oeste), são encontrados os seguintes elementos: o branco de origem portuguesa; o caboclo, luso-brasileiro, de pele morena, também chamado de “negro” pelos colonizadores; o mestiço, descendente de índios com o caboclo ou com o branco; o bugre, índio ou de origem indígena. Acrescenta-se com o processo de colonização, os colonos de origem italiana, alemã e polonesa.

Durante a colonização, segundo Corazza (2013, p. 20), houve a formação de verdadeiras “ilhas europeias” de colonos italianos, alemães e poloneses, em espaço de mata fechada, e alheios ao mundo externo. As condições existentes levaram as famílias a produzirem praticamente tudo que fosse necessário, além de desenvolverem um arranjo de ajuda mútua,

quase que de integração, com fortes laços de solidariedade e convivência social, de modo que as dificuldades individuais e a ausência do Estado fossem superadas.

Sobre a colonização, para Goularti Filho (2002):

Desenvolveu-se no oeste barriga-verde uma colonização baseada no sistema colônia-venda e na pequena propriedade, que era voltada para a economia de subsistência e para a comercialização do excedente (Mamigonian, 1965), estimulando, desde cedo, a formação de um mercado interno, que rapidamente se integrou à economia nacional por meio da ferrovia. Havia um universo de pequenas atividades comerciais e manufatureiras como: mercearias, atafonas, marcenarias, moinhos, fábricas de queijo e salame, fábricas de caixas e de sapatos e fundição. Esse regime de produção, baseado na pequena propriedade, permitiu uma acumulação pulverizada e, ao mesmo tempo, o surgimento de uma diferenciação social em que alguns colonos mais abastados começaram a subordinar o trabalho e a pequena propriedade, tornando-se grandes madeireiros ou proprietários de frigoríficos (GOULARTI FILHO, 2002, p. 982).

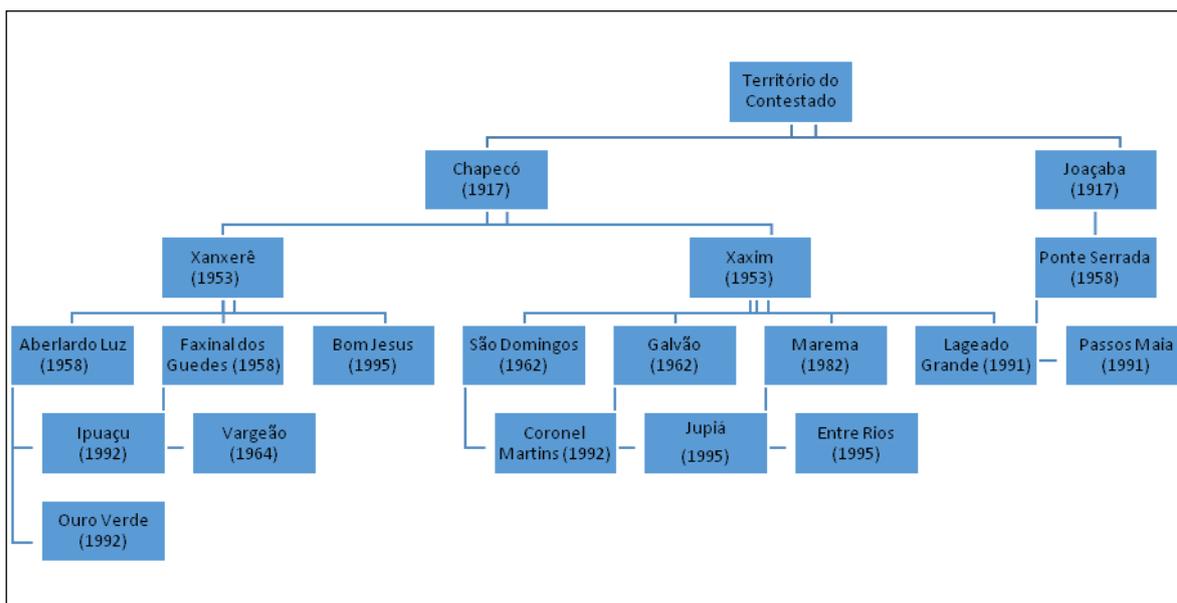
Entre as primeiras atividades desenvolvidas pelos colonos, já na década de 1920, destacam-se as relacionadas à agropecuária, sobretudo, a produção de milho, trigo e suínos. Até os anos 1930, produtos como banha e suínos vivos eram comercializados para o Estado de São Paulo, sendo que o declínio desse comércio fez surgir os primeiros abatedouros de suínos no Oeste Catarinense, na década de 1940, localizados no Vale do Rio do Peixe. Nas duas décadas seguintes foram inaugurados frigoríficos em Chapecó, Seara e Itapiranga. As agroindústrias da região Oeste prosperaram e impulsionaram o crescimento econômico da região, uma vez que juntamente com os frigoríficos desenvolveu-se toda uma cadeia produtiva, envolvendo do produtor familiar as indústrias de máquinas para o setor.

Em resumo, segundo Corazza (2013), a região Oeste Catarinense apresenta processo histórico de formação socioeconômica bastante peculiar, sendo três os principais fatores que definem a sua formação socioeconômica: i) o longo período de isolamento da região e sua tardia integração à economia nacional; ii) a ocorrência de intensos e prolongados conflitos de natureza política, social e cultural, prolongados até após o processo de colonização; e iii) após um lento processo de povoamento e ocupação, a região experimenta um rápido processo de integração à economia nacional e de desenvolvimento (CORAZZA, 2013, p. 1).

No que tange à formação político-administrativa da região Oeste Catarinense, esse território por muito tempo foi objeto de disputa. Inicialmente, a área foi pleiteada entre Portugal e Espanha, depois foi objeto de contenda judicial entre Brasil e Argentina e, finalmente entre os estados de Santa Catarina e Paraná. O território era denominado “Contestado” e somente foi

integrado ao estado catarinense após a Guerra do Contestado ocorrida de 1912 a 1916²⁴. Foi após a Guerra do Contestado que foram criados oficialmente os principais municípios da região: Chapecó e Joaçaba. Estes municípios foram desmembrados com o passar do tempo dando origem a outros. A Figura 4 apresenta a formação político-administrativa dos municípios pertencentes a Microrregião de Xanxerê.

Figura 4 – Formação político-administrativa dos municípios da Microrregião de Xanxerê²⁵.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE (2016).

Percebe-se a partir da Figura 4, que a criação dos municípios que atualmente formam a Microrregião de Xanxerê é bastante recente, tendo ocorrido a partir da segunda metade do século XX, com o desmembramento de Xanxerê e Xaxim do município de Chapecó, e após, com o desmembramento de Ponte Serrada do município de Joaçaba. Verifica-se na Figura 4 que todos os municípios da Microrregião de Xanxerê têm origem unicamente de municípios que compõe a Microrregião.

É importante observar, no entanto, que há outras regionalizações institucionais que subdividem a Microrregião de Xanxerê, tais como: associações de municípios e agências de desenvolvimento regional. Quanto à primeira, 14 municípios da Microrregião (Abelardo Luz, Bom Jesus, Entre Rios, Faxinal dos Guedes, Ipuacu, Lajeado Grande, Marema, Ouro Verde,

²⁴ Conforme Oliveira (2006), embora a questão de limites territoriais estivesse contemplada entre os objetivos da Guerra do Contestado, é importante ressaltar que o conflito teve como principal motivação a luta dos sertanejos pela recuperação de suas terras.

²⁵ Chapecó e Joaçaba não fazem parte da Microrregião de Xanxerê. Ipuacu foi desmembrado de Xanxerê e Abelardo Luz.

Passos Maia, Ponte Serrada, São Domingos, Vargeão, Xanxerê e Xaxim) constituem a Associação de Municípios do Alto Irani (AMAI), enquanto outros três (Coronel Martins, Galvão e Jupiá) fazem parte da Associação dos Municípios do Noroeste de Santa Catarina, a qual é formada ainda pelos municípios de São Lourenço do Oeste, Novo Horizonte e São Bernardino. Quanto a regionalização das Agências de Desenvolvimento Regional de Santa Catarina (ADRs), os mesmos municípios que compõe a AMAI, também formam a região de abrangência da ADR Xanxerê. Já os municípios de Coronel Martins, Galvão e Jupiá fazem são abrangência da ADR São Lourenço do Oeste, a qual ainda compreende os municípios de São Lourenço do Oeste, Novo Horizonte, São Bernardino e Campo Erê.

4.2 A Dinâmica Populacional e a Estrutura Fundiária da Microrregião de Xanxerê

Analisar o processo de desenvolvimento de uma região engloba dentre outros fatores, compreender a dinâmica populacional, os fluxos de capital e de trabalho e o uso de seus recursos naturais.

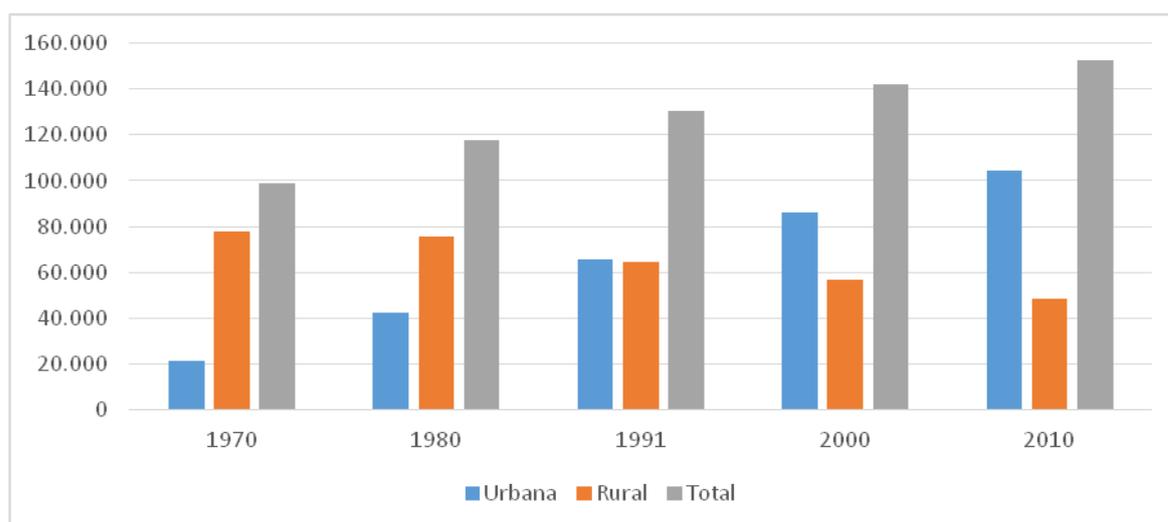
Segundo Lima (2013), o desenvolvimento de uma região tem influência sobre as decisões de migrar, e a migração, por sua vez, têm efeitos sobre o desenvolvimento da região para onde se dirigem e também de onde se originam. Do mesmo modo, compreender a estrutura fundiária de uma região é essencial para o entendimento quanto ao seu processo de desenvolvimento, uma vez que a estrutura fundiária e o uso da terra influenciam o desenvolvimento de uma região em diversas áreas, abrangendo questões como crescimento econômico, pobreza, migração, desigualdade e exclusão social.

Neste sentido, este item está dividido em duas partes, sendo a primeira destinada ao estudo da dinâmica populacional da Microrregião de Xanxerê, e a segunda a sua estrutura fundiária.

4.2.1 Dinâmica populacional

A dinâmica populacional da Microrregião de Xanxerê apresenta períodos distintos ao longo da história da região. O primeiro período, o qual pode ser compreendido do começo do século XX até a década de 1960, é caracterizado pelo incremento populacional estimulado pelo movimento de imigração dos colonos oriundos do Estado do Rio Grande do Sul. Já no período seguinte, entre as décadas de 1970 e 1980, apresentado no Gráfico 7, o crescimento populacional advindo da imigração é estancado, mas a população rural ainda é bastante superior a urbana, refletindo a predominância da ocupação dos trabalhadores na área rural.

Gráfico 7 – Evolução da População Urbana, Rural e Total na Microrregião de Xanxerê.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, Censos Demográficos das respectivas datas.

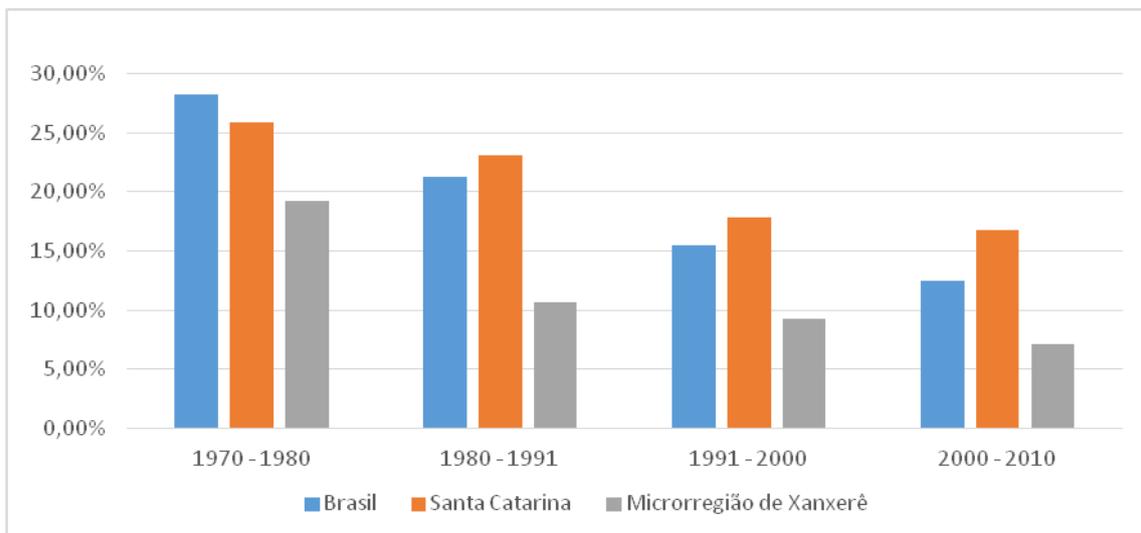
Já entre as décadas de 1980 e 1990, há uma clara transição da população da área rural para a área urbana. Sendo que, nos períodos seguintes a população urbana passou a superar largamente a população rural. Sobre a questão do crescimento acentuado da população urbana, Beltrão *et al* (2004) alegam que:

Como o crescimento vegetativo é tradicionalmente mais baixo nas áreas urbanas do que nas rurais, o crescimento bem mais elevado da população nas primeiras é resultado da continuação do intenso êxodo rural que vem caracterizando o processo de urbanização brasileiro, da migração de pequenos centros para grandes cidades e também pela criação de novos municípios (BELTRÃO, *et al*, 2004, p. 3).

Quanto à questão do êxodo rural da Microrregião de Xanxerê, é importante assinalar que segundo Silva *et al* (2003, p. 18), a Microrregião apresentou no Censo Agropecuário 1995-1996, redução relativa do número de estabelecimentos agropecuários cerca de três vezes superior a redução da área dos estabelecimentos em comparação aos dados do Censo Agropecuário de 1985. Esse dado aponta que na Microrregião de Xanxerê, grandes contingentes de pequenos estabelecimentos agrícolas deixaram de existir. Além disso, o estudo de Silva *et al* (2003, p. 26) também mostra que mais de 52% das terras negociadas foram adquiridas por agricultores do próprio município, não resultando, portanto, numa reposição da população rural.

No tocante a taxa de crescimento populacional registrada na Microrregião de Xanxerê, o Gráfico 8, apresenta a sua evolução perante as taxas de crescimento exibidas no Estado de Santa Catarina e também no Brasil.

Gráfico 8 – Taxa de crescimento populacional entre períodos censitários.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, Censos Demográficos das respectivas datas.

Observa-se que a taxa de crescimento populacional apresentada pela Microrregião de Xanxerê em todos os períodos censitários de 1970 a 2010 foi inferior às taxas nacional e estadual, mesmo naqueles períodos em que a taxa de crescimento populacional de Santa Catarina foi superior a taxa de crescimento do Brasil, fato registrado desde o período censitário 1980-1991. Observa-se também que nos dois últimos períodos apresentados no Gráfico 8, a diferença entre as taxas de crescimento populacional de Santa Catarina e da Microrregião de Xanxerê passou de 8,64% (período 1991-2000), para 9,68% (período 2000-2010).

Quanto à questão de comparação de dinâmica populacional de territórios distintos, Paiva (2013) assinala que:

Os municípios que perdem população (ou cuja população cresce abaixo da média da região de referência) estão sendo classificados pelos emigrantes como territórios com menor capacidade de absorção e remuneração adequada do seu potencial produtivo do que os municípios que recebem imigrantes e que ganham população acima do padrão regional (PAIVA, 2013, p. 74)

Com o objetivo de compreender a evolução populacional da Microrregião de Xanxerê abaixo dos níveis nacional e estadual, buscou-se analisar as taxas de fecundidade e de envelhecimento da Microrregião de Xanxerê frente aos indicadores de Santa Catarina e Brasil.

É importante observar na Tabela 9, que nos períodos censitários dos anos 1991, 2000 e 2010 a taxa média de fecundidade apresentada pelos municípios da Microrregião de Xanxerê foi superior às taxas do Brasil e de Santa Catarina. Além disso, a taxa de envelhecimento da

população apresentou importante evolução a partir dos anos 2000, também superando as taxas de envelhecimento nacional e estadual. Esses dados levam a suspeitar que parcela relevante da população local esteja migrando para outras regiões, como por exemplo, para a região metropolitana de Florianópolis, como também, para Chapecó, município polo da região Oeste Catarinense.

Tabela 9 – Evolução das taxas de fecundidade e envelhecimento.

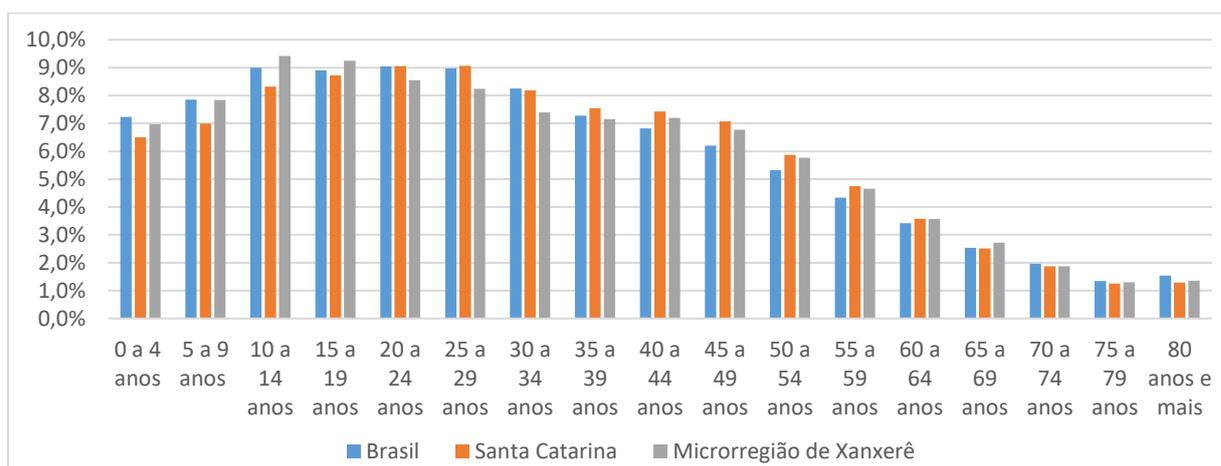
Lugar	Taxa de fecundidade total (1991)	Taxa de fecundidade total (2000)	Taxa de fecundidade total (2010)	Taxa de envelhecimento (1991)	Taxa de envelhecimento (2000)	Taxa de envelhecimento (2010)
Brasil	2,88	2,37	1,89	4,83	5,83	7,36
Santa Catarina	2,58	2,23	1,71	4,36	5,29	6,89
Microrregião de Xanxerê	3,02	2,62	2,15	3,94	5,48	7,92

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do Atlas do PNUD, períodos 1991, 2000 e 2010.

Nota: Os valores para a Microrregião de Xanxerê representam a média dos valores registrados pelos municípios que a compõe.

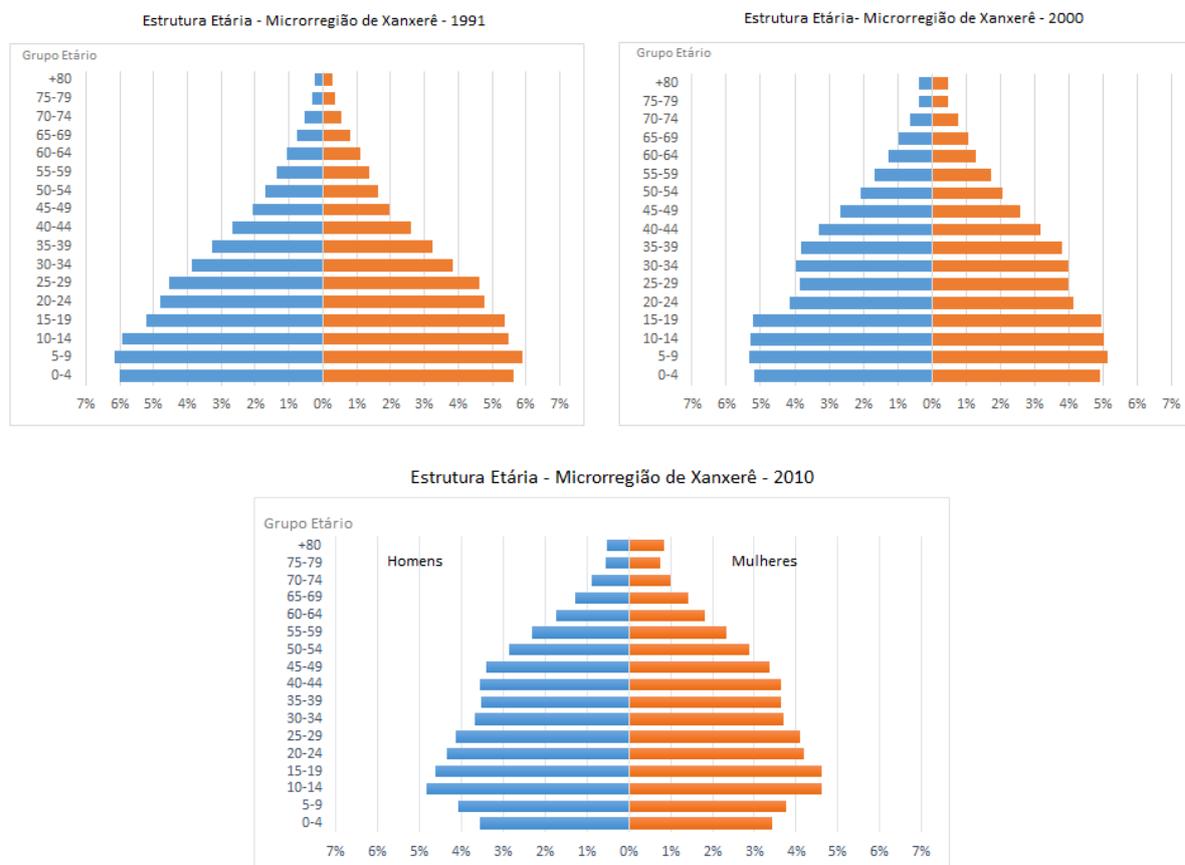
A questão da distribuição populacional por grupos de idade na Microrregião de Xanxerê é trabalhada nos Gráficos 9 e 10.

Gráfico 9 – Distribuição percentual da população por grupos de idade - 2010.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE - Censo Demográfico de 2010.

Gráfico 10 – Pirâmides Etárias, Microrregião de Xanxerê, 1991, 2000 e 2010.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Atlas do PNUD, 1991, 2000 e 2010.

Percebe-se nos Gráficos 9 e 10, que a composição atual da população da Microrregião está na faixa etária compreendida entre 20 e 30 anos. Esse grupo é mais propenso a migrar, sobretudo, as pessoas com maior escolaridade, o que debilita a capacidade empreendedora, inovadora e criativa da região (TRENNEPOHL, 2011, p. 92).

Lima *et al* (2014) em estudo sobre dinâmica regional, hierarquia urbana e deslocamentos populacionais, corroboram a informação de que indivíduos mais jovens (entre 25 e 34 anos) possuem probabilidade de migrar muito superior aos indivíduos de outras faixas etárias, assim como, os indivíduos mais escolarizados (11 a 15 anos de estudo) em relação às pessoas com menos escolaridade, pois pessoas com maior escolaridade são absorvidas mais facilmente nos mercados de trabalho, tanto em regiões dinâmicas quanto estagnadas. Outra característica comum do indivíduo mais propenso a migrar é uma situação conjugal estável. Neste sentido, há maior tendência de mais pessoas migrarem (família), além de recursos materiais, financeiros, e tecnológicos, fragilizando as forças produtivas locais (TRENNEPOHL, 2011, p. 92).

Por fim, ainda segundo Lima *et al* (2014), as regiões com pouco dinamismo econômico, com baixa oferta de emprego e oportunidades de renda, caracterizam as regiões de origem dos migrantes brasileiros, por outro lado, as regiões mais dinâmicas em termos industriais mantêm sua capacidade de atração e retenção populacional.

Outro aspecto relevante sobre a dinâmica populacional da Microrregião de Xanxerê é o relevante contingente de população indígena em alguns municípios da Microrregião, como Abelardo Luz, Entre Rios e Ipuacu. O assunto é brevemente tratado no Quadro 4.

Quadro 4 - A população indígena na Microrregião de Xanxerê.

De acordo com o Censo Demográfico 2010, a população indígena do país totaliza 817.963 habitantes, correspondendo a 0,43% da população total. Na Microrregião de Xanxerê, a população indígena possui representatividade percentual bastante superior ao Brasil, uma vez que 5.252 habitantes, de um total de 152.465, são indígenas, correspondendo a 3,44% da população total. Esse contingente populacional é relativo, sobretudo, aos municípios de Ipuacu (3.436), Entre Rios (620) e Abelardo Luz (332), os quais figuram entre os municípios com maiores populações indígenas do Estado de Santa Catarina. Em termos de população absoluta os municípios de Ipuacu, Entre Rios e Abelardo Luz situam-se na 1^a, 5^a e 10^a

Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 2010.

4.2.2 Estrutura fundiária

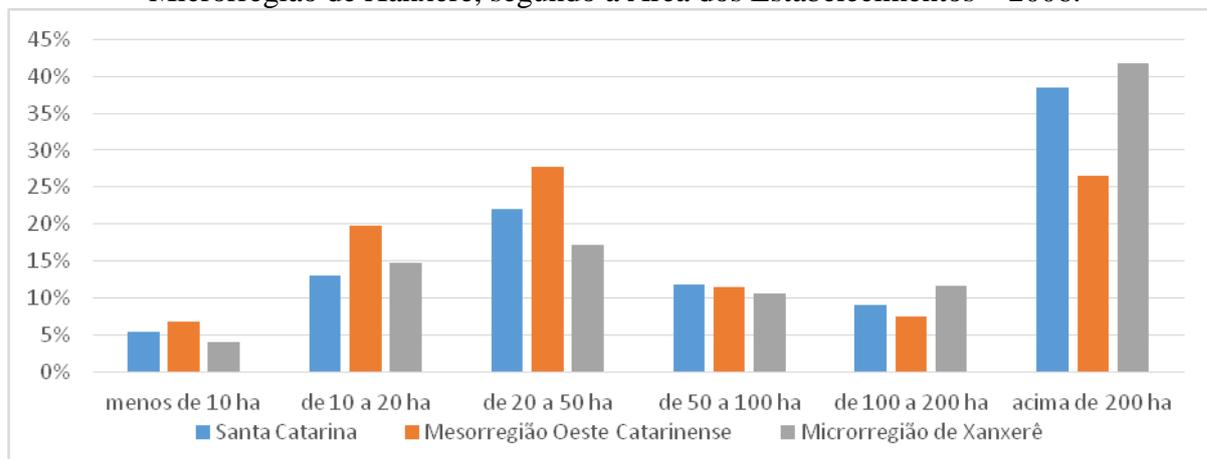
Os dados dos últimos Censos Agropecuários, conforme Tabela 10 e Gráfico 11, mostram que a estrutura fundiária da Microrregião de Xanxerê possui características distintas das constatadas no Estado de Santa Catarina e na Mesorregião Oeste Catarinense.

Tabela 10 – Estrutura Fundiária de Santa Catarina, Mesorregião Oeste Catarinense e Microrregião de Xanxerê segundo a área dos estabelecimentos, 1985, 1995-1996 e 2006.

Estrato de área	Santa Catarina			Mesorregião Oeste Catarinense			Microrregião Xanxerê		
	1985	1996	2006	1985	1996	2006	1985	1996	2006
menos de 10 ha	6%	6%	6%	9%	8%	7%	6%	5%	4%
de 10 a 20 ha	12%	13%	13%	19%	21%	20%	11%	13%	15%
de 20 a 50 ha	23%	22%	22%	28%	28%	28%	20%	19%	17%
de 50 a 100 ha	12%	12%	12%	10%	11%	12%	11%	10%	11%
de 100 a 200 ha	9%	9%	9%	6%	7%	8%	9%	10%	12%
acima de 200 ha	39%	38%	39%	27%	26%	27%	43%	44%	42%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE - Censos Agropecuários 1985, 1995-1996 e 2006.

Gráfico 11 – Estrutura Fundiária de Santa Catarina, Mesorregião Oeste Catarinense e Microrregião de Xanxerê, segundo a Área dos Estabelecimentos – 2006.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE - Censo Agropecuário de 2006.

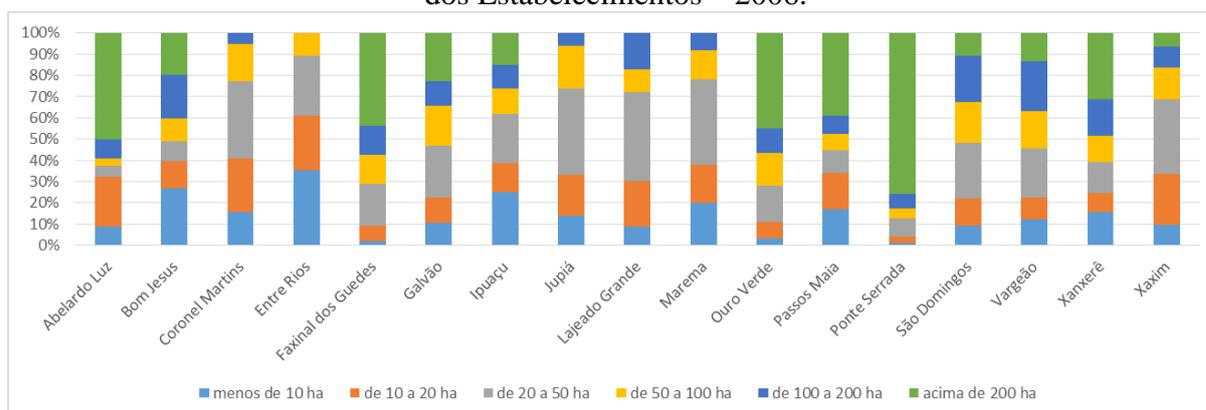
A distribuição percentual por estratos de área apresentados no Gráfico 11 apontam que a Microrregião de Xanxerê exibe concentração fundiária superior aos níveis do Estado de Santa Catarina e da Mesorregião Oeste Catarinense, uma vez que os estratos de área de menor tamanho apresentam percentuais inferiores aos comparados aos estratos de área com mais hectares. Conforme pode ser observado na Tabela 10, a concentração fundiária não é recente, sendo constatada desde o Censo Agropecuário de 1985.

Por um lado, convém observar que estabelecimentos com área inferior a 10 ha tem apresentado redução tanto na Mesorregião Oeste Catarinense, quanto na Microrregião de Xanxerê. Por outro, na Microrregião de Xanxerê houve um acréscimo no estrato de área de 10 a 20 ha em 2%, revelando que os pequenos estabelecimentos foram incorporados não somente as propriedades maiores (de 50 a 200 ha).

É importante lembrar que mesmo em divisões regionais de menor escala, como por exemplo, nas microrregiões, são encontradas disparidades intrarregionais. Na Microrregião de Xanxerê, as disparidades também ocorrem no âmbito da estrutura fundiária, conforme apresentado no Gráfico 12.

Nota-se que nos municípios de Abelardo Luz, Faxinal dos Guedes, Ouro Verde, Passos Maia e Ponte Serrada, a área dos estabelecimentos com mais de 200 ha correspondem a grande porção da área total de suas respectivas áreas rurais. Já em municípios como Coronel Martins, Entre Rios, Jupiá, Lajeado Grande, Marema e Xaxim, predominam as propriedades com até 50 ha.

Gráfico 12 – Estrutura Fundiária dos Municípios da Microrregião de Xanxerê, segundo a Área dos Estabelecimentos – 2006.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE - Censo Agropecuário 2006.

Além disso, observa-se no Gráfico 12, que a utilização das terras também difere entre os municípios que compõe a Microrregião de Xanxerê. A Tabela 11, apresenta os percentuais relativos a utilização das terras da área rural para lavouras, pastagens, matas e florestas e outras utilizações.

Tabela 11 – Utilização das terras nos municípios da Microrregião de Xanxerê, 2006.

(em %)

Município	Lavouras	Pastagens	Matas e Florestas	Outros*
Abelardo Luz	56,37	17,42	21,56	4,65
Bom Jesus	66,60	15,04	8,33	9,79
Coronel Martins	50,61	31,77	11,13	6,49
Entre Rios	57,93	29,92	8,08	4,06
Faxinal dos Guedes	46,95	12,06	35,33	5,64
Galvão	38,83	40,93	13,8	6,44
Ipaçu	66,61	15,74	14,06	3,61
Jupia	41,90	36,89	16,78	4,41
Lajeado Grande	49,99	30,42	11,29	8,33
Marema	34,83	41,22	6,30	15,82
Ouro Verde	76,75	14,53	4,85	3,86
Passos Maia	24,21	27,23	40,49	8,05
Ponte Serrada	10,54	10,53	71,72	7,21
São Domingos	61,98	17,92	15,21	4,89
Vargeão	50,58	18,89	25,49	5,01
Xanxerê	60,41	18,62	12,44	8,51
Xaxim	44,29	26,11	21,66	7,94

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE - Censo Agropecuário 2006.

* Compreende áreas utilizadas com tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas para exploração da aquicultura; construções, benfeitorias ou caminhos; terras degradadas; terras inaproveitáveis para agricultura ou pecuária; sistemas agroflorestais.

** O valor para a forma de utilização “Lavouras” foi obtido pela soma das formas de utilização de lavouras permanentes, temporárias, lavouras plantadas com forrageiras para corte e área para o plantio de flores. A forma de utilização “Pastagens” é resultado da soma das áreas de utilização de pastagens naturais, pastagens plantadas degradadas e pastagens plantadas em boas condições. Já a forma de utilização “Matas e Florestas” é resultante da soma das áreas de utilização com matas e/ou florestas de preservação ambiental ou reserva legal, matas naturais (exceto áreas de preservação) e matas ou florestas plantadas.

Observa-se que no município de Ponte Serrada – município com a maior concentração fundiária da Microrregião de Xanxerê, as matas e florestas correspondem a mais de 70% da utilização das terras. Cabe ressaltar que desse percentual, 32,67% corresponde a matas e/ou florestas plantadas e outros 29,58% são área de preservação permanente. Já em Faxinal dos Guedes, a utilização das terras para lavouras consiste na principal forma de utilização, seguida das matas e florestas com 35,33%, sendo que deste percentual, 11% também diz respeito a matas e/ou florestas plantadas. Já em Passos Maia, dos 40,49% da área utilizada para matas e florestas, pouco mais de 8% é relativa a matas ou florestas plantadas, sendo a maior área referente à preservação ambiental e/ou reserva legal (24,44%).

Nos municípios com menor concentração fundiária como Coronel Martins, Entre Rios, Jupiá, Lajeado Grande e Marema, a área de utilização das terras para matas e florestas não é tão significativa quanto nos de maior concentração fundiária, e a utilização para lavouras e pastagens está mais distribuída.

De modo geral, verifica-se que a principal forma de utilização das terras nos municípios que compõe a Microrregião de Xanxerê é em lavouras, sobretudo, lavouras temporárias, seguido pelas áreas com pastagens naturais.

4.3 Caracterização da Estrutura Produtiva da Microrregião de Xanxerê²⁶

De modo a dar continuidade a caracterização da dinâmica da Microrregião de Xanxerê, com o objetivo de proporcionar a análise da atuação do BNDES sobre os setores produtivos e potenciais da Microrregião, o presente item traz um exercício teórico-prático com o intuito de identificar e sinalizar potenciais endógenos para o desenvolvimento da Microrregião de Xanxerê.

O ponto de partida deste exercício é a medida de especialização produtiva da região de estudo. O Quociente Locacional (QL) é um dos indicadores mais utilizados pelos autores para medir a especialização de economias regionais e mapear aglomerações produtivas locais. O quociente de localização é a mais importante dentre as diversas medidas de especialização regional desenvolvida pela Teoria Econômica. Informa não apenas se o objeto de mensuração

²⁶ Veja o cálculo dos QLs, no Anexo 1 – Atividades com maior especialização produtivas nos municípios da Microrregião de Xanxerê distribuídas por classes da CNAE, ano 2014 – QLs por subclasses da CNAE 2.0.s

é ou não especializado e o grau de especialização, mas ajuda a verificar onde não há especialização (MAIA, 2008, p. 52).

O QL, a partir da comparação de duas estruturas setoriais-espaciais, busca expressar a importância de um segmento produtivo para uma dada região. A comparação ocorre a partir da medida de concentração de emprego de um setor produtivo em um determinado espaço (município, região, mesorregião), com outro espaço (unidade da federação, macrorregiões, nação)²⁷. De acordo com Paiva (2013, p. 77), dependendo das características do território em estudo, tomar a nação como referência pode ser mais adequado, contudo, num país de grandes dimensões como o Brasil, marcado por profundas desigualdades regionais, adotar como referência a economia dos Estados, ou das grandes regiões pode ser mais apropriado.

O QL pode ser definido da seguinte forma:

$$QL = \left(\frac{E_{ij}}{E_{Tj}} \right) / \left(\frac{E_{iT}}{E_{TT}} \right) = \left(\frac{E_{ij}}{E_{iT}} \right) / \left(\frac{E_{Tj}}{E_{TT}} \right)$$

onde:

E_{ij} = emprego setor i na região j;

E_{Tj} = emprego total na região j;

E_{iT} = emprego total do setor i em todas as regiões;

E_{TT} = emprego total em todas as regiões;

Quando o QL for maior do que 1, ele indica que a região é mais especializada em comparação a região em que está inserida (Estado, Nação, Macrorregião), em termos de setor. Ou seja, a região é relativamente mais importante no setor em específico, do que em termos gerais dos demais setores. Isso porque, um QL maior que 1 indica que possivelmente a atividade do setor é direcionada à exportação, sendo que quanto maior for o QL, maior a garantia de que os bens e serviços produzidos por determinada atividade são destinados à exportação²⁸. Já o QL inferior a 1, revela uma atividade não básica, voltada para o mercado interno da região.

No desenvolvimento do presente estudo, para medir a especialização produtiva dos municípios da Microrregião de Xanxerê, utilizou-se as informações disponíveis na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho (MTE), ano de referência

²⁷ Neste trabalho utiliza-se unicamente os dados do emprego da base da RAIS/MTE para o cálculo dos QLs de todos os setores. A região de referência utilizada é o Estado de Santa Catarina.

²⁸ Ou seja: Se o valor do Q > 1, revelando os setores de uma região que apresentam maiores possibilidades para atividades de exportação (indicação de que a atividade na região é básica).

2014. A RAIS apresenta informações sobre o emprego formal, sendo que seus dados são disponibilizados até o nível máximo de abertura da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE). Neste sentido, os dados extraídos da RAIS foram detalhados por município, e subclasse da CNAE 2.0. Os QLS estão apresentados por município e agrupados segundo o conjunto de setores, conforme manual de codificação CNAE 2.0, apresentado na Tabela 12.

Tabela 12 – Distribuição das subclasses da CNAE e respectivas classes.

Conjunto de Seções		Subclasse da CNAE	
		Nº Subclasses	Composição
A	Agropecuária e Pesca	122	9%
B a D e F	Indústria	509	39%
E	Meio Ambiente	14	1%
G	Comércio	222	17%
H a U	Serviços	434	34%
Total		1.301	100%

Fonte: IBGE, Concla (2010).

Contudo, antes de tratar dos QLS das atividades presentes na Microrregião de Xanxerê, cabe realizar uma análise preliminar em relação a estrutura produtiva da Microrregião, como sugere a obra de Paiva (2013). A Tabela 13, apresenta indicadores de macrossetores produtivos das Microrregiões e do Estado de Santa Catarina.

Tabela 13 – Indicadores de macrossetores produtivos das Microrregiões e do Estado de Santa Catarina – 2012.

Microrregião	Estrutura do VAB (%)			População	
	Agropecuária	Indústria	Serviços	Número	Part. (%)
Araranguá	9,70	34,33	55,97	183.931	2,88
Blumenau	0,68	41,18	58,14	696.990	10,92
Campos de Lages	9,55	32,88	57,57	283.996	4,45
Canoinhas	17,60	29,56	52,83	245.439	3,85
Chapecó	8,41	31,85	59,74	411.687	6,45
Concórdia	8,80	30,55	60,65	142.634	2,24
Criciúma	1,99	44,33	53,68	376.053	5,89
Curitibanos	18,05	23,57	58,38	120.826	1,89
Florianópolis	0,78	18,61	80,61	903.568	14,16
Itajaí	0,96	19,72	79,32	596.034	9,34
Ituporanga	23,16	23,92	52,91	56.444	0,88
Joaçaba	9,24	39,32	51,44	330.010	5,17
Joinville	0,66	43,97	55,37	867.387	13,59
Rio do Sul	7,68	37,93	54,39	208.279	3,26

São Bento do Sul	3,77	49,03	47,20	128.150	2,01
São Miguel do Oeste	16,38	26,22	57,40	175.283	2,75
Tabuleiro	27,63	16,78	55,59	24.132	0,38
Tijucas	3,37	52,99	43,64	95.238	1,49
Tubarão	5,54	33,87	60,59	380.567	5,96
Xanxerê	14,60	27,66	57,75	154.003	2,41
Santa Catarina	4,27	33,67	62,07	6.380.651	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE Cidades (2012).

Observa-se na Tabela 13 que dentre as Microrregiões, a de Xanxerê está entre as seis com maior participação da Agricultura no VAB, sendo amplamente superior a representatividade do macrossetor na economia do Estado de Santa Catarina. Identifica-se que também na Microrregião de Xanxerê, o macrossetor de serviços possui a maior participação para a formação do VAB. Além disso, nota-se que no Estado de Santa Catarina, quanto maior a concentração populacional, menor tende a ser a participação da Agricultura na estrutura produtiva.

A Tabela 14, aprofunda a análise quanto aos macrossetores produtivos e indicadores de população de Microrregião de Xanxerê.

Tabela 14 - Indicadores de população e macrossetores produtivos da Microrregião de Xanxerê.

(Dados de 2010).

Município	População residente total	Pop. Rural/Pop. Total (%)	PIB Per Capita (R\$ - a preço mercado corrente 2010)	VAB Agro/VAB Total - Dados do Município (%)	VAB Ind./VAB Total - Dados do Município (%)	VAB Serv./VAB Total - Dados do Município (%)	Rendimento domiciliar per capita (R\$)	Rend. Domiciliar Anual per capita/PIB Per capita
Abelardo Luz	17.100	44,04	22.175	31,93	18,64	49,43	7.731	34,86
Bom Jesus	2.526	40,82	17.673	27,79	22,08	50,12	10.669	60,37
Coronel Martins	2.458	72,13	13.376	47,68	8,12	44,20	6.751	50,47
Entre Rios	3.018	69,25	8.193	31,03	9,85	59,13	6.024	73,53
Faxinal dos Guedes	10.661	27,61	21.764	15,23	40,90	43,87	10.938	50,26
Galvão	3.472	32,40	13.987	40,24	9,01	50,75	8.114	58,01
Ipuaçú	6.798	79,74	12.762	35,03	24,35	40,62	7.550	59,16
Jupia	2.148	51,40	14.715	48,16	10,47	41,37	8.808	59,86
Lajeado Grande	1.490	56,51	14.492	40,99	6,70	52,30	10.818	74,65
Marema	2.203	65,50	14.363	44,54	6,47	48,99	10.841	75,48
Ouro Verde	2.271	68,52	20.795	56,19	5,96	37,85	7.600	36,55
Passos Maia	4.425	75,16	12.103	40,30	14,38	45,31	6.469	53,45
Ponte Serrada	11.031	30,89	11.979	27,45	16,65	55,90	8.234	68,74
São Domingos	9.491	33,48	19.961	36,57	13,70	49,73	12.179	61,02
Vargeão	3.532	48,47	27.258	15,30	46,36	38,34	8.933	32,77
Xanxerê	44.128	11,30	21.079	4,54	33,13	62,33	12.036	57,10
Xaxim	25.713	18,46	21.372	6,37	48,48	45,15	10.223	47,83
Total Microrregião	152.465	31,62	19.231	18,30	30,10	51,60	10.014	52,07

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE Cidades (2010).

A partir da análise dos indicadores de população, identificam-se como municípios polos da Microrregião, os municípios de Xanxerê e Xaxim, em ordem de relevância. Esses municípios apresentam as maiores populações da Microrregião, assim como as maiores aglomerações urbanas.

Quanto ao setor produtivo, em todos os municípios da microrregião observa-se elevada participação do Valor Adicionado Bruto do macrossetor de serviços que, segundo Paiva (2004, p. 30), tal situação induz a supor a estruturalidade da crise produtiva da economia regional.

Ainda sobre a estrutura do setor produtivo regional, para Paiva (2004)

regiões onde mais de 30% do VAB é gerado na agropecuária (o que, dados os padrões de produtividade e ocupação que caracterizam campo e cidade, se traduz, usualmente, em uma participação da população ocupada (PO) rural na PO total igual ou superior a um terço) são comunidades/municípios/regiões tipicamente rurais. (...) De outro lado, se nos depararmos com um VAB industrial superior a um quarto do VAB total (e/ou uma PO industrial superior a um quinto da PO total), estaremos autorizados a suspeitar da existência de potencialidades imediatas na indústria regional (PAIVA, 2004, p. 28-29)

Seguindo a definição de Paiva (2004), verifica-se que 11 municípios da Microrregião de Xanxerê contam com mais de 30% do VAB gerados pelo macrossetor primário (agropecuária), podendo ser compreendidos como municípios rurais. Contudo, convém observar que em 07 municípios a participação do macrossetor da Indústria é inferior a 11%, corroborando com a tese de que especializações produtivas geram desespecializações. Por outro lado, em 4 municípios a participação da Indústria é superior a um quarto do total produzido, sinalizando para a existência de potencialidades imediatas no setor industrial da região.

No que tange à apropriação de renda, indicador que demonstra qual é a parcela de toda a renda gerada pela produção que efetivamente concerne a população local, conforme Tabela 14, a relação Rendimento Domiciliar Anual per capita/PIB per capita varia entre o mínimo de 32,77% (Vargeão) e o máximo de 75,48% (Marema), com um desvio padrão de 12,81%. A apropriação de renda em termos de Microrregião é de aproximadamente 52%.

O indicador, segundo Paiva (2004, p. 35) e Maia (2013, p. 59) está mais para um indicador de potencialidades do que de “negatividade”. Isso porque quanto maior for a apropriação, tanto maior é o estímulo às atividades domésticas voltadas ao atendimento das demandas de consumo da população local. Por outro lado, quanto mais concentrada for a renda, menores são as chances da economia periférica superar a monocultura de exportação e ingressar num processo de diversificação produtiva e autonomização dinâmica (PAIVA, 2013, p.40). Neste sentido, o indicador revela que entre a produção e apropriação existe um “potencial” que

deve ser objeto de políticas públicas voltadas à “endogeneização” do controle do excedente econômico gerado na região.

No que tange à concentração de renda na Microrregião de Xanxerê, convém observar que dos 7 municípios com menores indicadores de apropriação de renda (Abelardo Luz, Coronel Martins, Faxinal dos Guedes, Ouro Verde, Passos Maia, Vargeão e Xaxim), 4 deles (Abelardo Luz, Faxinal dos Guedes, Ouro Verde e Passos Maia) exibiram no Gráfico 12 estrutura fundiária composta em grande parte por propriedade agrícolas de grandes extensões, demonstrando a concentração de um fator produtivo essencial ao desenvolvimento: a terra.

Quanto às atividades com maior especialização produtiva nos municípios da Microrregião de Xanxerê, conforme Anexo 1, as atividades relacionadas a agropecuária apresentaram QIs elevados em todos os municípios da Microrregião, com destaque a criação de suínos, que só não está presente no município de Ouro Verde. A pecuária também se mostrou presente em diversos municípios com a criação de bovinos para leite e corte, presentes em 12 e 7 municípios, respectivamente. Já a avicultura exhibe especialização nas atividades de produção de ovos (7 municípios), criação de aves, exceto galináceo (6 municípios) e frangos para corte (6 municípios). Quanto à agricultura, as lavouras temporárias de cereais não especificados na subclasse CNAE 2.0 apresentou $QI > 1$ em 14 municípios, o cultivo de soja em 12 municípios, e o cultivo de milho em 11. A ocorrência de diversas atividades agropecuárias nos municípios da Microrregião de Xanxerê é positiva, uma vez que indica multiespecialização produtiva.

No que tange à produção florestal, 9 municípios da Microrregião apresentaram atividades deste grupo, sendo: cultivo de eucalipto (Faxinal dos Guedes e Ponte Serrada), cultivo de pinus (Faxinal dos Guedes, Passos Maia e Vargeão), cultivo de outras espécies (Xaxim), e extração de madeira de florestas plantadas (Faxinal dos Guedes, Galvão, Jupia, Ponte Serrada e Xanxerê). É importante observar a ocorrência de diversas atividades industriais atreladas à produção florestal, sendo as mais constantes: serrarias com desdobramento de madeiras (presente em 11 municípios e com $QI > 1$ em 8); fabricação de madeira laminada e de chapas de madeira (presente em 6 municípios, todos com $QI > 1$); fabricação de esquadrias e de peças de madeira para instalações industriais e comerciais (presente em 6 municípios, e com $QI > 1$ em 4) e fabricação de móveis (presente em 9 municípios e com $QI > 1$ em 2). Esses dados apontam para uma cadeia aparente do setor madeireiro. Segundo Paiva (2010, p. 100), quanto a identificação de cadeias produtivas por meio da CNAE 2.0, “se uma determinada região ou município apresenta estabelecimentos e/ou ocupados em diversas atividades dispostas em sequência, é provável que essas atividades perfaçam uma cadeia produtiva integrada verticalmente no território”.

A Microrregião de Xanxerê também apresenta diversas atividades em sequência na divisão CNAE de fabricação de produtos alimentícios, entre as principais atividades, destacam-se: fabricação de alimentos para animais (presente em 6 municípios, todos com $QL > 1$); fabricação de laticínios (presente em 6 municípios e com $QL > 1$ em 5) e preparação do leite (presente em 5 municípios, todos com $QL > 1$). Também se sobressaem as atividades de abate de aves, frigoríficos de bovinos e suínos que estão presentes ao todo em 5 municípios (Abelardo Luz, Ipuçu, São Domingos, Xanxerê e Xaxim), sendo que as duas primeiras atividades exibem $QL > 1$ em 3 municípios cada, e a última em 2. Há ainda diversas atividades relacionadas preparação de alimentos que são desenvolvidas na Microrregião, como moagem de cereais, preparação de produtos para infusão (chá, mate), fabricação de massas, entre outros.

Em relação ao complexo metal mecânico, a Microrregião apresentou 36 atividades distribuídas entre 13 municípios. Entretanto, a grande maioria das atividades está localizada nos municípios de Xaxim e Xanxerê, com destaque a esse último, uma vez que apresenta 32 atividades, sendo 18 com $QL > 1$. Esse é mais um indicador da existência de potencialidade no setor industrial para esses municípios, uma vez que ambos apresentam VAB industrial superior a 20% do total, fato que segundo Paiva (2013), levanta a suspeita de potencialidades imediatas na indústria regional.

Quanto às particularidades dos setores agropecuário e industrial, cabem algumas explicações. Segundo Paiva (2013, p. 83), a agricultura e a indústria produzem bens passíveis de estoque e de transporte, também chamados de *tradeables*. Tanto a produção agropecuária, como industrial não dependem de demanda prévia, uma vez que podem ser produzidos com o objetivo de formar estoque. Além disso, a produção usualmente não é voltada ao atendimento de demandas locais, e sim exportada a outras regiões. Esses fatos explicam a ocorrência de QLS bastante elevados em determinadas atividades em municípios de pequeno porte, como por exemplo a fabricação de laticínios em Lajeado Grande, cujo QL é 49,49.

No que se refere aos serviços, de modo diverso à agricultura e à indústria, sua produção depende de uma demanda precedente, além de voltarem-se, prioritariamente, ao atendimento de agentes domiciliados na região do prestador (PAIVA, 2013, p. 84). É necessária bastante atenção quanto a presença de parcela relevante de QLS elevados no macrossetor de serviços, isso porque:

Se uma parcela expressiva deles se encontra no setor de serviços, temos uma indicação clara de que este é um município polo. E isso porque a função universal dos polos é o fornecimento de serviços relativamente sofisticados de saúde (hospitais de alta resolutividade), de educação (ensino universitário e técnico), comerciais (centros comerciais diversificados), de consultoria (contábil, jurídica, assistência técnica em

geral), e de cultura, lazer e turismo (música, teatro, cinema, gastronomia, etc.) a uma parcela maior do que a dos domiciliados (PAIVA, 2013, p. 88).

Em análise aos QLs relacionados ao macrossetor de serviços, observa-se que os municípios da Microrregião de Xanxerê com as menores populações totais, contudo, com maiores proporções de população rural, a exemplo de Coronel Martins, Lajeado Grande e Marema, exibem atividades comerciais de insumos agropecuários, como de defensivos agrícolas e de medicamento veterinários, com QLs bastante expressivos. Diante da dinâmica populacional destes municípios diferir consideravelmente da exibida pelo Estado de Santa Catarina²⁹, região usada como referência no cálculo dos QLs, e apresentar consequente demanda superior de tais insumos, entende-se que sua oferta é destinada aos produtores rurais dos respectivos municípios, que utilizam os referidos insumos para a produção de produtos agropecuários destinados à exportação, como por exemplo, de leites, laticínios e cereais, que também apresentam QLs significativos no comércio atacadista.

Já os municípios com QLs > 1 em atividades de comércio e serviços ligados ao transporte (combustíveis, lubrificantes, borracharia, manutenção e reparo de veículos), como Abelardo Luz, Bom Jesus e Ponte Serrada, tem sua oferta justificada por dois fatores: demanda gerada pela Microrregião em razão de sua estrutura produtiva (transporte de insumos e produtos de exportação); e suas respectivas localizações. Os municípios de Bom Jesus e Abelardo são caminhos para o Estado do Paraná. Já o município de Ponte Serrada, assim como Xaxim, Xanxerê, Faxinal dos Guedes e Vargeão, está à beira da BR 282, rodovia que liga a região Oeste Catarinense a região litorânea do estado e também a outras rodovias de grande tráfego, como a BR 153.

Em relação à distribuição das atividades do macrossetor de serviços nos municípios de maior aglomeração urbana, Xanxerê e Xaxim, observa-se que o segundo, dada a diversidade de atividades, tende a atender a demanda dos pequenos municípios no seu entorno em algumas áreas, como a educação. Contudo, no que tange aos serviços de saúde, o município não se configura como potencial ofertante. Por outro lado, o município de Xanxerê reúne as características de um polo regional, com oferta considerável de profissionais especializados, serviços de saúde, educação e comércio diversificado.

Diante da configuração das atividades produtivas da Microrregião de Xanxerê, observa-se a existência de uma cadeia produtiva relacionada à proteína animal, tendo em vista, que a Microrregião apresenta atividades com especialização produtiva na pecuária, com a criação de

²⁹ Segundo o Censo 2010, a população rural do Estado de Santa Catarina equivale a 16% da população total.

animais (suínos, aves e gado), na agricultura, com o cultivo de cereais, milho e soja, os quais compõe os insumos para a criação de animais, atividades industriais destinadas ao processamento da proteína animal, como frigoríficos e abatedouros, além de diversas atividades comerciais e de serviços reflexas à atividade básica, como o comércio de insumos agrícolas, comércio atacadista relativos aos produtos alimentícios, e setor de transporte bastante representativo.

5 A ATUAÇÃO DO BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL VERSUS A DINÂMICA DA MICRORREGIÃO DE XANXERÊ

Realizadas as análises da atuação do BNDES e da dinâmica produtiva da Microrregião de Xanxerê, este capítulo tem por intuito confrontar as informações quanto à atuação do BNDES diante das potencialidades para o desenvolvimento da Microrregião de Xanxerê.

No que tange às operações contratadas através do BNDES Finem, modalidade de financiamento que depende de análise e aprovação do BNDES, percebe-se o atendimento, prioritariamente, a três setores: administração pública municipal, empreendimentos de geração de energia hidrelétrica e projetos ligados à agroindústria.

Quanto ao setor de energia hidrelétrica, observa-se no Anexo 1 que os municípios de Bom Jesus, Ouro Verde, Passos Maia e Ponte Serrada apresentaram QLS elevados na atividade de Geração de Energia. Contudo, esse tipo de atividade tende a localizar-se onde haja condições naturais para o aproveitamento hídrico, sendo que a existência da atividade no município ou região não pode ser entendido como “potencial”, uma vez que não gera crescimento sustentado. Muito pelo contrário, durante o período de implantação dos referidos projetos, há considerável aumento no comércio e na demanda de serviços da região onde são instalados, contudo, a medida que o projeto é finalizado, essa demanda retrai a praticamente zero. Além do mais, mesmo que haja o ingresso de renda na região em função desses projetos, a maior parte se evade do território, uma vez que esses empreendimentos normalmente pertencem a investidores de fora da região. Por outro lado, no município de Xanxerê há atividades distintas com QLS > 1 ligadas ao setor de energia, sendo: fabricação de turbinas para hidrelétricas, transmissão e distribuição de energia elétrica, construção de barragens e represas para a geração de energia elétrica e construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica. Deste modo, o apoio do BNDES a projetos de implantação de PCHs pode ter gerado reflexos positivos sobre o desenvolvimento da Microrregião de Xanxerê tendo em vista a ocorrência dessas atividades.

Além disso, o BNDES tem apoiado projetos ligados a atividade agropecuária, seja com finalidade de produção ou de comércio. Conforme observado no Anexo 1, um número expressivo de municípios apresenta QLS elevados no setor de agricultura e pecuária, com a identificação de produtos básicos destinados à exportação, como a produção de cereais (milho e outros), criação de bovinos (corte e leite), de suínos e de aves. Neste sentido, entende-se que o apoio a esses projetos favorece ao desenvolvimento da Microrregião de Xanxerê.

Em relação às operações indiretas automáticas, modalidade em que os contratos não dependem da liberação do BNDES, observou-se quanto a quantidade de operações por setor de

atividade (Tabela 5, do item 3.2.3) a predominância do setor agropecuário, com 72,87%; seguido pelo setor de comércio e serviços, com 24,03% das operações contratadas; e após pelos setores da indústria da transformação e da indústria extrativa, com 3,07% e 0,02%, respectivamente. Entretanto, no tocante ao montante contratado (Tabela 7), notou-se que o setor de comércio e serviços foi o mais representativo, com 55,58% do total; enquanto o setor agropecuário respondeu por 33,62% dos desembolsos do BNDES na Microrregião; e os setores da indústria da transformação e da indústria extrativa exibiram participação de 10,76% e 0,05%, respectivamente.

A inversão das posições entre os setores agropecuário e de comércio e serviços é explicada pelo valor médio dos contratos do setor agropecuário ser bastante inferior ao registrado pelos contratos do setor de comércio e serviços, assim como, das operações destinadas à indústria da transformação. O fato ocorre pelos seguintes fatores: a) o setor agropecuário é o que apresenta o maior número de operações contratadas por Pessoa Natural (pessoa física), que tende a apresentar renda inferior ao faturamento das empresas (pessoa jurídica), logo, os valores admissíveis para financiamento são menores; b) o setor agropecuário da Microrregião conta com número elevado de pequenas propriedades, conforme pôde ser visualizado na estrutura fundiária da Microrregião, apresentada no item 4.2.2.

No que tange aos produtos, na área das Operações Indiretas Automáticas (OIA) do BNDES foram registrados quatro produtos disponibilizados aos municípios da Microrregião de Xanxerê, sendo: Finame, Finame Agrícola, Finame Leasing; e BNDES Automático

Quanto à finalidade dos produtos, cabe lembrar que o Finame é destinado ao financiamento para a produção e aquisição de máquinas, equipamentos, bens de informática e automação; o Finame Agrícola atende ao financiamento de máquinas, equipamentos, implementos agrícolas, caminhões, bens de informática e de automação, para clientes que exerçam atividade econômica nos setores agropecuário, de produção florestal, de pesca e aquícola; e o Finame Leasing se dedica ao financiamento da aquisição de máquinas e equipamentos destinados a operações de arrendamento mercantil. Já o BNDES Automático é direcionado ao financiamento de projetos de investimento para implantação, ampliação, recuperação e modernização de ativos fixos, assim como projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, nos setores de indústria, infraestrutura, comércio, serviços, agropecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (BNDES, 2016).

Desses produtos, o que apresentou maior valor financiado aos municípios da Microrregião de Xanxerê no período 2002 a 2015 foi o Finame, com 43% do total, seguindo

pelo BNDES Automático, com cerca de 41%, em terceiro o Finame Agrícola, apresentando 16% do total operado, e por último, o Finame Leasing com 0,16%.

Quanto ao Finame, nota-se em análise da quantidade de operações por programa, que a grande maioria das operações realizadas entre 2011 e 2015 concentraram-se nos programas Ônibus/Caminhão e Procaminhoneiro³⁰. Das 2.824 operações de Finame, 1.868 foram através desses dois produtos. Esses números justificam a ampla participação do setor de serviços na contratação de Finames. A alta concentração de operações destinadas a aquisição de caminhões vai de encontro com a ocorrência de QLS elevados em atividades de comércio e serviços ligados ao setor de transporte na Microrregião de Xanxerê. Grande parte da demanda por transporte na Microrregião de Xanxerê ocorre em função da cadeia produtiva de proteína animal, que demanda o serviço desde o transporte dos insumos para a sua produção (transporte de cereais, etc.), até o escoamento do produto final.

No tocante aos valores operados através do BNDES Automático, produto pelo qual as operações podem ser beneficiadas pelo Programa de Dinamização Regional (PDR), cuja a principal característica é a oferta de crédito em condições diferenciadas para investimentos segundo a classificação da microrregião quanto sua renda e dinamismo, convém informar que as informações disponibilizadas das operações de crédito realizadas através do produto não apresentam diferenciação entre os projetos beneficiados pelo PDR, fato que senão impossibilita, dificulta a avaliação do programa. De todo modo, verificou-se na análise por objetivo das operações (3.2.3.1) que o valor médio anual operado de 2005 a 2009 (18,4 milhões) foi bastante superior ao registrado no período que antecedeu do PDR, de 2002 a 2004 (9,2 milhões). Contudo, não há como afirmar que o aumento ocorreu em virtude do PDR.

Na análise do produto BNDES Automático é importante dedicar atenção aos objetivos das operações, os quais podem ser destinados para implantação, ampliação, recuperação e modernização de ativos fixos, bem como, operações com o objetivo de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Conforme apresentado no item 3.2.3.1, destacaram-se no período de análise os projetos que tinham por objetivo a expansão, uma vez que este objetivo apresentou significância em quase todo o período de análise, assim como, os projetos de racionalização. Em ambos, o setor

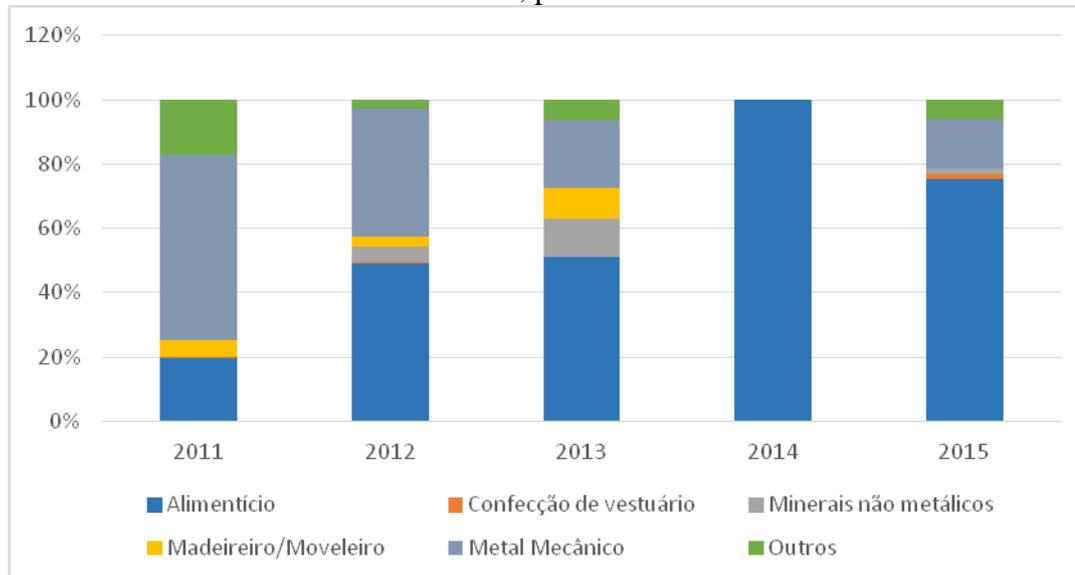
³⁰ O programa Ônibus/Caminhão financia ônibus, caminhões, caminhões-tratores, cavalos-mecânicos, reboques e semi-reboques, sendo acessível a empresas sediadas no país, administração pública, empresários individuais e microempreendedores, transportadores autônomos de carga (pessoa física), fundações, associações, sindicatos, cooperativas, condomínios e assemelhados e clubes. O programa Procaminhoneiro destina-se a aquisição de caminhões novos e usados a caminhoneiros autônomos, empresários individuais e microempresas.

agropecuário foi o principal demandante. Por outro lado, as operações com o objetivo de implantação foram mais representativas no setor de comércio e serviços.

Num último exercício para confrontar a atuação do BNDES com a dinâmica produtiva existente na Microrregião de Xanxerê, o presente estudo procedeu com uma análise mais detalhada das operações contratadas através do BNDES Automático, no período 2011 a 2015, pelo ramo de atividade industrial. Neste sentido, as operações foram classificadas, prioritariamente, pelas divisões da CNAE ou por complexos industriais, através das informações constantes no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) da Receita Federal quanto a atividade industrial principal da empresa tomadora.

Desta forma, as atividades do ramo da indústria que apresentaram contratação de financiamento junto ao BNDES Automático no período 2011 a 2015, perfazendo um total de 100 operações, foram classificadas em 6 “setores”, sendo: alimentícios, madeireiro (considera produtos de madeira e fabricação de móveis em madeira), metal mecânico³¹, confecção de vestuário, minerais não metálicos (artefatos de cimento, estruturas de concreto, etc.) e outros.

Gráfico 13 – Distribuição das operações do BNDES Automático por “setores” do ramo de atividade industrial, período 2011 a 2015.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BNDES (2016) e Receita Federal (2017).

A partir do Gráfico 13 nota-se que os setores alimentícios e metal mecânico foram os mais representativos ao longo do período. Quanto ao primeiro, cabe lembrar que o Anexo 1,

³¹ O complexo metal mecânico é composto pelas atividades de metalurgia; fabricação de máquinas, aparelhos, materiais elétricos, equipamentos; manutenção de máquinas e equipamentos; coleta, tratamento, e disposição de resíduos, e recuperação de materiais.

que trata dos QLS por subclasse de atividade, apontou para a importância do setor alimentício para a dinâmica produtiva da Microrregião de Xanxerê. Esse tipo de indústria tende a se desenvolver a partir dos produtos básicos agrícolas, que no caso da Microrregião de Xanxerê, são os cereais, suínos, aves e bovinos (corte e leite).

Quanto ao complexo metal mecânico, não por acaso, o setor exibe participação relevante nas operações do BNDES Automático. Vale lembrar que os investimentos no setor são desejáveis uma vez que a Microrregião apresenta extensa sequência no que tange as atividades do setor, fato que se configura como primeiro sinal para a identificação de uma cadeia produtiva verticalizada. Além disso a Microrregião - sobretudo, os municípios de Xanxerê e Xaxim, apresenta número relevante de atividades do setor com QL superior a 1, corroborando com a indicação de atividade potencial para o crescimento sustentável da região, condição necessária ao processo de desenvolvimento regional.

Por sua vez, o setor madeireiro/moveleiro contou com operações somente nos três primeiros anos da série. Esse setor produtivo se mostrou relevante para a Microrregião de Xanxerê, com a presença de atividades diversas em vários municípios da Microrregião. É importante lembrar, que a atividade de extração e o comércio da madeira, assim como a pecuária, foi uma das primeiras atividades de exportação da região Oeste Catarinense. Além disso, a Microrregião de Xanxerê apresenta alguns municípios com parcela relevante de suas terras utilizadas para matas e florestas (ver item 4.2.2, Tabela 11).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo objetivou confrontar a atuação do BNDES com a dinâmica da Microrregião de Xanxerê. O BNDES é a principal instituição de fomento do país, sendo numerosos os estudos que se dedicam a pesquisar a influência de seus desembolsos sobre a ordenação territorial e o desenvolvimento das regiões brasileiras.

Conforme descrito no Capítulo 3, o BNDES ao longo de sua existência, mostrou-se sensível às questões regionais com a implantação de alguns programas regionalizados, os quais objetivaram promover o desenvolvimento de algumas regiões e melhorar a distribuição dos desembolsos entre as macrorregiões do país. Todavia, a atuação do BNDES na dimensão do desenvolvimento regional somente se tornou mais explícita nos anos 1990, quando o Banco concedeu financiamentos a milhares de pequenos e médios produtores rurais do Rio Grande do Sul, a fim de incorporar e difundir novos conhecimentos no setor agropecuário.

Dos anos de 1990 até os dias atuais, os programas implantados pelo BNDES foram sendo aprimorados, chegando-se a criação do Programa de Dinamização Regional (PDR) e do Programa de Investimentos Coletivos Produtivos (PROINCO), programas considerados inovadores em termos de formulação de política para desenvolvimento, tendo em vista que passaram a reconhecer três fatos notórios quanto a desenvolvimento: a existência de desigualdades entre as regiões do país; a ocorrência de disparidades intrarregionais; e a assunção de que microrregiões pertencentes a uma mesma mesorregião possuem distintos dinamismos.

A Microrregião de Xanxerê, segundo classificação do PDR, apresenta média renda superior do tipo estagnada. O baixo dinamismo da Microrregião de Xanxerê tem transparecido em sua dinâmica populacional. Segundo dados dos últimos Censos Demográficos, o crescimento registrado pela Microrregião foi abaixo ao do Estado de Santa Catarina. Segundo a literatura de desenvolvimento regional, as regiões que crescem abaixo da média são percebidas pelos emigrantes como territórios com menor potencial produtivo do que as regiões que crescem a níveis acima do padrão. Além disso, a atual composição por distribuição etária da população da Microrregião de Xanxerê, apresenta extrato relevante de indivíduos em idade e gênero com maior propensão a emigrar. Neste sentido, salienta-se a necessidade de ampliação do dinamismo regional para que a mesma não incorra em perdas de capital humano, haja vista a importância de profissionais de alta qualificação para a melhoria do processo produtivo, e conseqüentemente, para a competitividade e o dinamismo da Microrregião.

O aumento do dinamismo da Microrregião no contexto de desenvolvimento regional deve ocorrer a partir de fatores endógenos. É consenso que uma região somente se desenvolve a partir da combinação de fatores endógenos e exógenos, mas o fator motivador, o que gera a sustentabilidade do crescimento (condição necessária ao desenvolvimento), deve ser pertencente a Microrregião. Nesses termos, entende-se que a oferta de financiamentos pelo BNDES é um fator exógeno à Microrregião que pode favorecer ao desenvolvimento da mesma, mas desde que esses investimentos sejam operados, sobretudo, em atividades consideradas potenciais.

Segundo a teoria de desenvolvimento regional, as atividades potenciais são aquelas relacionadas aos produtos em que a região é especializada, e que constituem, portanto, a base das exportações da região, também chamadas de atividades propulsivas. Na Microrregião de Xanxerê, assim como pregam alguns teóricos de desenvolvimento regional, a exemplo de Douglas North, essa atividade tem origem no setor agropecuário. Por meio do Quociente Locacional, verificou-se que a Microrregião apresenta especialização produtiva na produção de proteína animal, apresentando atividades com QLS elevados na agricultura, pecuária e indústria de produtos alimentícios. Além dessas atividades, a Microrregião apresentou atividades potenciais na indústria madeireira, sendo essa associada à atividade de extração florestal, a qual compreende uma das primeiras atividades econômicas desenvolvidas na Microrregião de Xanxerê. Quanto ao setor metal mecânico, observou-se a ocorrência de atividades destinadas a atender a agroindústria, como por exemplo, a fabricação de máquinas e equipamentos para a indústria de alimentos, para irrigação agrícola e para a agricultura e pecuária. Destaca-se também a ocorrência de atividade de fabricação de turbinas para a geração de energia no município de Xanxerê, atividade que independe do setor agropecuário. A existência de atividade industrial não reflexa da agroindústria é positiva uma vez que a atividade pode ter potencial de dinamizar a Microrregião de Xanxerê, de modo a não deixar a Microrregião suscetível aos efeitos de uma monocultura produtiva.

Em análise às operações do BNDES Finem e do BNDES Automático na Microrregião de Xanxerê, observou-se a ocorrência de financiamentos às atividades identificadas como potenciais ao desenvolvimento da Microrregião, podendo-se dizer que a atuação do BNDES estimula o desenvolvimento da Microrregião. Contudo, considera-se que os agentes de desenvolvimento na Microrregião de Xanxerê possuem origem endógena, sendo os empreendedores locais ou aqueles com interesse em investir na Microrregião de Xanxerê. Ou seja, a atuação do BNDES estimula a dinamização da Microrregião, mas esse processo ocorre em função da ação dos agentes locais.

É importante ressaltar que o presente estudo de forma alguma esgota o tema trabalhado, existindo meios de aprofundar o estudo proposto. Contudo, para tanto, torna-se necessário maior disponibilidade de recursos humanos para o tratamento das informações, assim como de tempo hábil para sua execução.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Anuário RAIS**. Disponível em: <<http://bi.mte.gov.br/bgcaged/>>. Acesso em: 05 dez. 2016.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Consulta operações do BNDES**. BNDES 2016. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia>>. Acesso em: 08 de jul. 2016.

_____. **BNDES 50 Anos de desenvolvimento**. BNDES. 2002. Disponível em: <www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Paginas/livro_bndes50anos.html>. Acesso em: 16 de jul. 2016.

_____. **Planejamento Corporativo 2009-2014**. BNDES. 2009. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro_brasil_em_transicao/Brasil_em_transicao_cap05.pdf>. Acesso em: 23 de jul. 2016.

_____. **PDR – Critério de classificação de microrregiões**. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/produto/download/PDR_criterio_classificacao.pdf>. Acesso em: 27 de jul. 2016.

BANDEIRA, Pedro. Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional. In: BECKER, Dinizar; BANDEIRA, Pedro. **Determinantes e desafios contemporâneos**. Vol 1. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2000, p. 23-128.

BECKER, Dinizar. A economia política da regionalização do desenvolvimento contemporâneo. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 6, n. 3, p. 7- 46, set./dez. 2001.

BELTRÃO, Kaizô et al. Dinâmica populacional Brasileira na virada do século xx. **Texto para discussão nº 1034**. IPEA. Rio de Janeiro, 2004.

BOISIER, Sergio. **Teorías y metáforas sobre el desarrollo territorial**. Santiago de Chile: Publicações da Nações Unidas, 1999.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, 5ª ed. 322 p.

CLEMENTE, Ademir; HIGACHI, Hermes. **Economia e Desenvolvimento Regional**. São Paulo: Atlas, 2000.

CORAZZA, Gentil. Traços da formação socioeconomica do oeste catarinense. In: ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE, VII, 2013, Florianópolis. Anais do VII Encontro de Economia Catarinense: Crescimento e Desindustrialização. 9 e 10 de maio de 2013. Florianópolis ISSN 2175-7313. Disponível em: <http://apec.pro.br/anais-dos-eventos/vii-encontro-de-economia-catarinense/>. Acesso em: 10 dez. 2016.

COSTA, Karen Fernandez. A transformação do BNDES e sua influência na política de estado do Brasil na década de 90. In: XXVIII ECONTRO ANUAL ANPOCS, 2004.

CRUZ, Aparecida Gimenes Vilma. **Metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

CURRALERO, Claudia Regina. **A atuação do sistema BNDES como instituição financeira de fomento no período 1952/1966**. 1998. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

DINIZ, Clélio Campolina. A questão regional e as políticas governamentais no Brasil. Texto para discussão nº 159, Cedeplar/Face/UFMG, Belo Horizonte, 2001.

FARIAS FILHO, Milton C.; ARRUDA FILHO, Emílio J. M. **Planejamento da pesquisa científica**. São Paulo: Atlas, 2013.

FONSECA, Pedro Cesar Dutra; MOREIRA, Cássio Silva. O projeto do governo Goulart e o IIPND: um cotejo. **Texto para discussão** n. 10, 2012.

GASPAR, Elvio; RAMOS, Ricardo. Uma nova abordagem para política de desenvolvimento regional. In: FÓRUM NACIONAL - INSTITUTO NACIONAL DE ALTOS ESTUDOS (INAE). 2011.

O primeiro caminho das tropas. Gazeta do Povo. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/o-primeiro-caminho-das-tropas-8crdny1ct68tssmxqfi38ctam>. Acesso em: 26 dez. 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Todas as técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOULARTI FILHO, Alcides. A formação econômica de Santa Catarina. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 977-1007, 2002.

HADDAD, Paulo Roberto. **Região, regionalismo e desequilíbrios espaciais de desenvolvimento**: algumas reflexões. 1993.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas**. Volume I. Rio de Janeiro. 1990.

_____. **Divisão territorial brasileira**. Rio de Janeiro. 2002.

_____. **Cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php?lang=>>>

_____. **CNAE**, Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <<http://www.cnae.ibge.gov.br/>>.

_____. **Censo demográfico 1970**, Rio de Janeiro: IBGE, 1970. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?view=detalhes&id=769>>.

_____. **Censo demográfico 1980**, Rio de Janeiro: IBGE, 1980. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?view=detalhes&id=7310>>.

_____. **Censo demográfico 1991**, Rio de Janeiro: IBGE, 1991. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censodem/default_censo1991.shtm>.

_____. **Censo demográfico 2000**, Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/>>.

_____. **Censo demográfico 2010**, Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/>>.

_____. **Censo agropecuário 1985**, Rio de Janeiro: IBGE, 1985. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=747>>.

_____. **Censo agropecuário 1995 - 1996**, Rio de Janeiro: IBGE, 1996. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/1995_1996/>.

_____. **Censo agropecuário 2006**, Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/>>.

KOCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia**: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

LASTRES, Helena Maria Martins et al. O apoio ao desenvolvimento regional: a experiência do BNDES e oportunidades para avanços. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, n. 42, p. 5-46, dez. 2014.b

LIMA, Ana Carolina da Cruz. **Desenvolvimento regional e fluxos migratórios no Brasil**: uma análise para o período 1980-2010. 2013. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MAIA, Claudio Machado. **Agroindústria familiar como estratégia para o desenvolvimento regional**. Novas Edições Acadêmicas: Saarbrücken (Alemanha), 2013.

MAIA, Claudio Machado. **A agroindústria familiar como estratégia para o desenvolvimento regional**. 2008. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2008.

MELO, João Paulo de Barbosa. A problemática e as políticas de desenvolvimento local. In: COSTA, José Silva; NIJKAMP, Peter. **Compêndio de economia regional** – Volume I: teoria, temáticas e políticas. Cascais: Princípia, 2009. 884 p.

MINAYO, Maria Cecília. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

NORTH, Douglas. Location theory and regional economic growth. **Journal of Political Economy**, Chicago, III.,US: University of Chicago Press, n. 43, p. 291, jun. 1955 (versão em português em SCHWARTZMAN, 1977).

NORTH, Douglas. Agriculture in regional economic growth. **Journal of Farm Economics**, Lancaster, Pa., US: American Farm Economic Association, v. 4, n. 5, p. 333, dec. 1959 (versão em português em SCHWARTZMAN, 1977).

NUNES, Osmar; KARNOPP, Erika. As potencialidades endógenas do desenvolvimento regional. **Desenvolvimento em Questão**, Editora Unijuí, Ano 13, n.30, p. 203-229, abr./jun.2015.

OLIVEIRA, Suzan Aparecida. **Guerra do Contestado**. 2006. Tese (Doutorado em Literatura) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

PAIVA, Carlos Águedo. Como identificar e mobilizar o potencial de desenvolvimento endógeno de uma região? **Documentos FEE**, n. 59. Porto Alegre, FEE, 2004.

PAIVA, Carlos Águedo. O que é uma região de planejamento com vistas ao planejamento endógeno e sustentável. In: PRIMEIRAS JORNADAS DE ECONOMIA REGIONAL COMPARADA. *Anais...* Porto Alegre: FEE/PUC-RS, CD-ROM, 2005.

PAIVA, Carlos Águedo. Fundamentos da análise do planejamento de economias regionais. Foz do Iguaçu: Editora Parque Itaipu, 2013

PLAMPLONA, Leonardo de Moura. **BNDES e o desenvolvimento do século 21: estado, democracia e sustentabilidade**. 2011. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

POLI, Jaci. Caboclo: pioneirismo e marginalização. **Cadernos do CEOM** - Ano 19, n. 23, p. 37-71, 1996

PUTNAM, Robert. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

QUAGLIO, Gislaine de Miranda. **A questão regional e o BNDES: uma análise da conformidade entre a atuação do BNDES e a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)**. 2013. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2013.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. Disponível em: < <https://idg.receita.fazenda.gov.br/>>.

RENK, Arlene. A Colonização do oeste catarinense: as representações dos brasileiros. **Cadernos do CEOM** – Ano 19, n. 23, p. 37-71, 1996

SILVA JÚNIOR, Gilberto Oliveira da. BNDES: 50 anos de ordenamento do território brasileiro. In: SILVEIRA, R.; LAMOSO, L.; MOURÃO, P. F. (orgs.). **Questões nacionais e regionais do território brasileiro**. São Paulo: Expressão Popular: UNESP: Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009, pp 63-82.

SILVA, Augusto da; ROSA, Adenilson da. Antes do Oeste Catarinense: aspectos da vida econômica e social de uma região. **Revista Catarinense de História** [on line], Florianópolis, n. 18, p. 139-160, 2010.

SCHWARTZMAN, J. (Org.) **Economia regional**: textos escolhidos. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977.

TRENNENPOHL, Dilson. **Avaliação de potencialidades econômicas para o desenvolvimento regional**. Ijuí: Editora Ijuí, 2011.

ANEXO 1 - Atividades com maior especialização produtivas nos municípios da Microrregião de Xanxerê distribuídas por classes da CNAE, ano 2014 – QIs por subclasses da CNAE 2.0.s

Abelardo Luz	
Agropecuária e Pesca	
Cultivo de outros cereais	69,935
Cultivo de soja	49,725
Produção de sementes certificadas, exceto de forrageiras para pasto	43,908
Criação de bovinos, exceto para corte e leite	37,591
Criação de bovinos para leite	14,556
Atividades de apoio à agricultura*	13,262
Criação de outros animais não especificados anteriormente	12,174
Cultivo de milho	8,764
Criação de suínos	7,074
Extração de madeira	4,647
Criação de aves, exceto galináceos	2,911
Atividades de apoio à pecuária *	2,592
Cultivo de frutas*	1,822
Indústria	
Extração de basalto e beneficiamento associado	173,306
Fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel	45,204
Moagem e fabricação de produtos de origem vegetal não especificados anteriormente	42,333
Abate de aves	28,187
Manutenção e reparação de tratores agrícolas	11,816
Fabricação de adubos e fertilizantes (Desativado em jan/2015)	7,048
Preparação do leite	5,357
Fabricação de estruturas pré-moldadas de concreto armado, em série e sob encomenda	3,583
Fabricação de alimentos para animais	3,093
Fabricação de produtos para infusão (chá, mate, etc.)	2,956
Fabricação de estruturas metálicas	2,033
Construção de edifícios	1,935
Fabricação de conservas de peixes, crustáceos e moluscos	1,882
Fabricação de madeira laminada e de chapas de madeira compensada, prensada e aglomerada	1,644
Outras obras de acabamento da construção	1,585
Transmissão de energia elétrica	1,511
Manutenção e reparação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de cargas	1,402
Fabricação de artefatos de cerâmica e barro cozido para uso na construção, exceto azulejos e pisos	1,229
Obras de terraplenagem	1,108
Fabricação de artigos de metal para uso doméstico e pessoal	0,994
Comércio	
Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas não especificadas anteriormente	45,981
Comércio atacadista de soja	22,957

Comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados	20,821
Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	10,123
Comércio atacadista de combustíveis realizado por transportador retalhista (TRR)	8,348
Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo	5,701
Comércio varejista de artigos fotográficos e para filmagem	4,483
Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente	3,865
Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário	3,861
Comércio varejista de medicamentos veterinários	3,742
Comércio varejista de hortifrutigranjeiros	3,724
Serviços de lanternagem ou funilaria e pintura de veículos automotores	2,554
Serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores	2,143
Comércio varejista de artigos de joalheria	2,118
Comércio varejista de artigos de papelaria	1,640
Serviços de borracharia para veículos automotores	1,559
Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente	1,549
Comércio varejista de plantas e flores naturais	1,547
Comércio varejista de equipamentos para escritório	1,529
Comércio varejista de móveis	1,427
Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores	1,379
Comércio a varejo de motocicletas e motonetas novas	1,310
Comércio varejista de materiais de construção em geral	1,236
Comércio varejista de artigos de cama, mesa e banho	1,176
Comércio varejista de produtos farmacêuticos, com manipulação de fórmulas	1,098
Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - supermercados	1,092
Comércio varejista de madeira e artefatos	1,087
Comércio varejista de bicicletas e triciclos	1,020
Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores	0,988
Serviços	
Atividades de investigação particular	292,185
Agenciamento de profissionais para atividades esportivas, culturais e artísticas	133,918
Atividades de gravação de som e de edição de música	47,828
Produção musical	17,142
Cooperativas de crédito rural	9,158
Serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê	7,095
Provedores de acesso às redes de comunicações	5,500
Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal, exceto em região metropolitana	5,023

Serviços de funerárias	4,678
Serviços de reboque de veículos	4,077
Transporte escolar	3,507
Atividades de assistência social prestadas em residências coletivas e particulares não especificadas anteriormente	2,639
Atividades de rádio	2,474
Edição de jornais (Desativado em jan/2015)	2,391
Alojamento, higiene e embelezamento de animais (Desativado em jan/2015)	2,207
Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica	1,716
Aluguel de fitas de vídeo, DVDs e similares	1,613
Administração pública em geral	1,474
Serviços ambulantes de alimentação	1,307
Atividades de associações de defesa de direitos sociais	1,268
Edição integrada à impressão de cadastros, listas e outros produtos gráficos	1,188
Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional	1,177
Bancos múltiplos, com carteira comercial	1,103
Formação de condutores	1,078
Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal	1,007

Bom Jesus	
<u>Agropecuária e Pesca</u>	
Criação de bovinos para leite	137,038
Cultivo de milho	103,129
Produção de ovos	32,326
Criação de aves, exceto galináceos	24,916
Cultivo de soja	19,344
Criação de suínos	9,497
Atividades de apoio à agricultura*	4,935
Cultivo de outros cereais*	4,245
<u>Indústria</u>	
Fabricação de alimentos para animais	34,826
Preparação do leite	22,923
Fabricação de artefatos de material plástico para usos industriais	22,251
Aparelhamento de placas e execução de trabalhos em mármore, granito, ardósia e outras pedras	14,618
Serviços de pré-impressão	10,968
Fabricação de laminados planos e tubulares de material plástico	6,989
Geração de energia elétrica	5,497
<u>Comércio</u>	
Representantes comerciais e agentes do comércio de combustíveis, minerais, produtos siderúrgicos e químicos	295,777
Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	72,198
Comércio varejista de madeira e artefatos	35,671
Comércio varejista de laticínios e frios	25,804
Comércio varejista de artigos de tapeçaria, cortinas e persianas	21,524
Comércio varejista de doces, balas, bombons e semelhantes	14,570

Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo	10,842
Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores	10,341
Comércio varejista de ferragens e ferramentas	3,840
Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores	3,563
Comércio varejista de vidros	2,962
Comércio atacadista de frutas, verduras, raízes, tubérculos, hortaliças e legumes frescos	2,902
Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores	2,619
Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores	1,878
Comércio a varejo de pneumáticos e câmaras-de-ar	1,690
Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente	1,170
Comércio varejista de móveis	1,163
Comércio varejista de materiais de construção em geral	1,024
<u>Serviços</u>	
Serviços de reboque de veículos	13,956
Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas	4,506
Administração pública em geral	3,720
Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional	3,434
Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal	3,134
Atividades do Correio Nacional	2,089
Cartórios	1,358
Atividades de associações de defesa de direitos sociais	1,206

Coronel Martins	
<u>Agropecuária e Pesca</u>	
Criação de suínos	31,208
Cultivo de milho	16,432
Cultivo de outros cereais*	7,440
<u>Indústria</u>	
Montagem de estruturas metálicas	21,984
<u>Comércio</u>	
Comércio atacadista de leite e laticínios	48,502
Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo	34,839
Comércio varejista de material elétrico	33,460
Padaria e confeitaria com predominância de revenda	5,608
Comércio varejista de ferragens e ferramentas	3,365
Comércio varejista de bebidas	3,313
Comércio varejista de materiais de construção em geral	2,393
Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - supermercados	1,450
Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas	1,429
Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores	1,171
Comércio varejista de móveis	1,019
<u>Serviços</u>	
Serviço de táxi	146,093
Cooperativas de crédito rural	54,949

Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional	35,554
Transporte escolar	13,151
Atividades associativas não especificadas anteriormente	7,370
Administração pública em geral	5,377
Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas	2,633
Atividades de associações de defesa de direitos sociais	1,585
Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal	1,373

Entre Rios	
Agropecuária e Pesca	
Cultivo de outros cereais*	25,834
Criação de suínos	10,837
Criação de bovinos para corte	4,580
Indústria	
Britamento de pedras, exceto associado à extração	29,308
Extração e britamento de pedras e outros materiais para construção e beneficiamento associado	14,392
Fabricação de ferramentas	2,860
Serviços de pintura de edifícios em geral	2,279
Serrarias com desdobramento de madeira	1,219
Comércio	
Comércio atacadista de leite e laticínios	56,139
Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo	35,742
Comercio varejista de artigos de armarinho	4,091
Padaria e confeitaria com predominância de revenda	3,043
Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns	2,736
Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas	2,481
Comércio varejista de materiais de construção em geral	1,558
Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	1,256
Serviços	
Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional	54,012
Transporte escolar	34,248
Administração pública em geral	6,535
Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, interestadual	6,427
Atividades de associações de defesa de direitos sociais	5,961
Cartórios	2,067
Serviços advocatícios	1,778
Atividade odontológica com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos	1,601
Atividades do Correio Nacional	1,589

Faxinal dos Guedes	
Agropecuária e Pesca	
Criação de frangos para corte	107,101
Produção de sementes certificadas, exceto de forrageiras para pasto	94,867

Criação de aves, exceto galináceos	43,037
Cultivo de outros cereais não especificados anteriormente	27,637
Produção de ovos	21,981
Cultivo de soja	20,562
Serviço de manejo de animais	20,221
Produção de pintos de um dia	16,564
Cultivo de arroz	13,711
Criação de bovinos para leite	13,242
Cultivo de milho	11,211
Cultivo de eucalipto	10,502
Serviço de preparação de terreno, cultivo e colheita	7,489
Atividades de apoio à produção florestal	5,956
Atividades de apoio à agricultura não especificadas anteriormente	4,918
Extração de madeira em florestas plantadas	4,697
Criação de suínos	3,785
Cultivo de outras plantas de lavoura temporária não especificadas anteriormente	2,755
Indústria	
Fabricação de chapas e de embalagens de papelão ondulado	109,846
Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para agricultura e pecuária	20,305
Fabricação de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária, peças e acessórios, exceto para irrigação	7,695
Fabricação de estruturas pré-moldadas de concreto armado, em série e sob encomenda	5,668
Impressão de livros, revistas e outras publicações periódicas	5,148
Fabricação de embalagens de papel	5,105
Fabricação de madeira laminada e de chapas de madeira compensada, prensada e aglomerada	3,807
Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para uso geral não especificados anteriormente	3,116
Fabricação de esquadrias de madeira e de peças de madeira para instalações industriais e comerciais	3,000
Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para caminhões	2,827
Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção	2,613
Incorporação de empreendimentos imobiliários	2,548
Construção de rodovias e ferrovias	1,953
Serviços de pintura de edifícios em geral	1,194
Construção de edifícios	1,089
Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material	1,084
Comércio	
Comércio varejista de armas e munições	35,313
Comércio atacadista de massas alimentícias	15,822
Comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados	14,350
Serviços de manutenção e reparação elétrica de veículos automotores	13,993
Comércio varejista de lubrificantes	12,288
Comércio a varejo de peças e acessórios usados para veículos automotores	9,889
Comércio por atacado de peças e acessórios para motocicletas e motonetas	3,930
Comércio varejista de artigos de papelaria	3,031
Comércio varejista de madeira e artefatos	2,885

Comércio atacadista de ferragens e ferramentas	2,803
Comércio varejista de artigos de tapeçaria, cortinas e persianas	2,145
Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - hipermercados	1,925
Outros representantes comerciais e agentes do comércio especializado em produtos não especificados anteriormente	1,786
Serviços de borracharia para veículos automotores	1,773
Comércio varejista de equipamentos para escritório	1,739
Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo	1,681
Lojas de variedades, exceto lojas de departamentos ou magazines	1,611
Comércio varejista de vidros	1,574
Comércio varejista de materiais de construção em geral	1,451
Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores	1,374
Comércio varejista de artigos de cama, mesa e banho	1,338
Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas não especificadas anteriormente	1,307
Comércio varejista de artigos fotográficos e para filmagem	1,274
Padaria e confeitaria com predominância de revenda	1,169
Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores	1,044
Serviços	
Atividades de práticas integrativas e complementares em saúde humana	23,888
Apart-hotéis	9,146
Gestão de instalações de esportes	7,166
Cabeleireiros, manicure e pedicure	7,065
Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional	5,391
Transporte rodoviário de produtos perigosos	4,950
Atividades de atenção ambulatorial não especificadas anteriormente	2,892
Atividades de rádio	2,380
Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional	2,312
Atividades de produção de fotografias, exceto aérea e submarina	2,108
Outras atividades de serviços pessoais não especificadas anteriormente	1,960
Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal	1,874
Reparação de artigos do mobiliário	1,603
Edição integrada à impressão de cadastros, listas e outros produtos gráficos	1,351
Atividades de organizações associativas patronais e empresariais	1,245
Parques de diversão e parques temáticos	1,174
Administração pública em geral	1,113

Galvão	
Agropecuária e Pesca	
Criação de bovinos para leite	118,830
Criação de bovinos, exceto para corte e leite	109,598
Cultivo de outros cereais não especificados anteriormente	40,490
Cultivo de soja	26,359
Criação de suínos	22,646

Indústria	
Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação	50,652
Fabricação de laticínios	25,697
Obras de acabamento em gesso e estuque	10,808
Serrarias com desdobramento de madeira	3,276
Fabricação de estruturas metálicas	2,789
Fabricação de massas alimentícias	2,355
Fabricação de móveis com predominância de madeira	2,351
Obras de terraplenagem	1,435
Obras de alvenaria	1,262
Meio Ambiente	
Captação, tratamento e distribuição de água	2,479
Comércio	
Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas não especificadas anteriormente	67,029
Comércio varejista de lubrificantes	18,003
Comércio varejista de medicamentos veterinários	12,469
Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	9,838
Comércio atacadista de bebidas não especificadas anteriormente	9,015
Comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos	5,108
Comércio varejista de materiais de construção em geral	4,186
Padaria e confeitaria com predominância de revenda	3,270
Comércio varejista de artigos de papelaria	2,391
Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas	2,222
Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns	2,042
Comércio varejista de materiais de construção não especificados anteriormente	1,952
Comércio varejista de material elétrico	1,858
Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores	1,517
Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - supermercados	1,240
Serviços	
Atividades de assistência social prestadas em residências coletivas e particulares não especificadas anteriormente	107,708
Serviços ambulantes de alimentação	15,237
Serviços de funerárias	9,093
Cooperativas de crédito mútuo	6,604
Atividades de organizações religiosas ou filosóficas	5,847
Administração pública em geral	4,363
Cabeleireiros, manicure e pedicure	4,025
Bancos múltiplos, com carteira comercial	3,507
Atividade odontológica com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos	1,434
Atividades do Correio Nacional	1,423
Locação de mão-de-obra temporária	1,188

Ipuacu	
Agropecuária e Pesca	

Cultivo de milho	21,713
Cultivo de outros cereais não especificados anteriormente	19,662
Criação de suínos	16,954
Criação de bovinos para leite	14,426
Cultivo de soja	7,467
Atividades de apoio à agricultura não especificadas anteriormente	2,857
Indústria	
Preparação de subprodutos do abate	245,967
Abate de aves	35,425
Fabricação de águas envasadas	35,216
Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos não especificados anteriormente	9,514
Frigorífico - abate de suínos	5,170
Comércio	
Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas não especificadas anteriormente	64,556
Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de insumos agropecuários	21,363
Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo	13,950
Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	11,147
Comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados	6,253
Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário	4,783
Comércio varejista de equipamentos para escritório	1,684
Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores	1,331
Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns	1,157
Serviços	
Atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura não especificadas anteriormente	123,200
Atividades de limpeza não especificadas anteriormente	55,634
Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional	17,618
Atividades de organizações associativas profissionais (Desativado em jan/2015)	6,525
Transporte escolar	2,896
Ensino médio	2,831
Administração pública em geral	1,835

Jupirá	
Agropecuária e Pesca	
Criação de bovinos para corte	5,592
Criação de suínos	4,410
Extração de madeira em florestas plantadas	4,104
Indústria	
Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção	52,515
Fabricação de papel	23,906
Preparação do leite	10,646
Fabricação de madeira laminada e de chapas de madeira compensada, prensada e aglomerada	9,678
Fabricação de móveis com predominância de madeira	8,974
Fabricação de artigos de serralheria, exceto esquadrias	6,526

Fabricação de produtos de carne	2,338
Fabricação de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária, peças e acessórios, exceto para irrigação	1,362
Comércio	
Comércio varejista de lubrificantes	147,261
Comércio varejista de medicamentos veterinários	59,497
Comércio atacadista de madeira e produtos derivados	20,611
Padaria e confeitaria com predominância de revenda	3,715
Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente	3,072
Comércio varejista de materiais de construção em geral	1,902
Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores	1,744
Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	1,278
Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns	1,114
Serviços	
Atividades de organizações associativas profissionais (Desativado em jan/2015)	10,467
Casas lotéricas	4,803
Administração pública em geral	4,203
Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas	2,790
Atividades de organizações associativas patronais e empresariais	1,339
Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional	1,276

Lajeado Grande	
Agropecuária e Pesca	
Cultivo de soja	33,844
Criação de suínos	3,115
Indústria	
Fabricação de laticínios	49,490
Fabricação de artefatos de cerâmica e barro cozido para uso na construção, exceto azulejos e pisos	14,717
Serrarias com desdobramento de madeira	7,362
Outros serviços de acabamento em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vestuário	5,662
Meio Ambiente	
Coleta de resíduos não-perigosos	8,544
Comércio	
Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo	42,681
Comércio varejista de medicamentos veterinários	12,007
Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente	10,851
Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores	6,161
Comércio varejista de ferragens e ferramentas	2,519
Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns	1,573
Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores	1,169
Serviços	
Transporte rodoviário de produtos perigosos	21,727
Cartórios	7,130

Casas lotéricas	6,786
Administração pública em geral	5,434
Atividades de associações de defesa de direitos sociais	1,582

Marema	
Agropecuária e Pesca	
Criação de suínos	80,031
Cultivo de outros cereais não especificados anteriormente	20,442
Criação de bovinos para leite	19,997
Criação de bovinos para corte	9,664
Criação de frangos para corte	5,296
Indústria	
Serrarias sem desdobramento de madeira	72,622
Serrarias com desdobramento de madeira	5,146
Obras de alvenaria	4,458
Facção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas	2,366
Meio Ambiente	
Captação, tratamento e distribuição de água	1,460
Comércio	
Comércio atacadista de leite e laticínios	103,648
Comércio varejista de produtos farmacêuticos homeopáticos	65,705
Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo	52,212
Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos	9,708
Comércio varejista de materiais de construção em geral	6,575
Comércio varejista de artigos de papelaria	5,633
Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores	5,533
Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores	2,261
Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores	1,576
Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns	1,443
Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente	1,252
Serviços	
Administração pública em geral	4,647
Casas lotéricas	4,151
Bancos múltiplos, com carteira comercial	3,443
Atividades associativas não especificadas anteriormente	3,375
Atividades do Correio Nacional	3,353
Atividade odontológica com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos	1,689

Ouro Verde	
Agropecuária e Pesca	
Cultivo de outros cereais não especificados anteriormente	122,412
Cultivo de milho	54,072
Cultivo de soja	37,189
Criação de bovinos para leite	35,925
Produção de ovos	2,742

Criação de frangos para corte	1,586
Indústria	
Geração de energia elétrica	23,778
Fabricação de produtos de padaria e confeitaria com predominância de produção própria	6,458
Comércio	
Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas não especificadas anteriormente	170,222
Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	52,049
Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo	20,844
Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores	4,970
Comércio varejista de ferragens e ferramentas	2,768
Comércio varejista de bebidas	2,726
Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores	1,605
Comércio varejista de móveis	1,258
Serviços	
Transporte escolar	21,638
Atividades de organizações sindicais	18,532
Administração pública em geral	5,308
Atividades de associações de defesa de direitos sociais	3,477
Cartórios	1,959
Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional	1,870
Cooperativas de crédito mútuo	1,747
Atividades do Correio Nacional	1,506
Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis	1,207
Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal	1,130

Passos Maia	
Agropecuária e Pesca	
Cultivo de batata-inglesa	172,857
Criação de aves, exceto galináceos	140,916
Produção de ovos	35,489
Atividades de apoio à produção florestal	33,805
Cultivo de soja	25,527
Criação de bovinos para corte	23,835
Criação de suínos	12,756
Atividades de apoio à agricultura não especificadas anteriormente	12,560
Cultivo de pinus	11,928
Cultivo de outros cereais não especificados anteriormente	9,603
Cultivo de outras plantas de lavoura permanente não especificadas anteriormente	4,230
Indústria	
Fabricação de esquadrias de madeira e de peças de madeira para instalações industriais e comerciais	37,007
Serrarias com desdobramento de madeira	30,824
Geração de energia elétrica	12,436
Transmissão de energia elétrica	9,143
Fabricação de madeira laminada e de chapas de madeira compensada, prensada e aglomerada	2,357

Fabricação de artigos de serralheria, exceto esquadrias	1,987
Obras de terraplenagem	1,192
Comércio	
Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns	6,780
Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores	5,849
Manutenção e reparação de motocicletas e motonetas	5,699
Comércio varejista de artigos de papelaria	2,977
Comércio varejista de medicamentos veterinários	2,588
Comércio a varejo de peças e acessórios para motocicletas e motonetas	1,897
Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores	1,851
Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP)	1,786
Comércio varejista de materiais de construção em geral	1,351
Comércio atacadista de madeira e produtos derivados	1,255
Comércio varejista de artigos esportivos	1,241
Comércio varejista de calçados	1,176
Serviços	
Cooperativas de crédito rural	64,479
Atividades de rádio	6,448
Atividades de estética e outros serviços de cuidados com a beleza	5,396
Transporte escolar	4,244
Casas lotéricas	2,925
Atividades associativas não especificadas anteriormente	2,378
Administração pública em geral	2,288
Atividades do Correio Nacional	1,181

Ponte Serrada	
Agropecuária e Pesca	
Cultivo de batata-inglesa	129,902
Extração de madeira em florestas plantadas	82,167
Coleta de produtos não-madeireiros não especificados anteriormente em florestas nativas	38,971
Cultivo de milho	19,924
Cultivo de erva-mate	15,972
Atividades de apoio à produção florestal	15,878
Atividades de apoio à agricultura não especificadas anteriormente	11,012
Criação de suínos	9,586
Criação de bovinos para corte	8,956
Cultivo de eucalipto	8,399
Cultivo de outros cereais não especificados anteriormente	5,413
Cultivo de soja	4,111
Atividades de apoio à pecuária não especificadas anteriormente	3,928
Cultivo de arroz	3,133
Serviço de preparação de terreno, cultivo e colheita	2,662
Criação de bovinos para leite	2,647
Cultivo de maçã	2,200
Indústria	

Fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel	341,198
Fabricação de produtos para infusão (chá, mate, etc.)	109,685
Fabricação de farinha de milho e derivados, exceto óleos de milho	31,428
Manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos	12,028
Fabricação de produtos de papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado para uso comercial e de escritório, exceto formulário contínuo	10,255
Serrarias com desdobramento de madeira	9,623
Fabricação de esquadrias de madeira e de peças de madeira para instalações industriais e comerciais	7,932
Fabricação de artefatos diversos de madeira, exceto móveis	6,280
Manutenção e reparação de máquinas para a indústria metalúrgica, exceto máquinas-ferramenta	5,799
Fabricação de madeira laminada e de chapas de madeira compensada, prensada e aglomerada	5,425
Extração e britamento de pedras e outros materiais para construção e beneficiamento associado	5,360
Fabricação de laticínios	4,219
Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção	2,090
Fabricação de esquadrias de metal	1,779
Obras de alvenaria	1,771
Preparação de massa de concreto e argamassa para construção	1,334
Recuperação de materiais plásticos	1,287
Geração de energia elétrica	1,168
Meio Ambiente	
Captação, tratamento e distribuição de água	2,320
Comércio	
Comércio atacadista de carnes e derivados de outros animais	296,515
Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de insumos agropecuários	52,928
Comércio atacadista de móveis e artigos de colchoaria	20,118
Representantes comerciais e agentes do comércio de matérias-primas agrícolas e animais vivos	12,310
Comércio varejista de medicamentos veterinários	6,806
Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários	5,825
Comércio atacadista de madeira e produtos derivados	5,187
Comércio varejista de carnes - açougues	4,670
Comércio varejista de artigos de armarinho	4,571
Comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação	4,451
Serviços de borracharia para veículos automotores	4,254
Comércio varejista de doces, balas, bombons e semelhantes	4,128
Comércio varejista de artigos de colchoaria	3,806
Comércio a varejo de peças e acessórios usados para veículos automotores	3,163
Comércio varejista de materiais de construção não especificados anteriormente	3,044
Outros representantes comerciais e agentes do comércio especializado em produtos não especificados anteriormente	2,857
Comércio varejista de tecidos	2,703
Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP)	2,684
Comércio atacadista de chocolates, confeitados, balas, bombons e semelhantes	2,662
Comércio varejista de artigos de joalheria	2,408
Comércio varejista de artigos de papelaria	2,237

Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores	2,198
Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns	2,038
Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores	1,948
Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores	1,940
Comércio varejista de ferragens e ferramentas	1,632
Comércio varejista de bebidas	1,607
Serviços de manutenção e reparação elétrica de veículos automotores	1,492
Comércio varejista de artigos esportivos	1,399
Comércio varejista de madeira e artefatos	1,318
Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas	1,300
Comércio varejista de vidros	1,259
Comércio varejista de móveis	1,236
Comércio varejista de material elétrico	1,159
Comércio varejista de hortifrutigranjeiros	1,129
Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação	1,096
Comércio a varejo de pneumáticos e câmaras-de-ar	1,077
Serviços	
Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador	143,011
Atividades de profissionais da nutrição	97,426
Serviços de sepultamento	64,951
Serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias	11,598
Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, interestadual	5,087
Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal	4,962
Transporte escolar	3,189
Formação de condutores	2,802
Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares	2,454
Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional	2,432
Atividades de rádio	2,423
Cartórios	2,309
Edição de jornais (Desativado em jan/2015)	2,175
Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas	1,915
Administração pública em geral	1,789
Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal	1,665
Atividades de associações de defesa de direitos sociais	1,409
Laboratórios clínicos	1,370
Bancos múltiplos, com carteira comercial	1,185
Atividade médica ambulatorial restrita a consultas	1,152
Restaurantes e similares	1,098

São Domingos	
Agropecuária e Pesca	
Cultivo de milho	208,352
Cultivo de soja	78,917
Criação de bovinos para leite	20,062

Criação de bovinos para corte	9,695
Horticultura, exceto morango	7,156
Criação de frangos para corte	6,375
Cultivo de outras plantas de lavoura permanente não especificadas anteriormente	4,818
Cultivo de outros cereais não especificados anteriormente	4,102
Criação de suínos	1,147
Indústria	
Extração de basalto e beneficiamento associado	304,002
Fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel	218,060
Fabricação de produtos químicos orgânicos não especificados anteriormente	51,810
Manutenção e reparação de tratores agrícolas	32,572
Preparação do leite	23,994
Confeção, sob medida, de peças do vestuário, exceto roupas íntimas	14,373
Fabricação de alimentos para animais	13,011
Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis	6,621
Frigorífico - abate de bovinos	2,863
Fabricação de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária, peças e acessórios, exceto para irrigação	2,597
Obras de terraplenagem	1,696
Fabricação de esquadrias de metal	1,226
Aparelhamento de placas e execução de trabalhos em mármore, granito, ardósia e outras pedras	1,177
Impressão de material para outros usos	1,031
Meio Ambiente	
Captação, tratamento e distribuição de água	1,758
Comércio	
Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas não especificadas anteriormente	121,992
Comércio atacadista de leite e laticínios	89,130
Comércio atacadista de soja	63,282
Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	44,181
Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo	16,879
Representantes comerciais e agentes do comércio de máquinas, equipamentos, embarcações e aeronaves	7,917
Representantes comerciais e agentes do comércio de madeira, material de construção e ferragens	7,534
Serviços de manutenção e reparação elétrica de veículos automotores	4,522
Comércio varejista de bebidas	4,262
Comércio varejista de ferragens e ferramentas	4,019
Comércio varejista de jornais e revistas	4,012
Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores	3,690
Serviços de lanternagem ou funilaria e pintura de veículos automotores	3,018
Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de insumos agropecuários	2,971
Comércio varejista de medicamentos veterinários	2,947
Comércio varejista de artigos de papelaria	2,825
Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores	2,722
Comércio a varejo de pneumáticos e câmaras-de-ar	2,721
Comercio varejista de artigos de armarinho	2,598

Comércio a varejo de peças e acessórios para motocicletas e motonetas	2,160
Serviços de borracharia para veículos automotores	2,149
Comércio varejista de artigos esportivos	2,121
Comércio varejista de móveis	2,061
Comércio varejista de madeira e artefatos	1,998
Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo	1,903
Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	1,772
Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns	1,738
Comércio varejista de outros artigos de uso doméstico não especificados anteriormente	1,658
Comércio varejista de artigos de óptica	1,564
Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores	1,506
Comércio varejista de artigos de joalheria	1,460
Comércio varejista de carnes - açougues	1,416
Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário	1,330
Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - supermercados	1,305
Comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos	1,207
Comércio varejista de materiais de construção não especificados anteriormente	1,077
Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente	1,065
Serviços	
Organização de excursões em veículos rodoviários próprios, intermunicipal, interestadual e internacional	100,350
Transporte escolar	14,500
Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional	8,167
Atividades de rádio	7,868
Consultoria em tecnologia da informação	5,085
Seleção e agenciamento de mão-de-obra	5,057
Atividades associativas não especificadas anteriormente	4,740
Compra e venda de imóveis próprios	4,085
Cartórios	3,938
Reparação de artigos do mobiliário	3,886
Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes	3,682
Provedores de acesso às redes de comunicações	3,032
Cooperativas de crédito mútuo	2,732
Serviços de cartografia, topografia e geodésia	2,704
Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional	2,556
Formação de condutores	2,548
Bancos múltiplos, com carteira comercial	2,487
Laboratórios clínicos	2,076
Administração pública em geral	1,927
Cabeleireiros, manicure e pedicure	1,903
Atividade odontológica com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos	1,695
Casas lotéricas	1,666
Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas	1,439

Cooperativas de crédito rural	1,377
Atividades do Correio Nacional	1,345
Atividades de contabilidade	1,257
Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares	1,240
Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente	1,113
Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal	1,009

Vargeão	
Agropecuária e Pesca	
Produção de pintos de um dia	54,421
Produção de ovos	47,561
Criação de bovinos para leite	35,276
Criação de suínos	20,728
Criação de bovinos para corte	19,889
Cultivo de soja	18,258
Cultivo de pinus	16,174
Atividades de pós-colheita	11,869
Cultivo de outros cereais não especificados anteriormente	10,017
Criação de frangos para corte	9,860
Serviço de manejo de animais	8,978
Cultivo de milho	8,849
Atividades de apoio à agricultura não especificadas anteriormente	4,658
Indústria	
Fabricação de produtos para infusão (chá, mate, etc.)	136,120
Fabricação de pós alimentícios	110,301
Fabricação de laticínios	69,325
Recuperação de materiais não especificados anteriormente	43,728
Fabricação de madeira laminada e de chapas de madeira compensada, prensada e aglomerada	18,686
Serrarias com desdobramento de madeira	10,402
Fabricação de alimentos para animais	9,204
Fabricação de artefatos diversos de madeira, exceto móveis	2,639
Fabricação de esquadrias de madeira e de peças de madeira para instalações industriais e comerciais	1,957
Fabricação de estruturas metálicas	1,932
Fabricação de máquinas-ferramenta, peças e acessórios	1,540
Fabricação de artigos do vestuário, produzidos em malharias e tricotagens, exceto meias	1,283
Comércio	
Serviços de lanternagem ou funilaria e pintura de veículos automotores	11,791
Comércio varejista de ferragens e ferramentas	6,795
Comércio varejista de outros artigos de uso doméstico não especificados anteriormente	6,480
Comércio varejista de lubrificantes	6,235
Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores	3,254
Comercio varejista de artigos de cama, mesa e banho	3,168
Comércio varejista de materiais de construção em geral	2,416
Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente	2,024

Comércio varejista de móveis	1,647
Comércio varejista de madeira e artefatos	1,464
Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores	1,156
Comércio atacadista de madeira e produtos derivados	1,047
Serviços	
Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional	3,529
Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal	3,327
Serviços de funerárias	3,149
Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar	2,889
Atividades de associações de defesa de direitos sociais	2,418
Administração pública em geral	1,412
Cabeleireiros, manicure e pedicure	1,394
Atividades de organizações religiosas ou filosóficas	1,012
Bancos múltiplos, com carteira comercial	1,012

Xanxerê	
Agropecuária e Pesca	
Cultivo de outros cereais não especificados anteriormente	20,813
Criação de ovinos, inclusive para produção de lã	10,213
Cultivo de milho	10,035
Atividades de apoio à agricultura não especificadas anteriormente	8,435
Produção de pintos de um dia	7,640
Criação de outros galináceos, exceto para corte	6,371
Criação de bovinos para leite	4,732
Criação de aves, exceto galináceos	4,302
Criação de suínos	4,140
Produção de ovos	4,136
Extração de madeira em florestas plantadas	3,509
Cultivo de soja	3,340
Atividades de pós-colheita	1,861
Cultivo de outras plantas de lavoura temporária não especificadas anteriormente	1,750
Cultivo de outras plantas de lavoura permanente não especificadas anteriormente	1,549
Indústria	
Obras de irrigação	158,297
Fabricação de motores e turbinas, peças e acessórios, exceto para aviões e veículos rodoviários	55,627
Construção de redes de transportes por dutos, exceto para água e esgoto	31,140
Fabricação de produtos para infusão (chá, mate, etc.)	31,100
Fabricação de obras de caldeiraria pesada	24,089
Manutenção e reparação de tratores agrícolas	23,279
Preparação de subprodutos do abate	19,762
Recuperação de materiais plásticos	19,552
Fabricação de outras peças e acessórios para veículos automotores não especificadas anteriormente	13,496
Moagem de trigo e fabricação de derivados	11,817
Manutenção e reparação de compressores	8,794

Fabricação de outras máquinas e equipamentos de uso geral não especificados anteriormente, peças e acessórios	8,704
Recondicionamento de baterias e acumuladores para veículos automotores	8,331
Fabricação de laminados planos e tubulares de material plástico	7,722
Recuperação de materiais não especificados anteriormente	7,511
Obras de montagem industrial	6,467
Fabricação de vidro plano e de segurança	6,383
Construção de barragens e represas para geração de energia elétrica	6,190
Fabricação de sabões e detergentes sintéticos	6,099
Obras de terraplenagem	6,038
Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica	5,976
Confecção, sob medida, de roupas profissionais	5,480
Fabricação de alimentos para animais	5,099
Fabricação de equipamentos para irrigação agrícola, peças e acessórios	4,523
Fabricação de máquinas e equipamentos para a indústria do plástico, peças e acessórios	4,357
Impressão de material para uso publicitário	4,265
Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias de alimentos, bebidas e fumo, peças e acessórios	4,152
Fabricação de produtos de limpeza e polimento	4,122
Distribuição de energia elétrica	4,045
Fabricação de peças e acessórios para o sistema de direção e suspensão de veículos automotores	3,985
Fabricação de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária, peças e acessórios, exceto para irrigação	3,974
Recuperação de materiais metálicos, exceto alumínio	3,903
Fabricação de farinha de milho e derivados, exceto óleos de milho	3,830
Transmissão de energia elétrica	3,796
Preparação de massa de concreto e argamassa para construção	3,792
Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para agricultura e pecuária	3,769
Fabricação de adubos e fertilizantes (Desativado em jan/2015)	3,749
Frigorífico - abate de bovinos	3,427
Fabricação de massas alimentícias	2,745
Fabricação de bicicletas e triciclos não-motorizados, peças e acessórios	2,333
Fabricação de artigos de metal para uso doméstico e pessoal	2,203
Preparação do leite	2,177
Manutenção e reparação de máquinas de escrever, calcular e de outros equipamentos não-eletrônicos para escritório	2,168
Fabricação de estruturas metálicas	2,085
Fabricação de estruturas pré-moldadas de concreto armado, em série e sob encomenda	2,071
Fabricação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial, peças e acessórios	1,999
Fabricação de outros produtos têxteis não especificados anteriormente	1,909
Fabricação de colchões	1,886
Fabricação de máquinas e equipamentos para uso industrial específico não especificados anteriormente, peças e acessórios	1,858
Construção de instalações esportivas e recreativas	1,688
Fabricação de produtos de papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado para uso comercial e de escritório, exceto formulário contínuo	1,666

Frigorífico - abate de suínos	1,666
Serviços de montagem de móveis de qualquer material	1,659
Fabricação de resinas termoplásticas	1,655
Construção de rodovias e ferrovias	1,582
Metalurgia de outros metais não-ferrosos e suas ligas não especificados anteriormente	1,561
Serviços de prótese dentária	1,429
Fabricação de outros produtos de metal não especificados anteriormente	1,212
Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para caminhões	1,210
Fabricação de produtos de panificação industrial	1,071
Fabricação de artefatos diversos de madeira, exceto móveis	1,048
Fabricação de letras, letreiros e placas de qualquer material, exceto luminosos	1,038
Meio Ambiente	
Coleta de resíduos não-perigosos	4,131
Comércio	
Comércio varejista de armas e munições	20,647
Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho	17,471
Comércio por atacado de peças e acessórios para motocicletas e motonetas	15,319
Comércio por atacado de reboques e semi-reboques novos e usados	14,687
Comércio varejista de laticínios e frios	12,771
Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário	11,409
Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	8,725
Comércio por atacado de caminhões novos e usados	8,613
Comércio varejista de jornais e revistas	8,173
Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de insumos agropecuários	6,689
Comércio atacadista de combustíveis realizado por transportador retalhista (TRR)	6,579
Comércio atacadista de animais vivos	5,127
Serviços de manutenção e reparação elétrica de veículos automotores	5,091
Comércio a varejo de pneumáticos e câmaras-de-ar	4,609
Comércio varejista de discos, CDs, DVDs e fitas	4,193
Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas não especificadas anteriormente	4,076
Comércio varejista de objetos de arte	3,739
Comércio varejista de artigos fotográficos e para filmagem	3,643
Comércio varejista de medicamentos veterinários	3,634
Comércio atacadista de sementes, flores, plantas e gramas	3,244
Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	3,025
Comércio varejista de artigos de relojoaria	3,003
Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores	2,976
Comércio a varejo de motocicletas e motonetas novas	2,967
Comércio atacadista de resíduos e sucatas metálicos	2,967
Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente	2,773
Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação	2,715
Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores	2,643
Comércio varejista de artigos de óptica	2,515

Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários usados	2,475
Comércio varejista de equipamentos para escritório	2,410
Comércio varejista de doces, balas, bombons e semelhantes	2,348
Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores	2,260
Comércio atacadista de água mineral	2,230
Comércio varejista de calçados	2,155
Comércio varejista de carnes - açougues	2,125
Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos	2,109
Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente	2,099
Manutenção e reparação de motocicletas e motonetas	2,087
Comércio varejista de outros artigos de uso doméstico não especificados anteriormente	2,015
Serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores	1,900
Comércio varejista de artigos de cama, mesa e banho	1,854
Comércio atacadista de alimentos para animais	1,814
Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo	1,809
Comércio varejista de bebidas	1,762
Representantes comerciais e agentes do comércio de eletrodomésticos, móveis e artigos de uso doméstico	1,721
Comércio atacadista especializado de materiais de construção não especificados anteriormente	1,643
Serviços de lanternagem ou funilaria e pintura de veículos automotores	1,617
Comércio atacadista de sorvetes	1,552
Comércio varejista de artigos de colchoaria	1,546
Comércio varejista de artigos de papelaria	1,515
Comércio varejista de artigos de tapeçaria, cortinas e persianas	1,486
Comércio varejista de produtos farmacêuticos, com manipulação de fórmulas	1,460
Comércio varejista de tintas e materiais para pintura	1,459
Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - supermercados	1,456
Comércio atacadista de gás liquefeito de petróleo (GLP)	1,452
Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	1,440
Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores	1,430
Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP)	1,417
Serviços de borracharia para veículos automotores	1,383
Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	1,363
Comércio varejista de ferragens e ferramentas	1,359
Comércio atacadista de produtos odontológicos	1,316
Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria	1,256
Comércio atacadista especializado em outros produtos intermediários não especificados anteriormente	1,250
Comércio varejista de móveis	1,205
Comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação	1,175
Comércio varejista de vidros	1,074
Serviços	
Outros serviços de transporte aéreo de passageiros não-regular	158,297
Consultoria em publicidade	21,986

Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, internacional	18,623
Serviços de radioterapia	14,391
Toalheiros	13,440
Atividades de produção de fotografias aéreas e submarinas	13,191
Atividades de estudos geológicos	10,553
Transporte escolar	10,363
Serviços de adestramento de cães de guarda	9,894
Agências matrimoniais	9,312
Atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências	9,256
Edição integrada à impressão de cadastros, listas e outros produtos gráficos	8,950
Organização de excursões em veículos rodoviários próprios, intermunicipal, interestadual e internacional	6,147
Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet	4,958
Clínicas e residências geriátricas	4,947
Cantinas - serviços de alimentação privativos	4,719
Ensino médio	4,487
Atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica não especificadas anteriormente	3,951
Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional	3,852
Cabeleireiros, manicure e pedicure	3,570
Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial	3,236
Atividades de teleatendimento	3,215
Atividades de rádio	3,205
Atividades auxiliares dos seguros, da previdência complementar e dos planos de saúde não especificadas anteriormente	3,166
Concessão de crédito pelas OSCIP	3,152
Atividades de televisão aberta	3,140
Outras atividades de telecomunicações não especificadas anteriormente	3,116
Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente	3,099
Alojamento, higiene e embelezamento de animais (Desativado em jan/2015)	3,044
Cooperativas de crédito rural	2,854
Educação superior - graduação e pós-graduação	2,616
Instituições de longa permanência para idosos	2,608
Serviços de assistência social sem alojamento	2,601
Corretagem na compra e venda e avaliação de imóveis	2,501
Atividade médica ambulatorial restrita a consultas	2,434
Transporte rodoviário de produtos perigosos	2,430
Atividades de atenção ambulatorial não especificadas anteriormente	2,254
Atividades de fonoaudiologia	2,111
Ensino de idiomas	2,095
Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais	2,012
Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente	1,921
Outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente	1,862
Outras atividades auxiliares dos serviços financeiros não especificadas anteriormente	1,820

Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas	1,771
Corretores e agentes de seguros, de planos de previdência complementar e de saúde	1,740
Reparação de artigos do mobiliário	1,666
Atividades de estética e outros serviços de cuidados com a beleza	1,647
Atividades de produção de fotografias, exceto aérea e submarina	1,643
Atividades de vigilância e segurança privada	1,598
Reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico	1,581
Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes	1,572
Formação de condutores	1,548
Corretagem no aluguel de imóveis	1,514
Motéis	1,490
Atividades de monitoramento de sistemas de segurança (Desativado em jan/2015)	1,476
Aluguel de fitas de vídeo, DVDs e similares	1,430
Cartórios	1,407
Educação infantil - creche	1,402
Serviços de comunicação multimídia - SCM	1,378
Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional	1,352
Atividades de organizações associativas patronais e empresariais	1,319
Atividade odontológica com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos	1,308
Atividades de contabilidade	1,294
Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar	1,268
Serviços advocatícios	1,251
Atividades de fisioterapia	1,218
Sociedades de fomento mercantil - factoring	1,204
Laboratórios clínicos	1,202
Cursos preparatórios para concursos	1,186
Outras atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente	1,182
Serviços de cartografia, topografia e geodésia	1,160
Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos	1,141
Agências de publicidade	1,118
Aluguel de imóveis próprios	1,116
Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal	1,110
Educação profissional de nível técnico	1,095
Edição de cadastros, listas e outros produtos gráficos	1,092
Bancos múltiplos, com carteira comercial	1,081
Clubes sociais, esportivos e similares	1,065
Serviços domésticos	1,062
Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal	1,055
Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal	1,029
Imunização e controle de pragas urbanas	1,004
Atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura não especificadas anteriormente	1,002

Xaxim**Agropecuária e Pesca**

Ranicultura	237,041
Apicultura	210,703
Produção de produtos não-madeireiros não especificados anteriormente em florestas plantadas	147,069
Produção de pintos de um dia	19,982
Cultivo de espécies madeireiras, exceto eucalipto, acácia-negra, pinus e teca	16,348
Criação de bovinos para leite	7,730
Produção de ovos	7,079
Criação de aves, exceto galináceos	5,153
Criação de outros galináceos, exceto para corte	4,403
Cultivo de milho	3,393
Criação de frangos para corte	1,535
Criação de suínos	1,228
Atividades de apoio à agricultura não especificadas anteriormente	1,021
Indústria	
Fiação de fibras artificiais e sintéticas	115,194
Fabricação de calçados de materiais não especificados anteriormente	82,122
Fabricação de bancos e estofados para veículos automotores	48,624
Moagem e fabricação de produtos de origem vegetal não especificados anteriormente	32,662
Abate de aves	19,248
Fabricação de aguardente de cana-de-açúcar	18,591
Fabricação de fornos industriais, aparelhos e equipamentos não-elétricos para instalações térmicas, peças e acessórios	14,304
Aparelhamento de pedras para construção, exceto associado à extração	12,314
Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias de alimentos, bebidas e fumo, peças e acessórios	9,545
Reforma de pneumáticos usados	6,261
Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis	6,226
Manutenção e reparação de equipamentos de transmissão para fins industriais	5,926
Fabricação de colchões	5,804
Fabricação de alimentos para animais	5,546
Serviços de montagem de móveis de qualquer material	5,466
Fabricação de outros artefatos e produtos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes	5,309
Fabricação de adubos e fertilizantes (Desativado em jan/2015)	5,302
Impermeabilização em obras de engenharia civil	5,153
Perfuração e construção de poços de água	5,153
Construção de obras-de-arte especiais	4,216
Fabricação de laticínios	3,746
Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial	3,346
Manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos	2,926
Fabricação de esquadrias de metal	2,912
Fabricação de tecidos especiais, inclusive artefatos	2,862
Recuperação de materiais plásticos	2,818
Outras obras de acabamento da construção	2,688
Fabricação de embalagens de material plástico	2,240
Fabricação de medicamentos para uso veterinário	2,215

Serrarias sem desdobramento de madeira	1,949
Confecção de roupas íntimas	1,840
Obras de alvenaria	1,723
Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para caminhões	1,683
Outras obras de instalações em construções não especificadas anteriormente	1,646
Construção de edifícios	1,638
Serviços de prótese dentária	1,605
Perfurações e sondagens	1,591
Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção	1,525
Frigorífico - abate de bovinos	1,455
Fabricação de outras peças e acessórios para veículos automotores não especificadas anteriormente	1,437
Decoração, lapidação, gravação, vitrificação e outros trabalhos em cerâmica, louça, vidro e cristal	1,370
Fabricação de produtos de limpeza e polimento	1,235
Facção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas	1,118
Serrarias com desdobramento de madeira	1,057
Fabricação de produtos de carne	1,041
Aparelhamento de placas e execução de trabalhos em mármore, granito, ardósia e outras pedras	1,039
Fabricação de móveis de outros materiais, exceto madeira e metal	1,007
Outros serviços de acabamento em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vestuário	1,004
Comércio	
Recarga de cartuchos para equipamentos de informática	12,930
Comércio atacadista de móveis e artigos de colchoaria	10,489
Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo	5,886
Comércio atacadista de outros produtos químicos e petroquímicos não especificados anteriormente	5,538
Comércio atacadista de chocolates, confeitados, balas, bombons e semelhantes	3,886
Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	3,733
Comércio varejista de artigos de tapeçaria, cortinas e persianas	3,617
Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente	2,907
Comércio varejista de artigos de papelaria	2,903
Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso veterinário	2,865
Representantes comerciais e agentes do comércio de eletrodomésticos, móveis e artigos de uso doméstico	2,577
Comércio por atacado de pneumáticos e câmaras-de-ar	2,495
Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente	2,404
Serviços de manutenção e reparação elétrica de veículos automotores	2,178
Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário	2,136
Comércio varejista de produtos farmacêuticos homeopáticos	2,116
Comércio a varejo de peças e acessórios para motocicletas e motonetas	2,081
Serviços de borracharia para veículos automotores	2,070
Comércio varejista de ferragens e ferramentas	1,886
Comércio varejista de outros artigos de uso doméstico não especificados anteriormente	1,864
Comércio a varejo de pneumáticos e câmaras-de-ar	1,835
Comércio varejista de madeira e artefatos	1,684

Comércio atacadista de madeira e produtos derivados	1,606
Comércio varejista de produtos farmacêuticos, com manipulação de fórmulas	1,579
Comércio varejista de artigos de óptica	1,507
Comércio varejista de artigos fotográficos e para filmagem	1,488
Comércio varejista de medicamentos veterinários	1,419
Comércio varejista de plantas e flores naturais	1,369
Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	1,316
Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática	1,313
Comércio varejista de material elétrico	1,269
Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores	1,185
Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação	1,133
Comércio varejista de móveis	1,098
Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores	1,069
Comércio atacadista de bebidas não especificadas anteriormente	1,026
Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários usados	1,011
Serviços	
Atividades de produção de fotografias aéreas e submarinas	19,753
Produção musical	18,963
Atividades de organizações sindicais	10,035
Atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente	9,482
Serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias	5,644
Holdings de instituições não-financeiras	4,120

Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional	3,803
Agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo	3,344
Edição de jornais (Desativado em jan/2015)	2,646
Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos	2,495
Atividades de rádio	2,189
Atividades de produção de fotografias, exceto aérea e submarina	2,051
Outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente	1,723
Cooperativas de crédito rural	1,695
Educação superior - graduação e pós-graduação	1,693
Ensino de idiomas	1,569
Formação de condutores	1,568
Agências de viagens	1,472
Casas lotéricas	1,337
Edição integrada à impressão de cadastros, listas e outros produtos gráficos	1,314
Reparação de artigos do mobiliário	1,248
Cabeleireiros, manicure e pedicure	1,222
Cartórios	1,194
Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial	1,085

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS, ano de referência 2014.

